

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO

“CONHECE TEU INIMIGO MAS NÃO DEIXA ELE TE CONHECER”:
AS SEÇÕES DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (SOPS)
(1964-1982)

VANESSA LIEBERKNECHT

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira

Porto Alegre
2011

VANESSA LIEBERKNECHT

“CONHECE TEU INIMIGO MAS NÃO DEIXA ELE TE CONHECER”:
AS SEÇÕES DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (SOPS)
(1964-1982)

Dissertação apresentada com requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira

Porto Alegre
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L716c Lieberknecht, Vanessa

“Conhece teu inimigo mas não deixa ele te conhecer” : as seções de ordem política e social (SOPS) : (1964-1982) / Vanessa Lieberknecht. – Porto Alegre, 2011.

205 f.

Diss. (Mestrado em História) – Fac. de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira

1. Rio Grande do Sul – História. 2. Ditadura – Rio Grande do Sul. 3. Terrorismo. 4. Ditadura Civil-Militar. 5. Repressão Política – Rio Grande do Sul. I. Silveira, Helder Volmar Gordim da. II. Título.

CDD 981.65

Bibliotecária Responsável: Salete Maria Sartori, CRB 10/1363

VANESSA LIEBERKNECHT

“CONHECE TEU INIMIGO MAS NÃO DEIXA ELE TE CONHECER”:
AS SEÇÕES DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (SOPS)
(1964-1982)

Dissertação apresentada com requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira – PUCRS (orientador)

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Maria José Lanziotti Barreras – PUCRS

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), por custear esta jornada de dois anos.

Aos membros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUC/RS como um todo, tanto aos da Pós-Graduação como os da Graduação, pois minha jornada iniciou-se desde 2004 nesta casa.

Ao meu orientador, Helder Gordim da Silveira, cujas pesquisas iniciaram-se em 2005 e desde então apoiou todos meus temas *malucos* (tanto na graduação quanto na pós-graduação), me mostrando sempre que com comprometimento e rigor acadêmico tudo era possível. Agradeço principalmente a compreensão e a paciência que teve com todas as minhas trapalhadas e deslizes cometidos nestes seis anos, meu eterno agradecimento!

A todos os professores que participaram da minha formação, em especial à Prof^ª. Maria José Barreras, a Zezé, cuja ternura influenciou minha visão de mundo. Ao Prof. Luciano Abreu, pelo aprendizado em sala de aula e pelas conversas nos corredores. À Prof^ª. Márcia Andrea Schimidt, por sempre nos fazer acreditar na força da educação. À Prof^ª. Maria Cristina, a Tita, que ajudou na construção de meu objeto histórico, desconstruindo o todo. À Prof^ª. Janete Abrão, cujos ensinamentos da importância da fundamentação para a argumentação sempre serão lembrados. Ao Prof. Jurandir Malerba, por todas as contribuições teóricas, e também todas as risadas e cevas, mostrando que o acadêmico e o lazer podem coexistir sem culpa. Ao Prof. Arno Kern, mostrando o quanto era *fantástica* a vida acadêmica, mas ressaltar principalmente sua generosidade em ajudar o próximo quando isto estava ao seu alcance.

Nada nesta vida se faz sozinho, e agradeço por ter as melhores companhias! Amigos de verdade que estão juntos não só na hora de comer Lasanha e tomar *Stella*, mas nos momentos de choro, desabafo, encheção de saco para ler os capítulos, para corrigi-los, pelas conversas no MSN às 3h da madrugada, entre outras. São parte de tudo o que sou, e o suporte para as ações – por mais impossíveis que sejam – aos quais alguns se destacam como Daniela Ribeiro, amiga que conseguiu tirar-me de *minha bolha* construída durante anos, mostrando que não iria me ferir fora dela. Sempre do meu lado quando precisei tanto na academia quanto no pessoal. Gregory Balthazar, orgulho que

está longe, mas sempre presente em todas as lembranças mais divertidas desta jornada. Daiane Frandoloso, pela ajuda fundamental neste trabalho. Luana da Rocha, por toda a ajuda, e por ser meu cupido desajeitado. Claudia Lague, pelas risadas, desabafos, muita saudade. Israel Sardão, pela imensa paciência e longas horas de risadas. À *Família Hyde* por trazer diversão para o rigor do nosso cotidiano. Finalmente os amigos da *História Política* que se conservam: Luis Carlos dos Passos Martins, Diego Pacheco, Bruno Biazetto, Jaime Mansan, obrigada pelas risadas, conversas, e sobretudo contribuições acadêmicas.

Ao Ricardo, meu irmão, que em 2005 ambos perdemos uma perna, mas nos abraçamos para juntos continuar andando, por isso te amo muito! Mãe, que apesar dos sustos, bem no fundinho me compreende. Pai, onde quer que esteja, espero que se orgulhe! Nany, por cuidar do meu irmão e ser a melhor cunhada! Adri, Aline, Carol, Dani, Guiga, Manú e Mari, as melhores primas que alguém pode ter, amo vocês! Fer, Léo, Dani, Guto, Jr, Chico os melhores primos, também amo vocês! Minha Dinda (da qual sou “xerox” com muito orgulho)! Prima Rebeca que descobri no início da faculdade, saudades das nossas pizzas! E minha família toda, tanto os Tourinho quanto os Lieberknecht, que amo demais!

Meu vovô, mesmo dizendo que estou virando uma *subversiva*, com seus 97 anos de muita lição e exemplo, sempre me defendeu e nunca deixou de me apoiar, dizendo sempre que sou o maior orgulho da família para ele. E a minha vovó, sempre preocupada por eu estudar demais, dizendo que está com o serrote a postos para abrir minha cabeça e retirar as letrinhas em excesso (ela sempre fala isto brincando, referindo-se ao *Sítio do Pica-Pau Amarelo*).

Por fim agradeço a pessoa que mais torceu e teve orgulho de mim e hoje não está aqui para presenciar este momento, minha grande parceira de vida que acabou partindo muito cedo! Minha irmã Patrícia, onde estiver, obrigada!

Para minha irmã.

Um cometa sulca o céu de Cádiz. Mau presságio. Guerra. Uma maldição se abate sobre a cidade. As pessoas temem e se agitam, mas um mensageiro traz uma ordem do Governador e com ela a tranqüilidade: “Que todos se apartem, cada um à sua ocupação. Os bons governos são aqueles em que nada acontece. Assim, pois, a vontade do governador é que nada aconteça em seu governo, para que este continue tão bom como até agora. Em conseqüência, declara-se aos habitantes de Cádiz que nada aconteceu neste dia, que possa motivar alarme ou perturbação. Por isso todo mundo, a partir desta hora, deverá considerar falso que algum cometa tenha aparecido no horizonte da cidade. Os transgressores desta decisão, que falem de cometas, diferentes de fenômenos siderais passados ou futuros, serão castigados com todo o rigor da lei”.

[...]

Recomenda-se particularmente a denúncia entre os membros da mesma família que será recompensada com entrega de dupla ração de alimentos, denominada ração cívica... A fim de evitar todo contágio por comunicação através do ar, uma vez que as palavras podem converter-se em veículo de infecção, ordena-se a todos os habitantes que levem constantemente na boca um tampão impregnado de vinagre, que os preservará da enfermidade ao mesmo tempo em que os acostumará a discrição e ao silêncio. O novo governante adverte ao povo que o caos deve ceder lugar a ordem : “A partir de hoje aprenderéis a morrer dentro da ordem “.

[...]

“Outorgo-vos o silêncio, a ordem e a justiça absolutas. No vos peço gratidão, pois o que faço por vós é natural. Mas exijo vossa colaboração ativa. Meu ministério começou”.

(Albert Camus; Estado de Sítio)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a necessidade da montagem de um aparato de informação e repressão tão singular no Estado do Rio Grande do Sul como foram as Seções de Ordem Política e Social (SOPS), dentro do contexto da ditadura civil-militar de segurança nacional brasileira. O recorte cronológico compreenderá o período de funcionamento das SOPS, que vai de 1964 a 1982. Apesar de ser um período extenso, este recorte se faz necessário para podermos entender a operacionalidade das Seções, dando ênfase nas principais *ondas* de estratégias preventivas frente ao perigo iminente. Com isso compreenderemos tanto as reformulações do próprio estado, como as estratégias de ação para o combate à *subversão* que foram se tornando cada vez mais severas, visto que as SOPS incorporaram o núcleo dos órgãos coercitivos no estado, agindo através da produção sistemática de informes sobre a população, e funcionaram como *braços operacionais* do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul no interior do estado.

Compreendendo, então, que a funcionalidade deste aparato estava dentro de um contexto específico e sua necessidade de atuação se fazia necessária, não estando deslocada da realidade nacional, ou seja, a ditadura civil-militar de segurança nacional com a sua implementação de estratégias de terror para controle da população e ocorria igualmente nas cidades e nos interiores.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Civil-Militar, Doutrina de Segurança Nacional, Terrorismo de Estado, DOPS/RS, SOPS

ABSTRACT

This dissertation aims to examine the need for assembly an apparatus of repression and information so unique in the state of Rio Grande do Sul which were the Sections of Political and Social Order (SPSO), within the civil-military dictatorship context of Brazilian national security. The cut will understand the operational chronological period of SPSO, which ranges from 1964 to 1982. Even it is an extended period, this cut is required so that we can understand the Sections operation, given emphasis to the main *tendencias* of preventive strategies against the imminent danger. Therefore we will comprehend the reformulations of their own state as well as the action strategies against the subversion that were becoming even more severe, since the SPSOs incorporated the core of coercive state organs, acting through the systematic production of reports on population and worked as *operational arms* of the Department of Political and Social Order in the country side of the Rio Grande do Sul state.

Understanding, then, that the functionality of this apparatus was within a specific context and their need for action was necessary, not being displaced from the national reality, i.e., the dictatorship of civil-military national security with the strategies implementation of terror to control the population and also happened in cities and country side.

KEYWORDS: Military Dictatorship, Security National Doctrine, State Terrorism, DPSO/RS, SPSO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO 1

Figura 1 – <i>Ciclo da Informação</i>.....	45
---	-----------

CAPÍTULO 2

Figura 1 – Estrutura Básica da Secretaria de Segurança Pública.....	59
Figura 2 – Mapa do Rio Grande do Sul com a distribuição das SOPS.....	66

CAPÍTULO 4

Figura 1 – <i>Grupos Subversivos</i>.....	130
Figura 2 – POC no Rio Grande do Sul.....	142
Figura 3 – Organograma do PCdoB.....	145
Figura 4 – Situação de Militantes.....	150

LISTA DE SIGLAS

II EX – Segundo Exército (São Paulo)
III EX – Terceiro Exército (Rio Grande do Sul)
A2 – Serviço de Informação da Aeronáutica
AI-1 – Ato Institucional Número 1
AI-2 – Ato Institucional Número 2
AI-5 – Ato Institucional Número 5
APML – Ação Popular Marxista Leninista
ASI – Assessorias de Segurança Interna
BM – Brigada Militar
BNM – Brasil: Nunca Mais
CIA – Centro de Informações da Aeronáutica
CIE – Centro de Informações do Exército
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
Cmt - Comitê
CN – Comando Nacional
CR – Comando Regional
DCI – Divisão Central de Informações
DO – Diário Oficial
DOI-CODI – Destacamento de Operações e Informação-Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DOPS/RS – Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul
DP (ou DD.PP) – Delegacia de Polícia
DPF – Delegacia da Polícia Federal
DRI – Delegacia Regional do Interior
DRP – Delegacia Regional de Polícia
DSI – Divisão de Segurança Interna
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
E2 – Serviço de Informação do Exército

ESG – Escola Superior de Guerra
F2 – Serviço de Informação das Forças Armadas
FAB – Força Aérea Brasileira
Gr-11 – Grupo dos Onze
INFE – Informe
INFO – Informação
M2 – Serviço de Informação da Marinha
MCR – Movimento
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MRO – Movimento Revolucionário Oriental (Uruguai)
OB – Ordem de Busca
OI – Órgão de Informação
OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade (Cuba)
ON – Objetivo Nacional
ONA – Objetivo Nacional Atual
ONP – Objetivo Nacional Permanente
OPP – Organização Para Partidária
PB (ou PPBB) – Pedido de Busca
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCU – Partido Comunista Uruguayo
POC – Partido Operário Comunista
PM2 - Serviço de Informação da Polícia Militar
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RAN – Resistência Armada Nacionalista
ROU – República Oriental do Uruguai
SCI – Serviço Central de Informação
SNI – Serviço Nacional de Informação
SOPS – Seção de Ordem Política e Social
SSP – Secretaria de Segurança Pública

TDE – Terrorismo de Estado

USB – União Socialista Brasileira

VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. GUERRA FRIA E A REELABORAÇÃO DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL	25
1.1. A doutrina de Segurança Nacional: origens e releituras.....	28
1.2. A Construção do Inimigo Interno: <i>o terrorista</i>	38
1.3. Sistema de Informação: <i>o ciclo e a burocratização</i>	44
2. NO CORAÇÃO DAS TREVAS DOS PAMPAS: A SEÇÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (SOPS)	53
2.1. <i>A Comunidade de Informação do Estado</i> : o caminho da informação.....	58
2.2. <i>Seção de Ordem Política e Social</i> : peculiaridade do Sistema de Informação no Rio Grande do Sul.....	64
2.3. Estrutura e Funcionários.....	68
2.4. Produção de Informação.....	73
2.5. Caminho da Informação.....	84
2.6. Passos Investigativos.....	89
3. EXÍLIO E VIGILÂNCIA: CONTROLE DO INIMIGO COMO ESTRATÉGIA PREVENTIVA	94
3.1. O Reforço do Controle e da Repressão sobre ex-líderes políticos Exilados.....	101
3.2. A Prevenção da Transferência de Informações.....	110
3.3. O Controle da Comunidade de Asilados.....	113

4. OPERAÇÃO MINUANO: CONTROLE DA POPULAÇÃO FLUTUANTE NO RIO GRANDE DO SUL	118
4.1. A Fase de Preparação.....	119
4.2. A Estruturação da Operação.....	122
4.3. Os Desdobramentos.....	129
5. A COLABORAÇÃO ENTRE OS APARATOS DE REPRESSÃO DAS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL DO CONE SUL	154
5.1. Vigilância dos Estrangeiros.....	158
5.2. O <i>regime</i> é inocente.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS.....	174

INTRODUÇÃO

Macho, lo que se dice macho, hombre de pelo en pecho, es el senador Joseph MacCarthy. A mediados del siglo veinte, aporrea la mesa con el puño y ruge denunciando que la patria corre grave peligro de caer en las garras del totalitarismo rojo, como esos reinos del terror tras la Cortina de Hierro donde se asfixia la libertad, se prohíben libros, se prohíben ideas, los ciudadanos denuncian antes de ser denunciados, quien piensa atenta contra la seguridad nacional y quien discrepa es un espía al servicio del enemigo imperialista. El senador MacCarthy siembra el miedo en los Estados Unidos. Y por orden del miedo, que manda asustando, se asfixia la libertad, se prohíben libros, se prohíben ideas, los ciudadanos denuncian antes de ser denunciados, quien piensa atenta contra la seguridad nacional y quien discrepa es un espía al servicio del enemigo comunista.

(Eduardo Galeano)

Logo no início da graduação do curso de História, em 2004, a fala de um professor me intrigou bastante. Relatando suas histórias de vida, falou que a ditadura civil-militar só aconteceu, realmente, nos grandes centros urbanos, mais precisamente nas capitais. Pois, quando ele morava no interior do Rio Grande do Sul, ao lado de uma Delegacia de Polícia, ficava tocando todos os dias a “A Internacional” e nada lhe havia acontecido.

Esta história me deixou desconfortável, pois tenho na família um ex-presos político torturado que foi detido justamente no interior do estado (mais precisamente na cidade de Pelotas, onde era dirigente regional da AP), ou seja, sabia que a atuação dos órgãos constituintes da ditadura civil-militar não era restrita às capitais.

Naquela época, ainda não tinha conhecimento da estrutura organizativa do aparato repressivo montado durante o período da ditadura civil-militar, logo, essa inquietação ficou latente. O ano de 2009 foi significativo, pois tomei contato, através de atividade de Iniciação Científica, com o acervo da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Um dos fundos deste acervo é o das Seções de Ordem Política e Social (SOPS) - delegacias do interior que funcionaram com o objetivo de produzir informes a fim de controlar o cotidiano das cidades e cumprir ordens que eram emitidas

pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). Este fundo embasa justamente o que eu imaginava: a repressão não atingia apenas os grandes centros urbanos, mas atuava sistematicamente em todos os cantos do país.

O golpe ditatorial, desencadeado em 31 de março de 1964, nasceu sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, ideologia de caráter contra insurgente, cuja estratégia principal era combater a *guerra revolucionária* e o *inimigo interno*, ou seja, o *subversivo/terrorista*. Este combate seria possível, apenas através de um planejamento prévio de estratégias governamentais, visando a preparação do estado para enfrentar ações de perigo. Desta necessidade, emergiu a estruturação de um forte aparato de informação e repressão, de modo que toda a sociedade passou a ser controlada.

A atividade de informação, através da vigilância sistemática sobre a população e da insegurança que isso acarretou – desencadeando a disseminação da *cultura do medo* - nunca deu contornos específicos que definissem o perfil de *terrorista*. Logo, qualquer pessoa que não se enquadrasse nos preceitos preestabelecidos pelos ideólogos da ditadura civil-militar, era considerada um *subversivo* em potencial. Esta situação fez com que a repressão tivesse pelo controle da sociedade, de modo que a aplicação do *terror* ocasionou a consequente desmobilização e despolitização da sociedade civil.

As SOPS, no Rio Grande do Sul, incorporaram este núcleo coercitivo através da produção sistemática de informes sobre a população. Os dados que compõe a documentação das Seções de Ordem Política e Social são de grande relevância e comprovam a homogeneidade existente entre os diferentes órgãos do aparato de informações. Através da sua documentação pode se constatar que qualquer episódio ocorrido no país era estudado, vigiado e repassado a todas as escalas funcionais do aparato informativo, obedecendo, obviamente, os critérios de restrição de cada setor. Dessa maneira, pode-se observar a operacionalidade da SOPS em nível nacional, regional e local.

Todos os níveis de estratégia - nacional, regional, local - estavam integrados, de modo a manter o controle através da vigilância constante, tanto no micro como no macro da repressão. Poder observar a funcionalidade burocrática nestas duas escalas é uma das grandes contribuições que este acervo apresenta. Porém, ao analisar esta documentação, outro questionamento se fez presente: qual a necessidade da existência de um aparato tão específico no interior do Rio Grande do Sul? Visto que em outras cidades do Brasil ainda não se tem conhecimento de órgãos deste tipo, que funcionaram como *braços operacionais do DOPS* no interior de cada estado.

O objetivo desta dissertação, assim, é analisar o motivo da necessidade da montagem de um aparato tão singular no Estado do Rio Grande do Sul, dentro do contexto de sua funcionalidade burocrática que foi de 1964 a 1982.

As hipóteses que norteiam esta pesquisa sustentam que as SOPS no Rio Grande do Sul estruturavam-se e atuavam em função:

- da posição geopolítica estratégica, em decorrência da zona de fronteira e portuária;
- do temor que a subversão, a partir do deslocamento pelo Rio Grande do Sul, evadisse do país para se rearticular politicamente fora do Brasil;
- do temor da infiltração subversiva que poderia ocorrer de duas formas: guerrilhas armadas ou através da volta organizada dos *subversivos* exilados para tomar o poder a partir da conquista do Estado.

O recorte cronológico compreenderá o período de funcionamento das SOPS, que vai de 1964 a 1982. Apesar de ser um período extenso, este recorte se faz necessário para podemos entender a operacionalidade das Seções, dando ênfase nas principais *ondas* de estratégias preventivas frente ao perigo eminente. Com isso podemos entender tanto as reformulações do próprio estado, como as estratégias de ação para o combate à *subversão* que foram se tornando cada vez mais severas. Compreendendo que a funcionalidade deste aparato estava dentro de um contexto específico e sua necessidade de atuação se fazia necessária, não estando deslocada da realidade nacional, ou seja, a ditadura civil-militar com a sua implementação de estratégias de terror para controle da população e ocorria igualmente nas cidades e nos interiores.

A implementação das ditaduras de Segurança Nacional na América Latina levou uma série de estudiosos a explicar o período. Porém, o principal enfoque dado era quanto às características econômicas e o papel dos militares na condução do processo político. Dentro desse processo pode-se dizer que surgiram três linhas interpretativas que se propuseram a estudar esses golpes: autoritarismo burocrático, cujo principal autor é Guillermo O'Donnell ¹; fascistização do Estado, no qual Agustín Cueva é

¹ Exemplos desses trabalhos se encontram em: Alain Touraine “*América Latina: política y sociedade*”; Alfred Stepan “*Os Militares na Política*”; Alain Rouquié “*O Novo Autoritarismo na América Latina*”; David Collier “*O Novo Autoritarismo na América Latina*”; Guillermo O'Donnell “*Contrapunots: ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratizassem*”; entre outros.

considerado o principal teórico; e a ascensão dos regimes de Segurança Nacional, cujo estudioso de referência é Joseph Comblin.²

No Brasil, ainda predomina a análise do período privilegiando o autoritarismo, pois além de não haver um debate mais sistemático sobre os outros aspectos que envolveram as ditaduras, alguns teóricos do período tendem a colocar o país como algo isolado do processo desencadeado na América Latina. Neste trabalho o Brasil será apresentado como parte integrante deste contexto e praticante da metodologia do terror no seu projeto de controle da população.

A configuração do cenário bipolar durante a Guerra Fria (EUA X URSS) trouxe como consequência políticas extremadas para assegurar a aplicação das ideologias dominantes. No caso dos Estados Unidos essa preocupação se configurou com o medo de que o modelo da URSS pudesse se disseminar. Num primeiro momento, a preocupação norte-americana foi com a Europa Ásia e, num segundo, após a Revolução Cubana, com a América Latina, temendo a perda de sua área de influência.

A justificativa utilizada para o golpe civil-militar foi o da Segurança Nacional, cujo aparato ideológico norteador deste projeto foram os pressupostos contidos na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), tendo o discurso de legitimação impregnado de valores simbólicos para que a população se identificasse com o novo regime que se afirmava, no caso o da família. Assumiam, desta forma, a responsabilidade de tornar o país homogêneo, enfatizando valores da família (os mais sólidos), a fim de que a Nação alcançasse o progresso almejado.

A implantação do regime civil-militar da Doutrina de Segurança Nacional acabou assumindo ações em forma de Terrorismo de Estado. Quanto maior a crise que o Estado passava em sua fase pré-golpe, maior seriam as características autoritárias que este assumia. Na América Latina, sobretudo na década de 1970, esta mudança fez com que os Estados Militares golpistas utilizassem como forma operacional de estrutura estatal o Terrorismo de Estado. O Brasil, porém, é considerado o pioneiro na implementação deste tipo de prática consolidada a partir da decretação do AI5, ocorrido em dezembro de 1968.

Duhalde mostra que o Terrorismo de Estado (TDE) se configura: *mediante una doble faz de actuación de sus aparatos coercitivos: una pública y sometida a las leyes y otra clandestina, al margen de toda legalidad formal* (DUHALDE, 1983; 29). É desta

² Ainda é considerado referência nos estudos sobre Doutrina de Segurança Nacional por estudo o estudo mais completo sobre a doutrina, inclusive traçando um comparativo com os países que a empregam.

dupla fase de atuação que o TDE mostrará sua fase clandestina estruturada permanente, pois, para Duhalde, *se trata de institucionalizar con carácter permanente las formas más aberrantes de la actividad represiva ilegal, capaz de sobrevivir en sus elementos constitutivos ilegítimos mas allá de la propia vida del régimen que le implantara* (DUHALDE, 1983; p. 29)

Surge também como uma resposta a ascendência das lutas políticas e sociais.³ O Terrorismo de Estado emerge como forma de aplicação do projeto de Estado-Nação desejado pelos utilizadores da Doutrina de Segurança Nacional. Para Duhalde, a diferenciação entre o Estado Militar e o Estado Terrorista é:

Este ultimo, para ser posible necesita un nivel mucho más alto de control de la sociedad civil que el primero. Al mismo tiempo, precisa que la cadena reproductora y expansiva de sus efectos – la aceptación y el consenso forzado, fundado en el terror – no sufra alteraciones y contestaciones que desvirtúen en su finalidad. El Estado Militar construye su poder mediante la militarización de la sociedad, mientras que el Estado Terrorista construye su poder militarizando la sociedad y desarticulándola, mediante el horror, un horror real, que concomitantemente va eliminando millares de seres humanos y estructuras políticas, sociales y gremiales con una visión estratégica: la contrainsurgencia. (DUHALDE, 1983; p. 56)

Assim, para o Terrorismo de Estado se tornar operante era necessário desarticular a sociedade civil e política, ou seja, *la destrucción del entremado social democrático, expressado mediante los mecanismos de representación político y los aparatos ideológicos de la sociedad civil* (DUHALDE, 1983; p. 57). Para Duhalde este tipo de Estado pressupõe sua implementação mediante:

- supressão das liberdades públicas: liberdade de expressão, de reunião, de imprensa, etc;
- dissolução e supressão dos partidos, instituições e organizações políticas;
- intervenção em sindicatos e controle absoluto das universidades;
- controle e manipulação integral dos meios de comunicação orais, visuais e escritos;

³ Guilherme O'Donnell trabalha com o conceito de Autoritarismo-Burocrático utilizado basicamente com os mesmos preceitos. Alain Touraine mostra que dessas crises e do esgotamento de modelos políticos (no caso o populismo) é que surgirão os movimentos de esquerda revolucionários. Porém, não os utilizo neste trabalho, pois ambos têm posturas visões diferentes, e em segundo lugar, os dois privilegiam as condições econômicas para a emergência dos regimes autoritários, não trabalhando com o fato de que esses militares utilizavam uma ideologia – a Doutrina de Segurança Nacional.

- ataques a categorias profissionais de relevância social: advogados, jornalistas, psicólogos, igreja popular, educadores, escritores, atores, etc.

Desta forma, não seria para a população inteira que o TE se configuraria como forma operante. Atingia principalmente os setores sociais de oposição e aqueles que possuísem um capital cultural mais elevado que a média – que geralmente se tornavam oposição. A *política do medo* das quais as esferas de repressão deste Estado Clandestino atuava (como visto acima), ocorreu fundamentalmente nessa parcela populacional.

Dentro neste contexto, quem cumprirá a função de *semeadores do medo*, disseminando o terror em nível estratégico serão as forças policiais civil e militar. No caso desta dissertação, o caso da polícia civil será mais abordado, pois as Seções de Ordem Política e Social foram parte integrante do aparato estrutural da polícia civil. Contudo, será visto a questão das duas forças policiais, já que ambas deveriam atuar em conjunto para a vigilância sistemática da população.

Assim, serão aqui analisados os documentos produzidos e recebidos das Seções de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul, dez Delegacias Regionais localizadas em pontos estratégicos do interior do estado, que são as cidades de: Alegrete, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Lajeado, Lagoa Vermelha, Osório, Rio Grande e Santo Ângelo. Esta documentação é um sub-fundo do fundo da Secretaria de Segurança Pública, disponível para consulta no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Do total das informações analisadas na documentação recebida pelas Seções de Ordem Política e Social se observará dois grandes momentos de planejamento de ação estatal para as SOPS:

- 1964 a 1967: a preocupação principal foi a necessidade de legitimar o regime, para isso foi preciso efetuar uma primeira *operação limpeza*. Esta desencadeou a busca por exílio político de vários intelectuais, políticos e indivíduos ligados as Forças Armadas que não concordavam com as diretrizes do governo golpista. Mesmo assim, a repressão os acompanhou, pois sabiam da possibilidade de rearticulação política e que uma das estratégias visava à tomada de poder estatal a partir da conquista estratégica do Rio Grande do Sul. Nesse primeiro momento, o enfoque principal foi o controle sobre Leonel Brizola e seus colaboradores, através dos chamados pombos-correios e andarilhos que perambulavam pela região.

- 1970 a 1972: a preocupação inicial foi a manutenção dos aparatos constituídos na fase de instauração da ditadura civil-militar e principalmente a

eliminação da luta armada, que havia ganhado força entre os grupos de esquerda. Logo tornou-se necessária a articulação de uma nova *operação limpeza*. Para este segundo momento, o enfoque maior foi dado na montagem da *Operação Minuano* e o consequente desbaratamento e eliminação dos principais grupos de esquerda do Estado.

Aqui se encontra mais um dos focos abordados, que caracterizam a atuação do aparato de informação e repressão como executores de medidas para sanar os problemas causados pela *subversão*. Apresentar-se-á de que maneira as SOPS ajudaram a manter a vigilância sobre a sociedade e o controle dos focos da *subversão*, colaborando diretamente com as estratégias de ação vindas do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS).

Para complementar esta análise, o período que se estende de 1973 a 1979 será abordado, pois, abrange duas questões: o desencadeamento dos golpes civil-militares no Cone Sul e a participação do Brasil na organização dos aparatos de segurança dos demais países latinos – principalmente Uruguai e Argentina. E o fato do Rio Grande do Sul novamente tornar-se foco de vigilância por medo da infiltração *terrorista* pelas regiões fronteiriças da América Latina.

Assim, compreendendo as estratégias montadas para a segurança contra a *subversão*, percebemos a importância do Estado do Rio Grande do Sul para a manutenção da Segurança Nacional. A partir destas colocações, essa pesquisa também buscará apresentar as motivações norteadoras para a necessidade de constituição de um aparato tão específico quanto as SOPS no interior do Rio Grande.

Alguns dos documentos apresentados não serão novidade, em se tratando da temática da ditadura civil-militar brasileira, porém serão referidos e estudados para demonstrar que mesmo nas regiões mais interiores do Estado se via a operacionalidade do regime. Assim, até as regiões mais longínquas recebiam as mesmas ordens destinadas aos grandes centros, mostrando a homogeneidade quanto à forma operacional do sistema. Por isso, a escolha por referenciá-los, para mostrar que o entendimento do contexto e a forma de agir eram os mesmos em todos os recantos do Rio Grande. E com isso, entender que a funcionalidade deste aparato estava dentro de um contexto específico e que sua atuação se fazia necessária devido à posição estratégica que o Estado do Rio Grande do Sul ocupava dentro da ditadura de Segurança Nacional brasileira.

O instrumento teórico-metodológico utilizado na consecução desta pesquisa é a análise da História do Tempo Presente. Segundo André Burguière, a agilidade dos

acontecimentos e as transformações da atualidade no século XX fez urgir a necessidade de se decifrar o *passado próximo* (BURGUIÈRE, 1993; p. 737). Da mesma forma René Rémond, abordando o ressurgimento da História Política, trouxe mais bases para a utilização da História do Tempo Presente. Segundo ele, a sociedade sempre se transforma e nenhuma geração de historiadores será igual a outra:

[...] o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso faz nascer e do qual ele abraça, às vezes sem saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referências aos postulados da época. (RÉMOND, 2003; p. 13)

Logo, a sociedade sempre se transforma e junto com ela transformam-se também os questionamentos e as necessidades de respostas para o entendimento do contexto vivido. Eric Hobsbawm ainda complementa esta ideia dizendo que *todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sonda o mundo* (HOBSBAWN, 1998; p. 244). Isto explica as diferentes gerações de historiadores e as constantes transformações de interpretações dos fatos históricos. Ainda para Hobsbawm;

E quando não escrevemos sobre a Antiguidade Clássica ou século XIX, mas sobre nosso próprio tempo, é inevitável que a experiência pessoal desses tempos moldam a maneira como avaliamos a evidencia a qual todos nós, não obstante nossas opiniões, devemos recorrer e apresentar. (HOBSBAWN, 1998; p. 245)

Todas essas questões são colocadas, pois a maior crítica feita sobre a produção da história do presente está no fato de não se ter um distanciamento necessário para a produção da narrativa histórica, o que acabaria tirando o caráter objetivo da história, devido às motivações pessoais e as ideologias do período que estariam *contaminando* a produção histórica. Contudo, como é defendido, toda a história é uma história do tempo presente, pois as escolhas, os recortes e a visão que damos a construção narrativa dos fatos são igualmente levadas por motivações pessoais e as interpretações dadas a elas dependem da visão de mundo que temos. Assim, segundo Chauveaul e Tètart:

O historiador deve, [...], abstrair-se o mais completamente possível das interferências da ideologia e da subjetividade, estudando-as e procurando aprender verdadeiramente seu objeto, além de uma aceção puramente histórica. A

epistemologia da história do presente consiste, portanto em interrogar a história a fim de propor novos dados que aumentarão a sua capacidade de explicação e de sugestão. (CHAUVEAUL e TÈTART, 1999; p. 36 e 37)

Fazer uma História do Tempo Presente é sempre ter consciência de que o que foi produzido não é algo acabado e está passível de transformações, pois diferente dos historiadores que escrevem sobre o passado, não temos os resultados dos processos que sucederão no futuro, estando este em aberto. É também segundo Jacques Le Goff:

- ler o presente, o acontecimento, como uma profunda histórica suficiente e pertinente;
- manifestar quanto as fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo os métodos adaptados as suas fontes;
- não se contentar em descrever e contar, mas esforçar-se para explicar;
- tentar hierarquizar fatos, distinguir o incidente do fato significativo e importante, fazer do acontecimento aquilo que permitirá aos historiadores do passado reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração e numa problemática. (LE GOFF, 1999; págs. 101 e 102)

Complementando este pensamento, Enrique Serra Padrós fala que:

[...] é preciso apontar que o especialista do presente, dadas as características do próprio cenário do Tempo Presente precisa ser um historiador *generalista*, ou seja, aquele que terá como objetivos fundamentais a procura de uma compreensão que vá além da superfície e do que é visível (mesmo sabendo que, pela urgência de sua atuação, o grau de profundidade da sua análise seja diferente daquele historiador que trabalha com objetos já sedimentados dentro de uma lógica temporária de maior duração) e que, acima de tudo, procura fazer as conexões possíveis. (PADRÓS, 2009; p. 33)

Para realizar a construção do objetivo geral, de analisar a necessidade da especificidade das Seções de Ordem Política e Social no Rio Grande do Sul, esta dissertação foi dividida em cinco capítulos, que juntos responderam a esta questão.

No primeiro capítulo abordaremos rapidamente o contexto da Guerra Fria, período no qual os Estados Unidos difundiram a Doutrina de Segurança Nacional, sendo essa aceita pela intelectualidade militar, por ser similar à doutrina já desenvolvida dentro do exército, passando apenas por um processo de adaptação ao contexto da época através da incorporação dos conceitos de guerra revolucionária e inimigo interno. Posteriormente, se apresentará que a necessidade da rápida implementação do projeto

proposto pelos militares levou à prática do Estado Terrorista, apontando que a disseminação do terror moldou a sociedade conforme o projeto pré-estabelecido pelos militares, sendo o objetivo final a instauração do pânico ocasionando o engessamento da sociedade.

O segundo capítulo tratará de explicar de que forma foi constituída a *Comunidade de Informação* no Rio Grande do Sul, observando a forma operacional burocrática e colocando o Estado dentro do contexto repressivo do período da ditadura civil-militar. Também serão apresentadas as especificidades da repressão gaúcha através das Seções de Ordem Política e Social, cuja finalidade maior era a vigilância sistemática da população para ajudar o Departamento de Ordem Política e Social no controle da sociedade. Mostraremos de que forma eram organizadas estas SOPS e de que forma operavam respeitando as regras burocráticas de conduta e produção de informação.

O terceiro capítulo será destinado a apresentar os informes dedicados à análise do controle de exilados, caracterizando a primeira fase de *operação limpeza* articulada pelo Estado Terrorista em sua fase de legitimação. Como resultado desta política, será rigorosamente controlada a comunidade de exilados políticos, principalmente constituídos no Uruguai, para que não retornassem ao país. A partir desta primeira medida de saneamento estavam sendo acimentadas as bases para a estruturação do Estado Terrorista.

O quarto capítulo abordará a formação da *Operação Minuano*, articulada para o total fechamento do Rio Grande para controle da repressão, caracterizando a segunda fase da *operação limpeza*, no contexto em que o Terrorismo de Estado já estava estruturado. De sua estruturação até as conseqüências, veremos a eficácia desta estratégia de ação planejada que resultou numa verdadeira *limpa* das principais organizações de esquerda do estado do Rio Grande do Sul.

Por fim, o último capítulo tratará da colaboração entre os governos latino-americanos (com um enfoque maior na Argentina e no Uruguai), em que o Rio Grande do Sul será novamente um estado estratégico pela questão fronteiriça, controlando a entrada de estrangeiros considerados *subversivos* pelos nossos *hermanos*. Será também analisado um artigo produzido pelo aparato de informação e repressão para defender as ações empregadas pelo Estado Terrorista, classificando-o como inocente.

1. GUERRA FRIA E A REELABORAÇÃO DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Corrompei tudo aquilo que há de melhor no lado do inimigo por meio de presentes e promessas. Abalai a confiança, levando os melhores de seus tenentes à prática de ações vergonhosas e vis, não deixando de divulgá-las depois; entretende relações secretas com o que há de menos recomendável no inimigo e multiplicai pelo número destes agentes; perturbai o governo adversário; semeai a discussão entre seus chefes, estimulando seu ciúme e sai desconfiança; provocai a indisciplina, fornecei causas de descontentamento, escasseando os víveres e as munições; pela música, amolecei os corações das tropas; enviai-lhes mulheres para que os corrompam; fazei com que os soldados não estejam nunca onde deveriam estar; dai-lhes falsos alarmes e notícias; consegui a adesão dos administradores e governantes das províncias inimigas. Eis o que é preciso para criar dificuldades pela habilidade e pela astúcia.

(Sun Tzu)

A configuração que emergiu no cenário internacional durante período da Guerra Fria¹ foi o da disputa de espaços de influências entre as potências hegemônicas da época: Estados Unidos (EUA), líder do *bloco capitalista*, e a União Soviética (URSS), do *bloco socialista*. Essa situação ocasionou um reordenamento estratégico global, onde as potências periféricas deveriam aliar-se a um dos blocos. A partir desta configuração, os EUA, como política de contenção do avanço socialista, formularam e propagaram um conjunto ideológico baseado na Guerra Contra-insurgente chamado de Doutrina de Segurança Nacional. Essa doutrina tinha como finalidade principal combater e aniquilar os movimentos de esquerda partidários aos ideais do eixo soviético. Na América Latina, esse tipo de ideologia foi disseminada especialmente na

¹ Período entendido conforme define Fred Halliday como sendo um período que *Existiu, [...], uma contradição subjacente e universalizantes na dinâmica das relações Leste-Oeste. A Guerra Fria foi, acima de tudo, um produto da heterogeneidade no sistema internacional – para repetir, da heterogeneidade da organização interna e da prática internacional – e somente poderia ser encerrada pela obtenção de uma nova homogeneidade. O resultado disto foi que, enquanto os dois sistemas distintos existiram, o conflito da Guerra Fria estava destinado a continuar: a Guerra Fria não poderia terminar com o compromisso ou convergência, mas somente com a prevalência de um destes sistemas sobre o outro. Somente quando o capitalismo prevalecesse sobre o comunismo, ou vice-versa, o conflito intersistêmico se encerraria* (HALLIDAY, 1999; p. 192). Mais sobre o contexto ver SCHOULTZ, 2000; FERNANDES, 2009; PADRÓS, 2005 (os dois últimos mais específicos para a América Latina a partir do desencadeamento dos golpes ditatoriais).

década de 1960, após a Revolução Cubana ², pois a partir desse acontecimento histórico os países latino-americanos passaram a ser considerados um perigo iminente para os interesses norte-americanos.

A mudança de postura por parte dos Estados Unidos, somada às grandes crises econômicas que assolaram os países da América do Sul propiciou que, pouco a pouco, em nome da Segurança Nacional do Estado e do Continente, golpes civil-militares fossem instaurados. Deste modo, governos ditatoriais foram impostos, até que em 1976, com o golpe deflagrado na Argentina, a região do Cone Sul se encontrava toda fechada contra a *subversão*.

Os Estados que surgiram, juntamente com a aplicação dos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional, assumiram como metodologia de repressão o contra-ataque não só às esquerdas, mas também todos os que de alguma forma lembravam as tradições democráticas. Nesse contexto destacou-se o papel das escolas militares, tendo maior destaque a Escola do Panamá, onde foram ministrados cursos, com cartilhas específicas para a divulgação da doutrina, e ensinamentos de técnicas de tortura, interrogatório, e táticas de ação aos militares da América Latina. Isso propiciou uma maior integração entre os oficiais e contribuiu para as formações das futuras conexões repressivas (PADRÓS, 2005; MARIANO, 2006).

No caso brasileiro, a historiografia tradicional (ALVES, 2005; COMBLIN, 1980; IANNI, 2004; MIYAMOTO, 1995; OLIVEIRA, 1978; STEPAN, 1975), apresenta a DSN como uma ideologia importada e adaptada pelos militares, a partir de estudos realizados na Escola Superior de Guerra (ESG). Contudo, atualmente, após análises mais profundas do pensamento militar, este tipo de visão é visto como uma forma simplista e ingênua (ASSUNÇÃO, 1999; COELHO, 2000) de se perceber a intelectualidade militar:

Trata-se de interpretação-padrão bastante abrangente que, embora levante alguns pontos pertinentes, falha quando superestima a influência norte-americana e tende ao determinismo e à generalização simplista. Pouca atenção se dá as origens nacionais do pensamento militar, à diversidade das forças políticas existentes dentro das Forças Armadas, às diferenças de orientação de Governo a Governo ou à autonomia das decisões brasileiras no que se refere as relações exteriores. (GARCIA, 1997; p.22)

² Cujos processos se completaram em 1959.

Estes novos estudos apontam que no Brasil, desde as décadas de 1920 e 1930, já existia um pensamento formulado pelo General Góes Monteiro, dentre outros, que abordava e desenvolvia conceitos como Segurança Nacional, natureza do inimigo, noção de potencial nacional e principalmente o conceito de guerra total – pressupostos essenciais dentro da DSN. Porém, com a mudança estrutural do cenário internacional e a obtenção de novos conhecimentos, através dos cursos ministrados na Escola do Panamá, ocorreu uma reelaboração dos preceitos doutrinários e a incorporação dos conceitos de *guerra revolucionária* e *inimigo interno*. Com estas novas premissas, a Escola Superior de Guerra (ESG) e, conseqüentemente, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) tornaram-se os principais reformuladores dos princípios da doutrina. Nesse contexto, ganhou destaque a obra do General Golbery do Couto e Silva, visto como um dos principais articuladores dessas inovações, ainda que em alguns aspectos mantenha a essência tradicional desenvolvida desde a década de 1930. Essa permanência é abordada por Vânia Noeli Ferreira de Assunção, que ao investigar os pressupostos contidos no discurso golberyano, demonstrou como poderia ser vista esta continuidade desde os tempos de Góes Monteiro. A autora aponta, primeiramente, a existência de uma tendência, dentro da intelectualidade brasileira, de manter determinados padrões no pensamento denominados por ela como *pensamento conservador tradicional* (ASSUNÇÃO, 1999). Essa tradição não perpassa apenas a direita, como também a esquerda. A incorporação deste conservadorismo também é feita pelos militares, porém com uma pequena peculiaridade, pois, segundo a autora, entendiam os militares que o Estado não tinha uma estrutura organizacional sustentável capaz de conduzir o país ao desenvolvimento, à modernidade e à consolidação da Nação e com isto o Exército chamava para si a função tutelar do Estado:

Segundo Góes Monteiro, também é função do exército, em especial em países “mal organizados”, a manutenção da ordem interna “que não é representada somente pela garantia material das instituições, mas por igual, pela integridade política e moral da pátria”. Diante de qualquer ameaça de desagregação desta, uma “instituição saturada do sentimento nacional” “não pode acumpliciar-se, pelo preconceito da ordem constituída, com a falsa legalidade aviltante e oprobriosa”. O corolário é inevitável: “Assim, seria sempre idônea a intervenção das classes armadas para conjurar o caos”. (ASSUNÇÃO, 1999; p. 35).

Góes Monteiro é acima referido pelo fato de ser reconhecido como consolidador desse pensamento dentro da corporação do Exército e através disso constituir a identidade militar. Golbery incorporou os pressupostos de Monteiro e os contidos no pensamento tradicional conservador conforme sintetiza Assunção:

Da tradição conservadora, as idéias que serão incorporadas no pensamento golberyano referem-se especialmente à crítica aos limites e á inadequação do liberalismo político e uma concepção de democracia procedimental, à preocupação com a unidade de integração nacional, à pregação de por um Estado forte, centralizador e interventor cuja atuação se desse no sentido de diminuir o abismo social entre as classes e o olhar enviesado para as classes proprietárias e dirigentes (ASSUNÇÃO, 1999; p. 34).

Sendo assim, a ideologia propagada pelos EUA foi facilmente aceita, por já se adequar aos pressupostos desenvolvidos dentro da intelectualidade militar, principalmente na ESG. Outra mudança importante inserida a partir da reformulação da DSN foi a inclusão da polícia nos trabalhos de repressão e consecução do planejamento necessário para a defesa da nação.

1.1 DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL: ORIGENS E RELEITURAS

No Brasil, a tarefa de reelaborar os pressupostos doutrinários da DSN, acrescentando as noções de *guerra revolucionária* e de *inimigo interno*, coube à Escola Superior de Guerra (ESG). Esta escola foi criada em 1949, após promulgada a Lei nº 785 (DOCTRINA BÁSICA, 1979; p. 7), e se responsabilizou em formar um centro de pesquisa, objetivando estudos sobre o país, que valorizassem os princípios de segurança nacional e desenvolvimento. Assumindo este compromisso era formada a ESG - um centro de estudos para aprimorar uma doutrina para a *nação*.

Dava-se, assim, início ao processo de racionalização da ação política, com vistas a modernização do país e à aceleração de seu desenvolvimento, aspirações que já estavam na consciência de ponderáveis parcelas das elites nacionais, civis e militares, e que as práticas então vigentes estavam longe de alcançar. (DOCTRINA BÁSICA, 1979; p. 14)

A partir de então, buscou-se a *racionalização das atividades políticas, tradicionalmente relegadas ao empirismo e a improvisação* (DOCTRINA BÁSICA, 1979; p. 15) ocorrendo a necessidade de uma construção doutrinária específica para planejar devidamente as ações que o Estado deveria tomar, buscando o desenvolvimento e a segurança da nação (ALVES, 2005; COMBLIN, 1980; DREIFUSS, 2006; IANNI; GARCIA, 1997; 2004; MIYAMOTO, 1995; OLIVEIRA, 1978; STEPAN, 1975). Este trabalho só poderia ser realizado, conforme o discurso esguiano, mediante a preparação intelectual de uma elite especializada capaz de perceber o contexto nacional e internacional e elaborar estratégias de ação a partir da interpretação dos objetivos nacionais. Assim, toda a ação racional só poderia ser elaborada perante a necessidade de definição de um objetivo. Conforme a ESG os *Objetivos Nacionais (ON) eram a cristalização de interesses e aspirações que, em determinada fase de sua evolução cultural, a Nação buscava satisfazer* (DOCTRINA BÁSICA, 1979; p. 29), ou seja, eram os princípios norteadores da política nacional, já que funcionavam como a *tradução das aspirações e interesses de todo o grupo nacional* (SILVA, 1955; p. 155). Esses objetivos foram divididos em permanentes e atuais:

Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) são aqueles Objetivos Nacionais que representam interesses e aspirações vitais e que, por isto mesmo, subsistem por longo tempo.

(...)

Objetivos Nacionais Atuais (ONA) são Objetivos Nacionais, que, em determinada conjuntura e considerada a capacidade do Poder Nacional, expressam etapas intermediárias com vistas a se alcançar ou manter os Objetivos Nacionais Permanentes (DOCTRINA BÁSICA, 1979; p.30)

A partir da definição dos objetivos é que foram estabelecidos os princípios norteadores da doutrina para a ação política. Era a elite – principalmente a formada na ESG –, a responsável por captar ou interpretar, os interesses latentes da população, pois além de fazer parte da população, era a parcela preparada para este tipo de estudo. Assim, coube a ela desvendar os objetivos nacionais *em razão justamente de sua participação mais efetiva – e mais esclarecida – na vida nacional* (DOCTRINA BÁSICA, 1979; p. 34).

Por fim, demonstram que a dicotomia da sociedade aparece quando: *muitas vezes, certas elites estabelecem objetivos que colidem com a necessidade do país como um todo e, quando isto ocorre, surgem problemas graves na vida nacional, quando não sérios perigos de desagregação* (DOCTRINA BÁSICA, 1979; p. 34). Logo, era

necessário uma elite unida e preparada que elaborasse um projeto bem definido para o *bem comum* da nação e que este conjunto fosse a normativa predominante para a condução da sociedade à modernização, não abrindo espaço para um projeto concorrente – para não haver a dicotomia.

Desta forma, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), reelaborada mediante a situação de medo pela eclosão de uma guerra total e prevenção contra a *subversão*, logo era uma doutrina para um Estado de Guerra (ASSUNÇÃO, 1999). O temor mais imediato era relativo à questão da *guerra revolucionária comunista*, pois, segundo afirmavam, através deste tipo de ação, o comunismo estava aos poucos tomando importantes áreas de influência no cenário mundial e conquistando seus objetivos de expansão de sua ideologia. Como conseqüência disto, em caso de eclosão de guerra mundial, o *bloco comunista* estaria mais bem preparado e articulado podendo ser o grande vencedor do conflito (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1971; MANUAL BÁSICO, 1976; DOCTRINA BÁSICA, 1979; ALVES, 2005; COMBLIN, 1980; DREIFUSS, 2006; IANNI; GARCIA, 1997; MIYAMOTO, 1995; OLIVEIRA, 1978; STEPAN, 1975).

A partir disto, a *guerra revolucionária* era uma das principais preocupações dos formuladores da DSN, pois havia o medo, pelo fato deste tipo de tática ser caracterizado pela ação indireta, das massas serem mobilizadas aos poucos para uma ação mais completa. Logourgia a necessidade da grande concentração de estudos para a proteção contra o desenvolvimento deste tipo de guerra. Essa foi uma das questões mais importantes para a reformulação da doutrina. Com este discurso, os elaboradores da DSN a apresentarão como uma doutrina contra-insurgente, frente a este tipo de guerra com ação indireta.

Para conter o inimigo utilizador da tática da *guerra revolucionária* seria necessária uma forte coesão interna para que o projeto ideológico do adversário não pudesse corromper a sociedade. Assim, a incorporação de um forte discurso nacionalista foi elaborado, e a exigência da participação de toda a sociedade para a proteção do bem maior, que era a *Nação*, reforçado. Esta necessidade de colocar a nação como algo único, com o qual todos deveriam se comprometer, tinha por objetivo a eliminação de qualquer diferenciação social, pois a sociedade é una, logo deveria ser fundamental para se manter assim para conseguir garantir a segurança e o desenvolvimento. A partir deste raciocínio, quando problemas fossem identificados na comunidade nacional era necessário que a instituição especializada do Estado formulasse *normativas de*

princípios fundamentais e de procedimentos essenciais destinados a disciplinar a vida coletiva e a preservar a nacionalidade contra reações produzida por entidades adversas (MANUAL BÁSICO, 1976; p. 44).

O discurso nacionalista foi aplicado como forma de mobilizar a população em prol da missão de segurança e desenvolvimento da nação. O combate à subversão era apresentado como tarefa primordial e para isso a sociedade era estimulada a combater tudo o que poderia impedir o cumprimento dessa medida. Com isto, no momento em que se colocou a *nação* como fator de coesão, eliminou-se a separação social – o sujeito não pertencia mais a nenhuma classe específica – e, conseqüentemente, ocorria a despolitização e desmobilização da sociedade. Em outras palavras, o que era bom para a nação a elite especializada elaborava como forma de projeto de ação política, ou seja, a doutrina e a população em prol do bem maior - que era a nação - deveriam seguir esses pressupostos (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1971; MANUAL BÁSICO, 1976; DOCTRINA BÁSICA, 1979; ALVES, 2005; COMBLIN, 1980; DREIFUSS, 2006; IANNI; GARCIA, 1997; MIYAMOTO, 1995; OLIVEIRA, 1978; STEPAN, 1975).

Com isto, sendo a *nação* responsável pelo ordenamento e desenvolvimento da comunidade, logo deveria haver sempre uma ordem para que nada de errado ocorresse e a desestabilizasse. Pois, no momento em que começassem as crises nesta sociedade, cabia a elite do Estado elaborar um conjunto de normas – ou seja, uma doutrina – que restabelecesse novamente a ordem dentro desta sociedade. Entende-se, então, a necessidade de se racionalizar a sociedade civil, moldando-a através deste conjunto normativo, já que a partir da racionalização é que os perigos e objetivos seriam operados e entendidos de forma mais clara, contribuindo para a segurança e desenvolvimento do país.

Dentre todos os problemas que a sociedade poderia apresentar, o mais temeroso, como dito antes, era o da infiltração da *subversão* que através da tática da *guerra revolucionária* provocaria o desordenamento social, objetivando a tomada do poder. Desenvolvida no âmbito interno, este tipo de ação era visto como tática de dominação das massas, cujo principal reforço internacional de apoio estratégico seria dado pelo *bloco comunista*. Entendiam que este perigo poderia ocorrer através do desenvolvimento das seguintes fases:

1. *fase: Início da organização revolucionária* – É caracterizada pela ação clandestina. Nela são formados quadros que agitam, fazem propaganda, divulgam a ideologia comunista e exploram a fundo as *contradições internas* do meio. A opinião pública toma conhecimento do movimento.

2. *fase: Criação de clima revolucionário* – A organização revolucionária se amplia, por infiltração, em todos os setores. São estabelecidas as redes de vigilância, de informação e de resistência.

A subversão aumenta; o descontentamento se acentua; tem lugar greves, manifestações públicas, protestos sabotagens, desordens, tumultos, motins. O ambiente se deteriora.

3. *fase: Passagem à ação* – A subversão é franca e aberta. Criam-se bases para o movimento, esboçando a nova administração. Bandos armados desenvolvem, sistematicamente todas as formas de violência. As atividades revolucionárias se diversificam. Surgem as guerrilhas. Ativam-se as massas.

4. *fase: Rebelião Plena* – A multiplicação de bases culminaram com a criação de *zonas liberadas*. Formam-se o embrião do futuro Estado, estabelecendo-se um *governo revolucionário*, visando ao reconhecimento pelos *governos amigos*. A ação psicológica atinge o auge. As atividades revolucionárias se multiplicam por toda a parte. As forças de ordem se sentem isoladas. Começa a organização da Força Regular Revolucionária.

5. *fase: Contra-ofensiva geral* – Combinam-se as ações de guerrilhas com as operações militares clássicas da Força Regular. Acentuam-se, avassaladoramente, as ações políticas, inclusive as da política externa, e psicológicas, procurando desmoroar o suporte político do regime, e, com ele, das suas forças armadas. (MANUAL BÁSICO, 1976; p. 89 e 90)

Estas fases descritas eram vistas como um tipo de guerra ideológica, cujo objetivo fundamental era mobilizar as massas, preparando-as para a tomada do poder. A principal forma de estratégia de ação, segundo descreviam, era através da psicologia ideologizante, que consistia na utilização de um forte discurso contendo os pressupostos da dita doutrina subversiva. Esta era propagada através da panfletagem, mobilização social ou qualquer outro meio que esses dogmas pudessem ser propagados. Frente ao perigo era fundamental sua rápida identificação e conseqüente convocação da população para combatê-lo (ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1971; MANUAL BÁSICO, 1976; DOCTRINA BÁSICA, 1979; ALVES, 2005; COMBLIN, 1980; DREIFUSS, 2006; IANNI; GARCIA, 1997; MIYAMOTO, 1995; OLIVEIRA, 1978; STEPAN, 1975).

Com base nessa ação de identificação do problema, tinha-se no planejamento nacional a forma mais eficaz de combater este perigo iminente, pois a partir disto poder-se-iam traçar todas as possibilidades de ação frente a este *inimigo* de ação indireta e

subjetiva. Dessa forma: as *medidas contrárias à GR deveriam anteceder e responder, na mesma gradação, ao aumento da intensidade do processo subversivo. Por isso é que essas medidas eram consideradas de caráter preventivo, repressivo e operativo* (MANUAL BÁSICO, 1976; p. 99). [grifo meu]

Os estudiosos da DSN apontavam que a *guerra revolucionária (GR)* obtinha sucesso devido à utilização de estratégias psicológicas para a mobilização de massas em prol da sua ideologia. Devido a essa constatação, os elaboradores da Doutrina de Segurança Nacional entendiam que, as operações estratégicas, para manter a segurança da nação contra este perigo iminente, também deveriam ser baseadas na utilização das operações psicológicas, adaptando-as a seu favor como forma de sanar a ação inimiga e assim complementar o discurso golpista sobre a ação contra o *inimigo*.

Foi na consecução das *operações psicológicas* que se basearam as estratégias de ação contra a *guerra revolucionária*, pois consistiam em manobras que visavam eliminar o *inimigo* e foram definidas como *ações políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar um novo grupo – inimigo hostil, neutro, ou amigo – emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução dos Objetivos Nacionais* (MANUAL BÁSICO, 1976; p. 107). Este tipo de operação era dividida em duas partes:

1. Ação Psicológica, definida como: ação que congrega um conjunto de recursos e técnicas para gerar emoções, atitudes, predisposições e comportamentos de indivíduos ou coletividades, favoráveis à obtenção de um resultado desejado (MANUAL BÁSICO, 1976; p. 106).

[...]

2. Guerra Psicológica, entendida como: o emprego planejado da propaganda e da exploração de outras ações, com o objetivo de influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos adversos ou neutros, de modo a apoiar a consecução dos Objetivos Nacionais (MANUAL BÁSICO, 1976; p. 106).

Desta forma, é possível entender que as *operações psicológicas* eram estratégias discursivas de modelagem de comportamento de forma a conduzir a sociedade a seguir o projeto pré-estabelecido pelo Estado, fazendo frente ao projeto oposto, que era o da *subversão*, aplicado a partir da utilização da *guerra revolucionária*. Assim, a melhor forma de se conseguir este objetivo, de desequilíbrio e desmoralização do *subversivo*, era a construção de um *inimigo* desumanizado; da sua transformação em algo contrário ao coletivo nacional. Com isso, as *operações psicológicas* objetivavam:

... desmoralizar o inimigo, dando-lhe uma sensação de insegurança, de impotência, e de descrença no seu êxito, que o leve à rendição e, se possível, à sua posterior colaboração ativa com as autoridades legais.

É conduzida essencialmente sob as formas de propaganda e contrapropaganda, convindo, no entanto, salientar que todos os êxitos obtidos contra os bandos armados e guerrilheiros exercem sobre os elementos da subversão um efeito moral fortemente depressivo. Sendo o apoio da população essencial à subversão, é evidente que devem ser enviados todos os esforços no sentido de isolar o inimigo dessa população, criando entre eles um verdadeiro vácuo que dê a cada combatente, agente ou simpatizante do inimigo a sensação de se encontrar envolvido por um meio hostil que lhe recusa o apoio indispensável e a convicção de sua derrota. (MANUAL BÁSICO, 1976; p. 110)

Toda identificação e planeamento para este tipo de ação somente poderia ser feito se houvesse, um excelente aparato de informação bem articulado e desenvolvido, capaz de analisar todas as escalas de ação da sociedade, inclusive os próprios órgãos do governo, para a partir do conhecimento prévio, se prevenir contra qualquer ação futura dos grupos ligados à *subversão*. Isto era necessário para formular propostas de ação visando o combate ao *inimigo*. Não esquecendo que, fundamental para a garantia de sucesso operacional, era o cuidado para se preservar o sigilo de todo o planeamento e da tática de ação e a *coordenação completa e cuidadosa para que o inimigo não encontrasse nenhum ponto para desacreditar a campanha, como por exemplo, mostrar que certas partes da propaganda a ele dirigida estavam em desacordo com as informações fornecidas ao público em geral* (MANUAL BÁSICO, 1976; p. 112).

Para desacreditar o *inimigo* aplicou-se um discurso cheio de valores éticos na população explorando estigmas de moral contidos na sociedade, de maneira a apresentar o subversivo como alguém que não concordava com estes princípios. Entre outros, foram utilizados alguns métodos operacionais para *produzir efeitos depressivos na moral do adversário* (MANUAL BÁSICO, 1976; p. 113), objetivando a quebra de confiança no discurso do outro. Este reforço simbólico era feito a partir da propaganda – slogans, temas, símbolos – vinculados aos meios de comunicação de massa, considerado o mais eficiente para disseminar os objetivos desenvolvidos pelos elaboradores da DSN (FICO, 1997). O perfil de quem seria atingido pela *operação psicológica* eram os indivíduos ou grupos contrários à consecução do projeto proposto pelo regime e os *neutros*.

Assim, um dos pilares sustentadores da doutrina e que garantirá o seu sucesso foi retirado justamente da *guerra revolucionária: o inimigo interno*. Entendido que pode surgir de qualquer segmento social, é necessário uma flexibilização - ampliação - do conceito, tanto da doutrina como, conseqüentemente, da definição do *subversivo* (COMBLIN, 1980; FERNANDES, 2010; PADRÓS, 2005; BAUER, 2011).

O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios lícitos e ilícitos para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou intelectual avançado (FORTES, apud COMBLIN, 1978; p. 48 e 49).

Visto todo o projeto proposto de segurança e desenvolvimento, que envolvia toda a população, e para tal, o estabelecimento de rígidos padrões de conduta para a consecução dos objetivos propostos pelos elaboradores da DSN, entendemos, conforme nos mostra Luis Eduardo Duhalde, que as ações para a implementação da ditadura civil-militar, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, acabaram assumindo a forma de Terrorismo de Estado:

El propio desarrollo del modelo y su proceso de legitimación, han ido generando La estructuración de un nuevo tipo de Estado de Excepción, cuyas especificidades Le ortogan autonomía en relación al modelo de Estado Militar. Se trata Del Estado Terrorista, expresión ultima del denominado “Estado Contra-Insurgente” fundado en la doctrina de la Seguridad Nacional. (DUHALDE, 1983; p. 26)

Desta forma, a adoção do Terrorismo de Estado se deu a partir do emprego de práticas violentas e repressivas pelo Estado para alcançar seus objetivos:

El Estado Terrorista aparece como consecuencia de la imposibilidad que encuentra El Estado Militar de llevar adelante sus fines mediante el solo control direccional de la coerción y la subordinación de la sociedad civil. La represión pública, por muy intensa que sea, no alcanza para el logro los objetivos propuestos. Faltan dos componentes esenciales que son lo que aportará el Estado Terrorista: el accionar clandestino global del Estado Militar, y el crimen y el terror como método fundamental. Así, el Estado Terrorista es la culminación degenerativa del Estado Militar “eficiente”. (DUHALDE, 1983; p. 29 e 30)

Complementando esta definição, Miguel Bonasso apresenta o Terrorismo de Estado como:

Modelo Estatal contemporâneo que se ve obligado a transgredir los marcos ideológicos y político de la repression “legal”(la consentida por el marco jurídico tradicional) y debe apelar a “métodos no convencionales”, a las extensivos e intensivos, para aniquilar la oposición política y la protesta social, sea esta armada o desarmada. (BONASSO, 1990; p.7).

Entendemos assim que a necessidade do rápido emprego do projeto de Estado proposto pelo governo golpista gerou o Terrorismo de Estado e que, na tentativa de garantir a consecução de seus objetivos, utilizou as práticas mais violentas de vigilância e repressão para manter o controle da sociedade e eliminar a oposição, garantindo assim o desenvolvimento do projeto de segurança e desenvolvimento da nação.

Em seu poder ideológico, a utilização da metodologia de Terrorismo de Estado foi aplicada na qualidade das estratégias psicossociais que a ditadura civil-militar adotou, por isso, junto com a guerra revolucionária, o campo psicossocial é o mais importante e deveria ser planejado e protegido. Dentro desta lógica, Pierre Ansart argumenta que:

No campo terrorista, os mecanismos de propaganda constituem os órgãos essenciais da inculcação, ao contrário do movimento revoltoso, que, em sua dinâmica profunda, não tem necessidade dos apoios institucionais. Mas o sistema terrorista pode retomar todas as instituições utilizadas pelos ortodoxistas e que, em certa medida, já são construídas para divulgar as mensagens de conformidade. (ANSART, 1978; p. 152)

O autor ainda mostra que: *A linguagem dessa ideologia pode ser a mais vazia de informações e de argumentações, pois já não se trata, com efeito, de convencer pelo raciocínio, mas apenas de manter a obediência* (ANSART, 1978; p. 152). A carga emocional e a utilização do que o autor chama de *totens* – nação, família, etc. – também será fundamental na estratégia de formulação discursiva dos militares, pois a isso será fundamental para *alimentar as mensagens e legitimar as decisões* (ANSART, 1978; p. 152):

... embora nos antípodas do movimento de revolta, pode reconstruir também formas de pensamento mítico e apoiar nessa confusão um elemento de sua persuasão. Mas, enquanto a revolta projetava imagens dinâmicas aptas a suscitar e ampliar a

ação destruidora, a linguagem constrói aqui mitos de atestação (a terra, a nação, o chefe onisciente) propícios a submissão. Essa linguagem conduz à extrema oposição entre os valores e os não-valores, entre os grupos legitimados e ilegítimos. (ANSART, 1978; p. 152 e 153)

Esta tática de discurso serviu para causar uma maior segregação entre o que era considerado legítimo e ilegítimo dentro da sociedade contribuindo para excluir e criminalizar o *subversivo*.

A ideologia terrorista leva ao extremo essa dimensão [do legítimo e ilegítimo] e aponta no ilegítimo aquilo que é preciso destruir; tira todas as conseqüências da violência simbólica. Desde logo, a política terrorista é acrescida da lógica mortífera da ideologia: o ilegítimo já não é apenas o inferior que é preciso controlar, e sim o mal que cumpre destruir para que a sociedade legítima se realize. Ao mesmo tempo, essa destruição do mal simboliza a legitimidade do poder que usa de todos os meios para garantir a realizações dos pretensos ideais. (ANSART, 1978; p. 155)

Assim, a subjetividade em que atua o Estado Terrorista é onde se encontra a maior complexidade para poder definir racionalmente sua sistemática de atuação. E para a manutenção deste tipo de metodologia, segundo Ansart:

O controle ideológico dos mecanismos é indispensável para a manutenção dessa situação e em especial nos órgãos executivos, que só podem realizar essa tarefa conservando os seus segredos. Constitui-se assim uma situação de terror automatizada: a busca da criminalidade suscita resistências potenciais indefinidas, que impõem o recurso a um acréscimo de vigilância ideológica e multiplica as cumplicidades interessadas na manutenção do bloqueio discursivo. (ANSART, 1978; p.155)

O segredo, então, tanto na divulgação das características do inimigo quanto, principalmente, na lógica operacional do sistema, é o que garantirá o sucesso e a disseminação da lógica do terror. A partir de todas as evidências da construção ideológica e repressiva que constituíram a estrutura do estado ditatorial, entendemos que a vigilância e o segredo das informações obtidas fazem parte da construção discursiva das *operações ideológicas*, utilizadas como uma estratégia de implementação do terror.

1.2. CONSTRUÇÃO DO INIMIGO INTERNO, O *TERRORISTA*

Pretendemos agora examinar de que forma o *subversivo* foi construído como um adversário a ser combatido por ser prejudicial à nação. Alejandra Pascual, falando sobre isto, nos apresenta que:

Não houve, durante o regime militar, uma determinação precisa do que significava ser *subversivo* que surgisse de normas específicas ou de algum discurso esclarecedor sobre o conteúdo dessa terminologia. O significado, portanto, devia ser buscado nos discursos dos próprios militares, dos quais surgiam algumas das características dadas a quem era considerado inimigo. (PASCUAL, 2004; p. 50)

Apesar de ser um estudo feito sobre a ditadura civil-militar implantada na Argentina, podemos identificar que o mesmo se aplicava para o caso brasileiro. Isto pode ser verificado através do estudo de Caroline Bauer. Ao traçar de que forma ocorreu a construção do *inimigo* a autora coloca que, além do trabalho de violência física aplicado pelos agentes da repressão, ocorria também a *violência simbólica* propagada pelo trabalho ideológico destes agentes (BAUER, 2011; p. 64). Utilizando a construção do *inimigo* como forma de legitimação – lembrando que o discurso empregado era de que todo mal deve ser combatido para não destruir a sociedade³ – a autora aponta que:

A ação repressiva das ditaduras civil-militares de segurança nacional argentina e brasileira não somente foi desenvolvida contra militantes de organizações clandestinas, como também contra toda a forma de oposição política, encontrando legitimidade nesta forma de encarar a confrontação política como um tema de saúde, onde o inimigo foi visto como um “câncer” que precisava ser “cirurgicamente extraído e destruído” a fim de “restaurar a saúde da coletividade”.

³ Por este motivo é que se deve a necessidade de sempre invocar elementos como o de “nação”, “ocidente”, “família”, etc., nos discursos produzidos pelas ditaduras de segurança nacional (BAUER, 2011; ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1976).

Partindo-se dos pressupostos médicos a prevenção é a melhor forma de garantir a saúde; da mesma forma se agiria em relação à política (BAUER, 2011; p. 65)

Desta forma, descaracterizar o inimigo – *inimigo, subversivo, terrorista* – como indivíduo *de bem* através das operações psicológicas e pedagogizantes (como mostrado acima), de modo a separá-lo do todo, era fundamental para a preservação do organismo maior que era o Estado.

Ainda sobre a criação do *inimigo*, Bauer aponta que, logo no início da ditadura civil-militar, os contornos de caracterização dele eram mais fechados, atingindo principalmente os grupos guerrilheiros. Na medida em que o regime ia se fundamentando e precisava cada vez mais manter sua legitimidade, o conceito ganhava uma amplitude para toda e qualquer forma de oposição. Conseqüentemente, a partir deste tipo de ampliação conceitual, *a violência da linguagem empregada para designar o outro desperta sentimentos de medo e paranóia na sociedade, o que poderia levar a uma disposição à violência como recurso legítimo* (BAUER, 2011; p. 66).

Ainda apontando sobre a caracterização do *inimigo* como algo não pertencente ao corpo social devido à desumanização que era feita do *subversivo*, a autora mostra que:

Outra característica da definição de “inimigo” realizada pelas ditaduras de segurança nacional é o pressuposto de que este “inimigo” é um delinqüente, um criminoso que existe antes mesmo de haver cometido qualquer crime, seja por sua definição a priori como delinqüente, seja pelas tendências que o predispõem ao delito. (BAUER, 2011; p. 67)

Assim, todo esse conjunto de fatores reforçam a idéia de que a indefinição de um conceito exato sobre o que é o *inimigo* é o que garantirá a eficácia do regime e, além do sucesso doutrinário, ocorria conseqüentemente a disseminação da *cultura do medo*:

As ambigüidades e imprecisões na definição do “inimigo” geram processos psicológicos nas sociedades que são decorrentes da experimentação do medo, tais como os sentimentos de vulnerabilidade, a vivência em um permanente “estado de alerta”, a experimentação da impotência e a percepção da realidade de forma distorcida. Quando a definição sobre o inimigo não se encontra estabelecida, ou não se realiza de forma clara, como no caso das ditaduras de segurança nacional, os indivíduos podem se perceber como *vítimas potenciais* da repressão frente às atividades que desempenham em nível público ou privado,

tornando-se vulneráveis à ação repressiva. (BAUER, 2011; p. 67)

Justamente o segredo, tanto sobre como era o perfil exato do *inimigo* (de onde ele vem, de que forma atua, etc.), quanto sobre o funcionamento do aparato repressivo – principalmente o de informação que controlava o que a população deveria saber, e como esta *notícia* deveria ser propagada –, e a indefinição de alguns aspectos jurídicos eram um dos principais fatores que tinham como resultado a irradiação do medo generalizado na parte da sociedade atingida pelas *estratégias de implementação do terror*.⁴ Esta configuração de *medo* permanente foi o que impediu que a sociedade civil se mobilizasse contra as atrocidades que estavam sendo cometidas pela ditadura civil-militar. *O sucesso na aplicação do medo e do terror como forma de disseminar o indivíduo como cidadão e como pessoa, em nível individual, e como forma de dominação política, em nível coletivo, pode ser cotejado através das respostas que as sociedades deram a essas práticas* (BAUER, 2011; p. 71).

Este cotejamento, conforme Caroline Bauer mencionou, pode ser percebido em vários planos. Primeiramente:

Em nível individual, essa dominação foi alcançada quando as pessoas internalizam as ameaças à vida, portanto, aprenderam ou desenvolveram comportamentos políticos e sociais aprovados pelo regime, ou seja, passam por um processo de autocensura e regulação. Esta “interiorização da repressão” pode ser aferida, também, no modo em que esses indivíduos passam a construir a realidade. A falta de parâmetros para estabelecer o que é lícito ou não durante esses regimes propicia que a fantasia e a irracionalidade façam com que as pessoas experimentem os horrores possíveis que foram aplicados diretamente àqueles que foram seqüestrados, torturados, mortos ou desaparecidos. (BAUER, 2011; p. 71)

E, num segundo plano:

Em um plano coletivo, as sociedades passam a desenvolver comportamentos que podem ser chamados de amnésia social, como resultado de processos conscientes ou inconscientes de evitar pensamentos sobre o passado e sobre o futuro. As pessoas evitam pensar sobre um passado dotado de significado porque temem ser identificadas – no sentido de vinculadas aos “inimigos” – com a ordem deposta com os golpes de Estado; assim como quanto a um futuro incerto, que pressuporia o fim

⁴ ...em sua faceta repressiva, entende-se o conjunto de práticas como seqüestro, a tortura, a morte e o desaparecimento, assim como a censura e a desinformação, e de conseqüências, principalmente a formação da “cultura do medo”. (BAUER, 2011; p. 42)

da ditadura instituída. “Na verdade, a população desenvolveu o medo do medo. O medo e a ansiedade associados com a culpa interferem na percepção e na análise da realidade. Essas pessoas entraram naquilo que se pode chamar de um estado de anestesiamento”. (BAUER, 2011; p. 71)

A partir da eclosão da Revolução Cubana e das formações de militares que iam estudar na Escola do Panamá amplia-se a visão conceitual do *subversivo*, ou seja, muda-se a idéia que se tinha antes do contexto de 1959 – que era a de um agente que viria de fora e então mobilizaria a sociedade para a concepção de *inimigo interno*. Com isto, é reforçado o controle interno para o planejamento das prováveis ações futuras dos *subversivos*.

Nos discursos propagados e na documentação do período ditatorial, a forma mais comum de denominação deste inimigo era como *terrorista*. Esta ressalva é necessária, além de confirmar a idéia de indefinição dos contornos do *subversivo*,⁵ pelo motivo de nos levar à necessidade de esclarecer mais uma questão: a diferenciação entre terrorismo e terror. Terrorismo é utilizado como denominação das estratégias de ação visando a disseminação do terror, para atingir o objetivo final de consecução de um projeto estratégico pré-estabelecido pelo Estado; já terror é visto, então, como a consequência da utilização da metodologia empregada pelo Estado Terrorista, pois seus efeitos na parcela da sociedade atingida são o medo, pavor, ou seja, a ação psicológica empregada para modelar determinados padrões de comportamentos condutores da sociedade.

Esta necessidade de definir o conceito e a diferença entre *terrorismo* e *terror* é apontada por Héctor Saint-Pierre, para que a partir desta definição se impeça o emprego arbitrário e político do mesmo. A preocupação do autor surge pelo fato desta conceituação ser constantemente utilizada como justificativa para *castigos* a outros países e, no âmbito interno, é a justificativa para *la represión indiscriminada y el atropello a los derechos humanos y al estado de derecho, a partir de una guerra no definida y mal formulada, deflagrada en algún lugar incierto y contra un enemigo desconocido e invisible* (SAINT-PIERRE, 2003; p. 48). A utilização indiscriminada do termo terrorismo, conforme o autor, ocasiona a perda das bases legais e jurídicas para o combate ao *terrorista*, logo a necessidade de se definir este conceito, evitando abusos.

⁵ O terrorista pode ser qualquer pessoa, e pode executar suas ações em qualquer momento e em qualquer lugar, logo, o próprio termo terrorista já dá a idéia de indefinição quanto às características do *inimigo* a ser combatido.

Com isto, o emprego do termo terrorismo, geralmente serve para denominar o *outro* (SAINT-PIERRE, 2003):

... aquele que é odiado, de maneira a procurar uma cumplicidade tática entre o grupo terrorista e parte da população, na medida em que esta sinta a ação terrorista como a realização empírica de seus desejos de justiça ou de vingança. Nesse caso, a vítima deve ser muito bem escolhida, de modo que a característica que o torna o "outro", o inimigo, seja clara e suficientemente conhecida e odiada pela maioria da população, pois essa característica deverá representar "simbolicamente" a linha divisória entre "nós" e "eles". (SAINT-PIERRE, 2000; p. 213 e 214)

Complementando ainda esta ideia, Saint-Pierre fala, de forma mais direta que: *frecuentemente se emplea el apelativo "terrorista" para deshumanizar o desacreditar adversários políticos o cualquier oposición de régimen establecido* (SAINT-PIERRE, 2003; p. 54). Logo, o conceito é utilizado para separar um grupo desumanizado dos demais, para evitar a simpatia da população com eles, ou qualquer ato que venha deste grupo. Isto também faz com que se justifiquem os atos de violência do Estado sobre o dito *terrorista*.

Quando atua dessa maneira, o terrorismo procura, por um lado, demarcar nitidamente os campos políticos em que a sociedade se divide e, por outro lado, determinar com seu gesto o modo especial de relacionamento que deve existir entre ambos, isto é, reivindicar a violência como única forma possível de relação política entre campos antagônicos. (SAINT-PIERRE, 2000; p. 214)

Outra ressalva que deve ser feita sobre a utilização do termo, é quanto ao grau de subjetividade que ele acarreta. A subjetividade quanto à conceituação do termo é utilizada pela ditadura civil-militar para moldar o comportamento da sociedade. Quem não se enquadrava dentro do que era proposto pelo discurso da doutrina, era visto como *terrorista*. A sociedade passa a ser engessada nos padrões pré-estabelecidos, todos tornam-se inimigos em potencial, tendo a constante sensação de que podem ser o próximo a ser punido. Assim, entendemos que a não definição do conceito objetivo – quer dizer, o emprego do termo *terrorista* para designar o que era contrário ao estado –, é um fenômeno psicológico que tem como consequência despertar o terror, ou seja, um pavor incontrollável (SAINT-PIERRE, 2003; p. 53).

Como modalidade subjetiva, o emprego das práticas de Terrorismo de Estado pode ser melhor verificado através das formas de controle que o governo ditatorial implantava na sociedade. Caracterizado principalmente nas *operações psicológicas* realizadas pelo governo golpista, foram estratégias de manipulação da sociedade, disseminando discursos com valores míticos e nacionalizantes (cujo objetivo final é a desmobilização e despolitização da sociedade civil) como forma de destruir e desumanizar o inimigo e espalhando o terror que este poderia provocar.

Assim, o terrorismo é uma forma de violência que se realiza no âmbito psicológico do indivíduo (SAINT-PIERRE, 2003; p. 58), com o objetivo de produzir uma reação de pavor incontável, *El terrorismo es un acto de violencia que provoca una conmoción social, una acción social reactiva, esto es, una violencia que procura condicionar comportamientos, una relación de fuerza* (SAINT-PIERRE, 2003; p. 58).⁶ Esta relação de força, segundo ele, pode ser analisado em três níveis: tático, estratégico e político:

- Tático: é o mais visível, pois é a aplicação direta da força – atentados, mortes, mutilação – para causar o maior dano possível com maior publicidade (ou seja, repercussão do acontecimento). O tipo de vítima neste nível era o ferido, o morto, o seqüestrado, etc. São aqueles que diretamente sofrem a ação da violência;

- Estratégico: sempre com o intuito de provocar o terror, *ese pavor incontrolable que produce en las personas la sensación irresistible de ser vulnerable e estar desamparadamente expuesta a la violencia homicida* (SAINT-PIERRE, 2003; p. 59), em outras palavras, provocar a comoção social para atingir o objetivo de disseminação do terror. Tinham como tipo de vítima *aquella que no es alcanzada directamente* (SAINT-PIERRE, 2003; p. 61), mas se sente vulnerável, com a sensação de ser o próximo, *permanece viva y aterrada* (SAINT-PIERRE, 2003; p. 61);

- Político: *la desestabilización del enemigo, del desmembramiento del tejido social, la falencia del Estado* (SAINT-PIERRE, 2003; p. 59), em que o objetivo final é a tomada de poder após a destruição total (inclusive moral do inimigo). A vítima era o próprio Estado.

O controle populacional se dá justamente no nível estratégico, pois a partir de então qualquer medida, mesmo as mais violentas tomadas pelo Estado, são justificáveis e necessárias para a proteção de um perigo invisível iminente da sociedade. A vítima

⁶ Relação de força é entendido pelo autor como a ação que tem por objetivo impor uma organização de uma certa ordem social.

estratégica é a melhor arma utilizada, pois, *el fundamento del terror no es la muerte, sino la inseguridad que provoca, la certeza de vulnerabilidad ante el acciona del terrorista. El fundamento del terror es el sentimiento inequívoco de desamparo ante la voluntad del terrorista* (SAINT-PIERRE, 2003; p.61).

A partir disto, analisaremos a ação das Seções de Ordem Política e Social (SOPS) como praticante do nível estratégico do terror, através da vigilância sistemática da população e dos agentes de informação auxiliares à polícia civil. O nível estratégico de terror cabe a este órgão pelo fato de ser ele responsável pela produção sistemática de informes e cumpridor de ordens específicas vindas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão ao qual era subordinado. Como veremos mais adiante, as SOPS produziram informes, cumpriram ordens e, em casos necessários, detinham suspeitos que, na maioria das vezes, eram levados à capital para a realização das seções de interrogatório e tortura.

1.3. SISTEMA DE INFORMAÇÃO: CICLO E A BUROCRATIZAÇÃO

A Doutrina de Segurança Nacional, como se viu, era considerada uma *doutrina preventiva*. Obter um completo conhecimento das atividades da sociedade – em âmbito interno e externo – para poder estabelecer as estratégias de ação era algo fundamental para a sobrevivência do estado. A denominação do *inimigo interno* era algo muito flexível, pois qualquer cidadão podia ser um inimigo em potencial, tornando a lógica da suspeição e o medo pela vigilância uma forte característica do Estado.

Estes dois fatores combinados (*doutrina preventiva e inimigo interno*) farão com que a informação ganhe grande importância para a manutenção e também para a própria reformulação do Estado ⁷ e da Doutrina. Desta forma, a atuação coordenada e organizada de um forte aparato de informação foi essencial para o desenvolvimento de estratégias de ação para a preservação da Segurança Nacional. Entendemos então, que a atividade de inteligência abriga o núcleo coercitivo dentro dos diversos mecanismos

⁷ Maria Moreira Alves em seu estudo apresenta que na medida em que o Estado vai agindo para acabar com um determinado tipo de posição, ele vai se transformando, se fechando cada vez mais, e com isto surgindo novos grupos de oposição. Desta forma existe sempre este caráter de rearticulação tanto da direita quanto da esquerda. (ALVES, 2005)

desenvolvidos para a manutenção do estado e foi responsável pela disseminação da *cultura do medo*⁸ através da vigilância constante e da insegurança, já que todos são potencialmente *subversivos*, ou seja *cada um é encarcerado em si mesmo* (PADROS, 2005; P. 105).

A informação, segundo descrito na *Doutrina Básica* da Escola Superior de Guerra, tinha como papel:

... a nível governamental, a função de um órgão ou sistema de informação é suprir os Usuários (Chefe de Estado e membros da alta administração pública) de informações precisas e oportunas, as quais, somadas ao conhecimento provido através de estudos e relatórios produzidos pelos demais órgãos da estrutura oficial, permitiam àqueles clientes proceder a acertadas e úteis decisões relativamente à formulação da Política Governamental e ao planejamento e acompanhamento das ações decorrentes. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1979; p. 280)

Assim, foi organizado um forte Sistema de Informação, altamente articulado e burocratizado, de modo que com isto se tivesse o controle total da sociedade civil. A vigilância teve duas funções: elaborar as políticas e objetivos nacionais, e realizar um levantamento das origens dos perigos (interno e externo) que impediam a prática do planejamento estabelecido para a segurança e desenvolvimento da nação:

... os órgãos de informação vão mais além, porquanto identificam os agentes, a natureza, e amplitude desses óbices; a área fisiográfica e a faixa populacional onde se desenvolvem; as possibilidades e as intenções desses elementos, bem como os seus efeitos, inclusive psicológicos, que afetam a população. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1979; p. 280)

Em outras palavras, a informação serviu para a auto-defesa da Segurança Nacional e também para a própria manutenção do regime. Abaixo, um esquema didático proposto pelos autores do *Manual Básico* para se entender os passos da produção da informação:

⁸ Utilização indiscriminada de metodologias repressivas, que atingiam não só a vítima, mas o todo social, a *cultura do medo*, conforme Caroline Bauer se dá devido: *O uso generalizado e institucionalizado do clima de suspeição, dos seqüestros, da tortura, dos desaparecimentos e das mortes criou nessas sociedades um “efeito demonstrativo”, que atingia não somente aqueles que eram vítimas diretas dessas práticas, mas também todo o seu entorno social e familiar.* (BAUER, 2007, p. 18)



“Ciclo da Informação”
 (DOCTRINA BÁSICA, 1979; p.283)

Observando através do esquema, entende-se então que o “Ciclo da Informação” funcionava da seguinte maneira:⁹

1. Orientação: responsabilidade dos órgãos de planejamento, quando são transmitidas as ordens aos órgãos de informação responsáveis por atendê-las.

2. Produção: responsabilidade dos órgãos de informação, expedição de ordens sobre assunto determinado. São informados os dados conhecidos (através da coleta no arquivo do banco de dados do órgão de informação, confirmando se já possuem referência sobre o assunto), e os dados a serem completados (através da investigação ostensiva e sigilosa sobre o assunto). Estes dois itens juntos fazem parte da reunião de dados e constituem o *informe*. Após, os informes passam pelo processamento através do exame, análise, integração e interpretação, que darão origem à *informação* sobre o assunto.

3. Utilização: com a informação já produzida, é novamente responsabilidade dos órgãos de planejamento decidir como proceder com a informação adquirida, o planejamento necessário frente a esta, e a aquisição de mais dados conclusivos para melhor avaliar e executar o planejamento estratégico.

O ciclo é repetitivo e contínuo. E para a produção da informação é feita a seguinte ressalva pelos elaboradores da teoria:

... lembrar que a produção de informações obedece ainda a certos princípios básicos: objetividade, oportunidade, segurança, clareza, simplicidade, controle, amplitude, e imparcialidade. Esses princípios, se aplicados harmoniosamente, respondem em grande parte pela qualidade das informações. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1979; p. 285)

Estes princípios serão constantemente lembrados, como veremos mais adiante, pelos órgãos de informação do Rio Grande do Sul, com constantes mensagens que os ressaltam. As principais ressalvas serão: ética, rapidez e sigilo. Tudo para que não se colocassem em risco as operações pelo descomprometimento de seus agentes com a causa maior que era o Desenvolvimento e a Segurança Nacional.

⁹ Importante explicar o “Ciclo da Informação”, pois este ciclo será seguido em todas as escalas dos aparatos de informação. Assim, podemos entender como funcionava a “Comunidade de Informação” do Rio Grande do Sul, e a que era responsável cada órgão. Este mesmo esquema é utilizado por Ana Lagoa em sua obra (LAGOA, 1985)

Entendendo a forma de produção das informações, verificou-se que elas eram separadas em dois grandes grupos: informações internas e informações externas. Esta divisão primária visava o âmbito global das informações, e contida em cada um destes “grupos” estavam subclasses divididas *de acordo com diferentes critérios* (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1979, p. 286). Estas subclasses eram quanto às informações: global, regional e setorial.

Todas as avaliações para futuros planejamentos eram feitas mediante as *informações básicas*, ou seja, informações consolidadas contidas nos bancos de dados que serviam para um primeiro projeto sobre quais passos e que fatos a mais deveriam ser complementados para se traçar uma estratégia ou a verificação de perigo real (em alguns casos poderia ser negativo). As *informações correntes* seriam então estes novos fatos, informações atuais, complementadas nas informações básicas – e também ficavam armazenados no banco de dados atualizando-as.

Após este processo, é feita uma *estimativa*¹⁰, ou seja,

... é a projeção, em futuro previsível, de um fato ou situação, feita com base na análise objetiva e todos os dados envolvidos e no estudo das possibilidades de sua evolução.

A Estimativa será produzida apenas sobre assuntos que se enquadrem na área de competência do escalão hierárquico a que se subordine o Órgão de Informação considerado. Sua difusão inicial limitar-se-á, obrigatória e exclusivamente, aos respectivos escalões superiores, no campo hierárquico (canal de comando ou de direção) e no campo das Informações (canal técnico). Difusão posterior apenas se fará por decisão dos mencionados escalões.

¹⁰ Carlos Fico, em *Como eles Agiam*, analisando o documento *Manual de informações* entende estas divisões da informação conforme o seguinte quadro:

<i>Critérios</i>	<i>Subclasses</i>
<i>Abrangência ou área de assunto</i>	<i>Globais ou nacionais</i> <i>Regionais</i> <i>Setoriais</i>
<i>Validade no tempo</i>	<i>Básicas</i> <i>Correntes</i> <i>Estimativas</i>
<i>Valor quanto ao alcance da ação q que interessar</i>	<i>Estratégicos</i> <i>Operações ou táticas</i>
<i>Campo de expansão do poder nacional</i>	<i>Políticas</i> <i>Econômicas</i> <i>Psicossociais</i> <i>Militares</i> <i>Técnico- científicas</i>

(FICO, 2001.p. 96). Porém, optamos por colocar as explicações conforme descritas nos manuais da Escola Superior de Guerra, por ser uma constante explicativa verificada nestes manuais doutrinários produzidos pela escola.

A produção de uma Estimativa é decorrência de uma extrapolação inteligente, uma projeção do raciocínio procurando antever o futuro, isto é, especulando sobre o que acontecerá e, para isso, manipulando inúmeras variáveis. É por essa razão que alguns autores preferem dominar esse tipo de conhecimento como elementos especulativo-prospectivos ou especulativo-avaliativos. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1979, p. 287)

A partir desta explicação, entende-se melhor como eram “separadas” as informações e que tipo de órgãos tinham acesso a elas. Percebemos que o segredo é utilizado como técnica de informações, logo, quanto mais grave for o potencial de perigo, maior será seu grau de sigilo. Com isto, a maior parte das informações fica restrita aos órgãos de planejamento – ligados aos mais altos escalões do governo –, que decidem o que e como (entende-se, que elaboração de discurso) as informações deviam ser repassadas aos demais órgãos.

Quanto ao critério de alcance, a informação poderia ser:

- Estratégica: quando o conhecimento de um fato determinado era de interesse imediato para o desenvolvimento do planejamento estratégico. Toda a informação era voltado para este interesse, pois daqui eram desenvolvidos projetos para a Segurança Nacional e Desenvolvimento. Aos cuidados dos mais altos níveis escalão;

- Operacional: o mesmo sobre o tático, porém a execução é diferenciada, pois tem tempo e espaço limitados de alcance. Utilizadas pelos escalões *intermediários e inferiores da estrutura governamental* (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1979, p. 288);

- Tática: destinada às operações militares;

- Administrativas: *relacionadas com a rotina operativa da conduta dos negócios públicos e da fiscalização dos negócios privados* (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1979, p. 288).

Englobado neste processo, não poderia ficar de fora o serviço de contra-informação. Utilizado como forma de neutralizar ações de opositores e também buscar o conhecimento sobre o grau de informação que eles têm sobre a atuação do governo vigente. Como seu caráter é essencialmente defensivo, *seus métodos de ação e suas operações são essencialmente ofensivos* (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1979, p. 289). Sendo assim, a *Doutrina Básica* ainda demonstra que:

As atividades e o campo de atuação da Contra-Inteligência foram alargados de modo bastante significativo nos últimos anos, em decorrência de pelo menos dois fatores básicos:

- a notável expansão dos serviços de informações estratégicas de segurança de quase todas as nações forçaram, obviamente, o crescimento correlato da Contra-Inteligência;
- a complexidade dos problemas de Segurança Interna, especificamente após a Segunda Guerra Mundial, pela intensificação das ações subversivas e da espionagem do bloco comunista, fizeram com que a Contra-Inteligência não se cingisse mais somente às suas atividades tradicionais. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1979, p. 290)

Então, a Contra-Inteligência busca neutralizar a ação dos agentes de espionagem ou das ações possíveis de grupos opositores, bem como proteger a própria ação estratégica do sistema:

... no âmbito interno, as que objetivam neutralizar a criminalidade organizada com fins políticos.

(...)

Contra-Inteligência é um aspecto da atividade das Informações que engloba um conjunto de medidas destinadas a neutralizar a eficácia dos Serviços de Informações adversos e a salvaguardar os segredos do interesse da Segurança Nacional, bem como identificar agressões de caráter psicológico à população. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1979, p. 290)

Quanto à parte sobre as “agressões de caráter psicológico” está se referindo a preocupação do contra discurso utilizado pelos *subversivos* a fim de ganhar repercussão nas massas ou gerar mobilização social. Visando este problema, discursos dogmáticos serão elaborados pelo regime, utilizando *mitos* que objetivam descredibilizar o adversário (como por exemplo, a degeneração da família, pois os *subversivos* não respeitavam esta instituição pilar chave da sociedade cristã ocidental).

Dentro desta perspectiva, estes são fatores importantes para entender o aparato de informação como disseminador da *cultura do medo*. O que mais contribui para isto é o aspecto do segredo das informações obtidas e também a forma de operação do sistema de informação. Não divulgando as potencialidades de inimigos ou perigos existentes na sociedade, ficava mais fácil manter o controle, *o desconhecimento do que estava ocorrendo e a desconfiança sobre o que o aparato repressivo era capaz de produzir sobre qualquer pessoa, particularmente, o medo* (PADRÓS, 2005; P.105). Por este motivo, como perceberemos mais adiante, é constante a preocupação em manter sigilo das fontes, dos informantes, do conteúdo e da forma como operavam.

O ocultamento de informação é complementado pela manipulação da mesma com a conseguinte negação dos fatos e falseamento da realidade. Seu manejo evasivo e diversionista é um aspecto muito importante para a amplificação do efeito psicológico e do alcance da situação traumática. Como seu alcance é global, acaba funcionando como mecanismo acoplado à violência irradiada. (PADRÓS, 2005; P.105)

Desta maneira, o segredo foi entendido como uma forma de poder (ANTUNES, 2001) estratégico para a condução e manipulação do comportamento da sociedade civil. O que complementava a atmosfera de suspeição e medo que pairava no ar.

A articulação para que o *Ciclo da Informação* fosse colocado em prática se deu através do desenvolvimento de um forte aparato que serviu tanto para a repressão como para a obtenção de informação. A constituição desta rede bem articulada foi fundamental para a sobrevivência organizacional do regime instituído.

Esta rede de informações era formada pelo SNI (Serviço Nacional de Informações), principal órgão ¹¹ que centralizava todas as informações e as repassava para o Presidente da República. Na composição do SNI constavam mais dezesseis órgãos especializados, dentre estes se encontravam:

- DSI (Divisão de Segurança e Informação) e ASI (Assessorias de Segurança Interna): produziam informações dentro dos ministérios civis e organismos de empresas federais.

- F2 (Forças Armadas), E2 (Exército), M2 (Marinha), A2 (Aeronáutica); S2 (dos três Ministros Militares): responsáveis pela produção de informação dentro do Estado Maior das Forças Armadas. ¹²

- CIE (Centro de Informações do Exército), CIA (Centro de Informações da Aeronáutica), CENIMAR (Centro de Informações da Marinha): produziam informações desses três ministérios militares.

- P2 (Serviço Secreto da Polícia Militar), DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informação-Centro de Operações de Defesa Interna), DOPS (Departamento de Ordem Política e Social): responsáveis pelo sistema de informação e repressão em âmbito estadual.

¹¹ Criado pelo Decreto-Lei nº4341, de 13/06/64, servindo como organismo de assessoramento do Executivo.

¹² As Segundas Seções de todos os órgãos eram responsáveis pelas informações.

Deste modo, a lógica do sistema de informação montado seria de um controle geral da população, produzindo informações diárias (cada órgão) e centralizando o caráter operacional no SNI. Para dar mais agilidade no sistema foi instituído que a Secretaria de Segurança Pública de cada Estado centralizaria a informação e também o núcleo operativo. Todos extremamente racionalizados e burocratizados para haver uma homogeneidade na operação não havendo falhas no sistema.

2. NO CORAÇÃO DAS TREVAS DOS PAMPAS: SEÇÃO E ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (SOPS)

... na conquista deve saber frustrar os planos de seu inimigo, comprometendo suas alianças, criando desavenças entre o soberano e seus ministros, entre os superiores e inferiores, entre os chefes e subordinados. Seus espiões e seus agentes devem estar em toda parte, colhendo informações, semeando discórdias e fomentando a subversão. O inimigo deve ser isolado e desmoralizado, sua vontade e resistência quebrada. Assim, o inimigo cairá sem combate, seu exército será conquistado, suas cidades ocupadas e seu governo substituído.

(General Meira Mattos)

Uma das bases mais importantes para o funcionamento da ditadura civil-militar centrou-se na máxima obtenção de informações para melhor planejar e executar planos de ação deferidos pelo Estado em casos de perigos futuros. Para isto, foi imprescindível a criação de um sistema de informação racionalizado e burocratizado para a vigilância e o controle da sociedade.

Obedecendo este raciocínio foi montado um poderoso Sistema de Informação: o Sistema Nacional de Informação (SNI), responsável pela centralização de dados. Contudo, por ser o território brasileiro de dimensões continentais, o sistema não seria eficiente o bastante se operasse sozinho. Por isso articulou-se a partir de uma gama de subdivisões que integraram Exército, empresas particulares e privadas e as polícias civil e militar, complementando o grande conjunto e tornando mais eficaz a captação e utilização das informações.

O Rio Grande do Sul, dentro do processo de constituição do sistema de informação, apresentou uma peculiaridade: as Seções de Ordem Política e Social (SOPS), estrategicamente posicionadas no interior do estado. No próximo capítulo explicaremos detalhadamente como funcionou e se estruturou este órgão como parte integrante da Comunidade de Informação no Estado gaúcho. Cabe agora, tentar identificar as prováveis motivações para a constituição de aparato tão específico.

Fábio Chagas, em trabalho desenvolvido, se propõe a mapear a luta armada no Rio Grande do Sul nos anos de 1960 e 1970. Para cumprir este objetivo, o autor primeiramente faz um valioso estudo sobre a formação política e econômica do Rio Grande para, a partir de

então, traçar um perfil e compreender as diferenças relativas à atividade política, historicamente florescente no Estado sulino. Segundo ele, o Estado, tradicionalmente constituído como zona fronteiriça terminou, pelas constantes batalhas e determinados isolamentos, por constituir uma identidade própria que se enraizou com as seguintes características: belicosidade, autoritarismo, povo politizado e a tomada de partido – ou seja, jamais optaram pela neutralidade. Estas características, somadas à questão geográfica de zona fronteiriça, propiciou ao Rio Grande do Sul constituir-se tradicionalmente como um espaço de *política alternativa* aos opositores:

O Rio Grande sempre fora utilizado como alternativa aos grupos políticos que em certo momento das contentas viam-se ameaçados de aniquilamento ou eram vítimas de perseguição. A fronteira figurava como base de ação política para estes grupos, levando por sua vez, a que a população gaúcha das fronteiras, bem como os militares lá sediados, se posicionassem por um dos lados contendores. (CHAGAS, 2007; p. 34)

O autor segue analisando que em todos os momentos políticos nacionais o Estado esteve presente, ainda que com algumas peculiaridades, mas nunca deixando de refletir do regional para o contexto nacional. Aponta como característica muito interessante o processo político e o desenvolvimento de novas ideologias, não só cooptados pelas elites, mas, principalmente a partir da década de 1920, a assimilação ideológica refletida nos movimentos sindicais e operários, cujo resultado culminou no grande expoente reivindicatório.

Também analisa o quão forte foi a questão do trabalhismo, a partir da estruturação do PTB no Rio Grande do Sul, principalmente quando grandes lideranças políticas começaram a despontar na região (assunto melhor abordado no quartocapítulo). Importante agora é ressaltar que todas essas questões foram culminantes para a formação de uma cultura política, logo, segundo o autor, o povo gaúcho sempre se mostrou politizado, abarcando completo entendimento de todas as questões que ocorriam no plano nacional. Como exemplo, mostra o seguinte movimento de resistência:

Na epopéia de agosto-setembro de 1961 no Rio Grande do Sul, o povo gaúcho deu mostras que realmente era politizado, pois se mobilizara em todas as suas instâncias e acima dos interesses de classe naquele momento. Um exemplo demasiadamente ilustrativo fora o das mulheres pobres moradoras de bairros afastados e com pouca infraestrutura que marchavam pelas ruas do centro de Porto Alegre. Vestidas humildemente, algumas delas inclusive grávidas, reivindicavam o direito de se manifestar sobre os destinos da nação. Lutava pela legalidade e por uma lei que amparasse a todos e não apenas a uma casta de privilegiados. Davam mostras assim que o povo gaúcho quando convocado em nome de questões que mobilizam

massivamente sabia ser fiel à luta sem dele fugir. (CHAGAS, 2007; p. 95)

Assim, por ser uma região de fronteira e abrigar um povo politizado o estado apresentava características diáfnas que o caracterizavam como um indubitável *problema*. Associada a estas questões estava a característica geopolítica do estado gaúcho.

Dentre os pressupostos básicos da Doutrina de Segurança Nacional, uma particularidade apresentava-se nas diretrizes desenvolvidas na América Latina que foi a incorporação dos preceitos geopolíticos à DSN, podendo-se dizer que a geopolítica foi a geografia do estado de segurança nacional (CHILD, 1990; p. 215). Para o Brasil, o grande teórico sobre os pressupostos geopolíticos ligados a Doutrina de Segurança Nacional foi o General Golbery do Couto e Silva.

Golbery do Couto e Silva define como geopolítica *o planejamento da política de segurança de um Estado, em termos de seus fatores geográficos* (SILVA, 19; p. 67), e segue ainda dizendo que:

[...] ser a Geopolítica sobretudo uma arte – arte que se filia a Política e em particular, à Estratégia ou Política de Segurança Nacional. Buscando orientá-la à luz do espaços politicamente organizados, diferenciados pelo homem. Seus fundamentos se radicam, pois, na Geografia Política, mas seus propósitos se projetam dinamicamente para o futuro. (SILVA, 1967; p. 33)

Desta forma a premissa básica da geopolítica para o general está na Estratégia para a ação do Estado, tendo como aspiração o *ideal da grandeza das respectivas pátrias* (SILVA, 1967; p. 31) que as produzem. As principais influências geopolíticas, em Golbery, serão Mahan e Mackinder, pois segundo o autor, estes colocam a Estratégia nas suas mais elevadas acepções e não apenas no âmbito militar.

Elaborada, então, como uma Estratégia para a ação do Estado mediante ao seu espaço físico, propõe que seja feita uma geopolítica genuinamente nacional:

Mas só vale, realmente, a Geopolítica por sua contribuição se, como a Estratégia, souber assentar-se em Objetivos Permanentes que traduzem as aspirações e os anseios da consciência nacional. Tal pedra de toque verdadeira da Geopolítica que, se admite, como toda arte, princípios gerais e se, de fato, se cristaliza em torno de uma doutrina válida, até certo ponto, para quaisquer meridianos e paralelos, nem por isso deixará de ser, antes de tudo, uma Geopolítica Nacional (SILVA, 1967; p. 33).

Com isto, ligou-se a Estratégia de Segurança Nacional com os pressupostos geopolíticos, doutrina e ação juntas, de forma que se entendesse completamente o território para assim conquistar o desenvolvimento interno, a partir de uma maior integração nacional e após projetar-se como uma potência relevante no cenário internacional. Esta ligação - Segurança Nacional com Desenvolvimento e Geopolítica - que foi adicionada aos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi conhecida como clássica.¹

A base do pensamento de Golbery está baseada em duas questões: na lógica do medo e na defesa da Civilização Ocidental. A Segurança Nacional é o essencial para a sobrevivência da nação, assim os pressupostos de nacionalismo e defesa do território nacional estão presentes em todo o discurso do general. Inclusive Oliveira Ferreira aponta que: *O medo de que a civilização cristã desapareça inspira o pensamento do General Golbery; e de tal forma que se faz sentir a presença desse elemento irracional nas páginas preliminares, que se poderia dizer que o conceito de desenvolvido na Geopolítica do Brasil se fundamenta nele* (FERREIRA, 1984).

Este pavor de Golbery estaria dentro do contexto da lógica da Guerra Fria, pois segundo ele antagonismos foram despertados e a briga pelo poder no cenário internacional entre as nações poderia levar a destruição da civilização ocidental.² Dessa forma, o conceito de civilização ocidental vai embasar sua teoria, e dentro deste, estão os três pilares fundamentais de seu raciocínio:

O conceito de *Civilização Ocidental*, entendida como uma “visão mística do Ocidente” – um programa, um propósito, um ideal. Dentro deste programa estão:

→ Ciência: racional como instrumento de ação. Fica muito claro inclusive quando ele propõe de forma metodológica a construção de um “Conceito de Estratégia Nacional”, por exemplo.

→ Democracia: forma de organização política. Lembrando que sua teoria se baseia tanto no anti-liberal como no anti-totalitário. A democracia é a melhor opção, pois ela pode se autocorrigir.

→ Fé: cristianismo como padrão ético de convivência social, a forma de salvação da civilização ocidental segundo Golbery estaria na fé.

Logo, esses são os princípios essenciais:

¹ A maior parte dos autores que trabalham com a DSN colocam estas duas como peculiaridades da doutrina para a América Latina.

² Baseado na teoria de Toynbee, que ao estudar a civilização ocidental de sociedades que desapareceram, apresenta que elas tinham uma certa lógica – nascimento, desenvolvimento e a ruína – Golbery temia que estivéssemos chegando no último estágio da civilização.

E aí se contém em seus justos limites: liberdade, igualdade e fraternidade; o amplo reconhecimento da dignidade do Homem; a plena expansão da personalidade individual; o máximo bem-estar físico e espiritual, para todos; a justiça social e a paz (SILVA, 1967; p. 226).

Visto isso, é importante ressaltar que a visão de mundo golberyana estava numa lógica de estado de guerra, pois esta poderia ser desencadeada a qualquer momento. A organização interna e o desenvolvimento seriam essenciais para garantir a sobrevivência da Nação, logo a integração territorial serviria como forma de fortalecer o território sobre duas frentes: desenvolvimento, pela utilização de recursos nas partes “vazias” do território; e segurança, pois esses espaços vazios seriam os lugares mais possíveis para uma penetração do inimigo.

Assim a teoria geopolítica serviu para reforçar o poder do estado e, estando fundamentada principalmente na preocupação de preencher os territórios vazios do país, pois estes seriam mais facilmente *tomados* pelo *inimigo*; em expandir a América Latina para o Pacífico e o Atlântico Sul – cujo Brasil seria o principal líder condutor deste processo –, visando a proteção do continente contra a *subversão*; e a projeção do país como potência mundial para então conquistar o seu papel natural como condutor do continente para o progresso (MIYAMOTO, 1995; SILVA, 1955; SILVA, 1967; SILVA, 1981; SCHILLING, 1981).

A preocupação quanto à posição estratégica do Rio Grande do Sul concentrou-se no fato desta apresentar-se como uma importante zona de interferência da política externa desde os primórdios do golpe, devido à questão da zona de fronteira, crucial para garantir a segurança do país, conforme descrito por Golbery do Couto e Silva que:

[...] os limites do território, as fronteiras políticas – zonas de transição e frentes de contato, e principalmente, as fronteiras de civilização no sentido de Bowman – “janelas abertas aos empreendedores sobre um mundo ainda desaproveitado” (Siegfried); zonas vitais, cuja perda se traduzirá na anulação do poder de recuperação do Estado, áreas críticas de produção e de circulação, zonas-problemas à espera de soluções. (SILVA, 1967; p. 35)

Dentro desta perspectiva, o território do Rio Grande do Sul era uma zona estratégica devido à questão da fronteira e a zona portuária, conforme demonstra Ananda Simões Fernandes:

Os municípios gaúchos declarados como área de segurança nacional foram a cidade portuária de Rio Grande e, principalmente, os que são caminho de passagem para a fronteira e os que fazem fronteira direta com o Uruguai (Jaguarão, Quaraí e Santana do Livramento) e a Argentina (Itaqui, Porto Xavier, São Borja e Uruguaiana). Assim, durante a ditadura, a fronteira era um espaço crítico a defesa interna e externa, levando os governos a nomear os interventores dos municípios localizados, assim como reforçar as tropas nos quartéis. (FERNANDES, 2009; p. 87)

Assim, estrategicamente posicionado, pois fazia fronteira com os dois *parceiros naturais* do Brasil (MIYAMOTO, 1995; SCHILLING, 1981), foi de importância fundamental manter a região livre da *subversão*. Um destes reforços foi a implementação das Seções de Ordem Política e Social (SOPS) no interior do Rio Grande do Sul, que funcionavam como *braços operacionais do DOPS/RS* (BAUER, 2006), cujo entendimento estrutural destas seções é o objetivo deste capítulo.

2.1. A COMUNIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO: O CAMINHO DA INFORMAÇÃO

A burocratização do aparato da informação fazia com que todas as suas escalas funcionassem de forma organizada, para que se pudesse ter conhecimento do todo com maior agilidade, podendo assim estabelecer as estratégias de Segurança Nacional. Através da produção dos inúmeros informes, *batidas* em locais onde funcionavam *aparelhos subversivos*, interrogatórios e outros, eram formados grandes bancos de dados, obtendo, através destas medidas, o controle de forma racionalizada de toda atividade social. Lembrando que estes bancos de dados foram parte importante para a elaboração da parte 2 do *Ciclo da Informação*, conforme apresentado no capítulo anterior.

O conjunto de todos estes conhecimentos e processamentos de informação originava relatórios, dossiês, entre outras informações que serviram para orientar as práticas das ações dos órgãos. Assim funcionava o aparelho de informação, servindo tanto para vigiar quanto para punir.³ Aqui no Estado esta operacionalidade também pode ser observada.

³ Seqüestro, prisões, torturas, entre outros faziam parte das “táticas” para a detenção da informação.

O Rio Grande do Sul, como os demais Estados, não escapou desta lógica. Porém, para esta região, percebeu-se uma pequena especificidade que tornava o sistema de repressão do sul um pouco diferenciado em relação aos outros Estados. A chamada *Comunidade de Informação do Estado*⁴ foi extremamente burocratizada (como os demais órgãos), tendo centralizada toda a sua estrutura na Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul da seguinte maneira:



(Esquema retirado do Acervo Particular Sinara Porto Fajardo.)

⁴ Como comumente se referem os órgãos de informação quando falam de si em inúmeros documentos.

Estes órgãos compuseram, de forma esquemática, a Estrutura básica da Secretaria de Segurança Pública. Sua organização se deu da seguinte forma:

- Secretaria de Segurança Pública (SSP): parte responsável pela centralização das informações e comando de todas as operações dos demais órgãos pertencentes a “Comunidade Informação”. Possuía duas subdivisões: Conselho Superior de Segurança Pública e a Junta Administrativa e Controle do FUMDEP ⁵, ambos órgãos coletores. Estava ligada diretamente a SSP e ao Conselho Estadual de Trânsito. Assim, a Secretaria enviava ordens e pedidos de busca, solicitando respostas para montagem de dossiês, como também enviava informes devidamente avaliados, após o recolhimento total;

- Divisão Central de Informações (DCI) ⁶: subordinado a SSP, responsável pela consulta ao banco de dados relativos às ordens e/ou pedidos de busca, que após serem consultados, eram expedidos com os dados disponíveis para que fossem respondidas as devidas solicitações. Recebiam e centralizavam os resumos com as respostas aos pedidos de busca (PB) ou ordens de busca (OB). Desta forma também foi responsável pela elaboração dos planos de ação após serem analisados e processados os informes, ou seja, transformados em informação. Elaborados os planos de ação, novamente eram expedidos aos demais órgãos para que fossem cumpridas as táticas de ação – este processo somente seria realizado depois da devida aprovação da SSP;

- Departamento de Ordem Política e Social (DOPS): órgão responsável da Polícia Civil do Estado. Subordinado a DCI, recebia os PB e OB, e tinha como uma das suas funções respondê-los e repassá-los ao DCI. Também foi responsável pelo cumprimento das estratégias de ação expedidas pela DCI;

- Brigada Militar: subordinada ao DCI e a PM2, foi o setor responsável pelo serviço de inteligência, como é até hoje, e também responsável pela execução das estratégias de ação expedidas pelo DCI.

Assim se configurava a Estrutura Básica da Secretaria de Segurança Pública. Até então, esta estrutura não se distinguia das demais estruturas regionais montadas nos outros estados do país. As partes encarregadas de produção de Informes e Informações e das respostas às ordens e pedidos de busca, no quadro acima, estão assinaladas em destaque. Como pode ser visto, Brigada Militar e Polícia Civil deveriam trabalhar em conjunto para a

⁵ Não conseguimos encontrar o significado desta sigla.

⁶ Designada ora como Supervisão, ora como Assessoria. Segundo indicado na documentação, em 1970 a Assessoria passou a ser chamada de Divisão Central de Informação.

manutenção da segurança. A diferenciação entre as duas polícias e o dever de cada uma delas, segundo a Lei:

De acordo com a Lei 317, o Secretário de segurança Pública de cada estado deveria esclarecer e restringir as jurisdições das duas principais forças policiais estaduais. A Polícia Militar seria responsável por todo policiamento de rua, uniformizado e ostensivo, o que constituía seu papel tradicional. Foi reduzido o controle da Polícia Civil não uniformizada sobre certos aspectos do policiamento de rua, particularmente suas operações de radiopatrulha. Contudo, a ela cabia a responsabilidade exclusiva pelas investigações criminais *post-facto*, ma de suas atribuições tradicionais, ainda que às vezes também realizadas pela Polícia Militar estadual. (HUGGINS, 1998; P. 153)

De forma sucinta, a Brigada Militar ficaria encarregada do serviço de rua, enquanto a Polícia Civil com a responsabilidade de investigação e do serviço de laboratório (HUGGINS, 1998; P. 153). Cada uma das polícias possuía um serviço de informação e seguidamente eram feitas reuniões entre as duas. A tentativa de reorganização dos aparatos policiais foi uma maneira de tentar diminuir os conflitos existentes entre as duas forças policiais. De fato isto acabou não ocorrendo, pelo contrário, em alguns casos os conflitos aumentaram (como demonstraremos mais adiante), gerando rixas por assuntos banais e em alguns Estados, chegando ao ápice com a formação dos Esquadrões da Morte.

Diversas vezes foi feita esta tentativa de reestruturação para uma ação conjunta entre as polícias civil e militar, como neste caso:

Decreto Estadual nº19.731, de 20 jun 69, publicado no D.O. de mesmo dia que regulamenta o dispositivo no Inciso I de artigo 13, do Decreto nº10.676, de 30 de mai 69, estabelecendo um sistema de ação conjunta Policia Civil/Brigada Militar. (SOPS/CS – 4._.4777.59.17)

Estabeleceu-se também a troca de regulamentos para cada uma entender o funcionamento da outra e reuniões periódicas, como descrito:

- 4.1. As chefias Policiais militares e civil nos diversos níveis de organização deverão promover reuniões periódicas, não só para a troca de informações e dados policiais, mas também para regularem as ações conjuntas em suas áreas de jurisdição, reportando à autoridade superior, consoante o quadro a seguir:
- 4.2. As reuniões das diversas chefias deverão ser programadas para ocasiões em que possam contar com os relatórios dos níveis subordinados para fins de exame e consolidação. (SOPS/CS – 4._.4777.59.17)

Entretanto, este tipo de cooperação não foi muito harmônico. As divergências históricas existentes entre as duas corporações foram acirradas, ocorrendo constantes denúncias de descomprometimento por parte da Brigada Militar no cumprimento de suas funções, ou ainda situações que eram descritas como falta de ética no trabalho do brigadiano, entre outras que veremos no próximo capítulo, comprovando o que Huggins aponta.

É justamente na Polícia Civil que está a diferenciação do Rio Grande do Sul quanto aos demais Estados. O órgão responsável, dentro da polícia civil, pelo aparato de informação e repressão foi (assim como nos demais Estados do Brasil), o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RS). A especificidade para o Rio Grande do Sul era a de que este órgão contou com *braços operacionais* (BAUER, 2006), tornando mais eficaz sua atuação, eles seriam as Seções de Ordem Política e Social (SOPS), dez *mini-DOPS/RS* espalhados no interior do Rio Grande do Sul.

Localizado na cidade de Porto Alegre, o DOPS/RS ficava no segundo andar do Palácio da Polícia (onde é centralizada, até hoje, toda a operação da polícia). Aparato já existente em governos anteriores, o DOPS recebeu uma reformulação para que pudesse atuar nos novos *moldes* operacionais do sistema vigente. Caroline Bauer, que desenvolveu sua pesquisa sobre os DOPS, especificamente a atuação do órgão no Rio Grande do Sul, mostra que

A atribuição principal dos DOPSS era desempenhar a função de polícia política, uma modalidade específica de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva, criada para entrever e coibir atividade de risco “a ordem e segurança pública”. Os DOPSS atuaram através das práticas de controle, vigilância e repressão a setores e cidadãos considerados *a priori* como nocivos à ordem vigente. Porém, não deixaram de executar as prerrogativas inerentes à polícia judiciária – “averiguação de delitos, sua repressão para impedir que continuem, a garantia das provas e das pessoas indiciadas à autoridade judiciária, e todas as investigações que se julgue necessárias ou úteis para o desenvolvimento da instrução” – mas também, e principalmente, executaram práticas violentas e ilegais, além da produção e do armazenamento de informações. (BAUER, 2007, p. 14).

Logo, seguia atuando tanto contra crimes comuns como contra crimes políticos. Maria Aparecida Aquino complementa este pensamento dizendo que: *O que distinguiria o primeiro do segundo é o fato de que o último localiza os crimes contra o Estado que, em*

determinados momentos e em países específicos ⁷, *podem ser chamados de crimes contra a “segurança nacional”*. Assim, atuando como polícia política desempenhava esta dupla função.

Quando se trata do perfil dos atingidos pela repressão policial, é preciso abordar o que alguns estudiosos chamaram de tradição inquisitorial da polícia brasileira. Assim, uma característica marcante de atuação da polícia, no Brasil republicano, seria, segundo tais autores, considerar determinados setores potencialmente mais perigosos que outros, setores que tendem (por questões culturais ou mesmo naturais) mais ao crime do que o restante da sociedade. Assim atua preventivamente sobre tais grupos para prevenir a ocorrência de crimes. O resultado disto é uma vigilância desigual sobre a sociedade, pois há setores mais vigiados e reprimidos que outros. Atuando em consonância com a tradição inquisitorial, O DEOPS acumulava uma miríade de informações sobre pessoas e setores potencialmente perigosos para, posteriormente, descobrir os crimes por elas cometidos. Prioritariamente, não se busca descobrir o criminoso a partir de um crime, mas o crime através do (suposto) criminoso. Constroem-se estereótipos sobre os cidadãos que são tendencialmente criminosos: são suspeitos de antemão por portarem certas características: tipo de fala, de idéias, de trajes, de trabalho, de relações de amizade, de leituras. (ARAÚJO, 2001, p. 24 e 25)

Apesar de estar falando sobre o caso de São Paulo, podemos perceber que a mesma *tradição inquisitorial* ⁸ foi adotada pelo DOPS/RS, verificada, principalmente, através da atuação do seu *braço operacional*: as Seções de Ordem Política e Social (SOPS), estrategicamente divididas e localizadas no interior do Rio Grande do Sul. A atuação deste órgão em conjunto com o DOPS/RS, será a grande peculiaridade do sistema repressivo e de informação do Rio Grande do Sul.

⁷ Faz esta observação devido às várias “modelações” que os DOPSs tiveram ao longo de sua existência. O objetivo do capítulo é falar das SOPSs (Seção de Ordem Política e Social), que faziam parte do DOPS/RS. Assim, não serão abordadas como o DOPS se reestruturou, e nem o todo de sua história. Para isto existem trabalhos específicos, como: BAUER, 2006; BAUER, 2009; AQUINO, 2001.

⁸ O principal estudo deste tipo é feito pelo jurista Roberto Kant de Lima. (LIMA, 1989)

2.2. SEÇÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL: PECULIARIDADE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Depois de entendido como funcionava a produção de informação e a organicidade da malha do aparato de informação, separaremos a “vigilância” em duas escalas para melhor entender qual o papel das SOPSs:

- Informes a partir da coleta de relatórios feitos através da observação do dia-a-dia das relações sociais, ou seja, o cotidiano da repressão podia ser visto a partir dos informes, pois registravam todos os fatores considerados suspeitos. Envolvia apenas o núcleo da cidade em que deriva o informe.

- Informações: produto dos informes analisados que resultam nas estratégias de ação, ou seja, as informações são as grandes operações realizadas pela ditadura. Envolveu todo o Rio Grande do Sul, no momento em que foram difundidas informações iguais para todas as SOPSs.

As Seções de Ordem Política e Social, entendidas como *braços operacionais* do DOPS/RS, ficavam estrategicamente posicionadas no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Tinham como função:

- 1 – As SOPS/DRP devem atender a Comunidade local, devendo remeter cópia das PPBB⁹ e as respectivas respostas ao DOPS. Convém solicitar os PPBB em duas vias.
- 2 – Não existe restrição alguma a permuta de dados com os demais Órgãos de Informação da área, desde que os assuntos, documentos, resultados de investigações e diligências, também sejam difundidos aos DOPS.
- 3 – Os casos urgentes e de interesse de Segurança Nacional podem ser tratados diretamente com o DCI/SSP/RS. (SOPS/CS – 4._.4755.59.17)

Logo, estas Seções operaram na filtragem dos informes obtidos pelo controle sistemático das atividades políticas e sociais do Estado do Rio Grande do Sul. Cada cidade deveria elaborar relatórios diários, respondendo mesmo quando nada de *anormal* ocorresse na região, em seguida a SOPS, encarregada pela região, elaborava um resumo e encaminhava relatório da localidade para o DOPS/RS, como pode ser observado no telegrama enviado pelo DOPS/RS a todas as SOPSs:

⁹ PPBB: Pedido de Busca

Solicito que se digne informar este DOPS, diariamente, via rádio, pela manhã e pela tarde, situação político social desta região, bem como qualquer fato relevante. Estes radiogramas deverão ser passados mesmo que se limitem a informar que nada ocorreu de anormal. Esta determinação visa atender determinação senhor secretário de Segurança Pública. (SOPS/CS 1.-32.1.1.B)

Com esta sistemática, se obteve controle geral sobre todo o Estado. Toda a atividade da sociedade gaúcha estava em constante vigilância, logo, o medo e o clima de desconfiança fizeram parte do cotidiano – observado pela documentação produzida – pois os menores sinais já serviam de indícios para uma denúncia de um suposto ato *subversivo*, até mesmo o fato de ser *comunicativo*. As atividades foram extremamente controladas e essa vigilância constante teve como consequência a disseminação da *cultura do medo*, já que entendemos a utilização da informação como uma forma de estratégia de disseminação do terror no momento em que usavam o *saber* como instrumento de poder, omitindo as informações obtidas, e manipulando-as como melhor conviesse ao regime.

Desse modo, as SOPSs foram subordinadas diretamente ao DOPS/RS, ficando distribuídas em pontos do interior do Estado, totalizando o número de dez Seções: Lagoa Vermelha, Cachoeira do Sul, Erechim, Santo Ângelo, Cruz Alta, Lajeado, Alegrete, Caxias do Sul, Rio Grande e Osório. Visualizando no mapa, se compreende a *malha* de informação montada.



Mantinha-se dessa forma uma amplitude de domínio repressivo sobre as zonas do Estado:

- Alegrete: representando a região da fronteira oeste.
- Cachoeira do Sul: representando a região central.
- Caxias do Sul: representando a região serrana.
- Cruz Alta: representando a região do Alto Ijacuí.
- Erechim: representando a região norte.
- Lajeado: representando a região do Vale do Taquari.
- Lagoa Vermelha: representando a região noroeste.
- Osório: representando a região litorânea.
- Rio Grande: representando a região sul.
- Santo Ângelo: representando a região missioneira, e também fronteiriça.

Contudo, a preocupação com o Estado não era novidade no regime civil-militar, já no período do Estado Novo, segundo Martha Huggins:

O Rio Grande do Sul era crucial para os planos de contra-espionagem no Brasil, porque esse importante Estado sulino tinha grande população de europeus natos ou de descendentes de europeus, e fazia limite com o Uruguai e a Argentina, países que tendiam para o Eixo. (HUGGINS, 1998; p.73)

Como os aparatos vão se adaptando conforme o contexto internacional e nacional, a preocupação do Estado na época seria devido à posição estratégica do Rio Grande do Sul, devido à saída de *subversivos* e a provável entrada deles. Declaradas as fronteiras do Rio Grande do Sul e a cidade de Rio Grande (por ser zona portuária) como zonas de Segurança Nacional durante a ditadura civil-militar, o controle extensivo da região necessitou do *aperfeiçoamento* do aparato informativo e dentro dessa lógica as SOPS o desempenharam com eficácia.

Dois fatores são bastante mencionados na documentação: a preocupação com a padronização da informação, para que se pudesse operar de forma mais eficiente e sem erros; e a diferenciação entre informe e informação. Esta diferenciação é importante de ser entendida, pois são dois tipos diferentes de produção de documentação e observando esta diferença, se compreende a função de cada uma das divisões dentro do complexo sistema.

O órgão teve suas atividades finalizadas junto com DOPS em 1982, ao menos é o que confirma a documentação. Mas, antes de serem encerradas as atividades, aos poucos, desde o processo de abertura, se percebe que uma reestruturação no sistema passou a

acontecer lentamente. Esta retirava algumas funções do DOPS/RS e SOPS e convertia em outras áreas – como, por exemplo, dos estrangeiros:

... os serviços atinentes a entrada e permanência de estrangeiros no País, que até então eram executados, no Estado, pela Delegacia de Estrangeiros /DOPS/RS, foram absorvidos pelo Serviço de Polícia Marítima, Área de Fronteira/DPF/RS.

(...)

Que todos os documentos atinentes a estrangeiros, deverão ser remetidos a este Departamento que providenciará na sua posterior remessa aos órgãos competentes. (SOPS/CS – 4._.4784.59.17)

Pode-se perceber certa mudança de visão do próprio Estado, já que com o processo de abertura este aparato deveria ser aos poucos desarticulado, e o que ocorre é que ele se reorganiza em outros órgãos estratégicos centralizando as funções. Assim, órgãos como a Polícia Marinha, que ficaria permanente no período democrático, continuaria atuando da mesma maneira que no período ditatorial. É com isto que se percebe como aconteceu a permanência de determinadas características dos aparatos de hoje em dia, e como eram no período de exceção.

Entretanto, durante o período em que as SOPSs atuaram no Rio Grande do Sul, pode-se confirmar o papel principal que desempenhou como agente disseminador da cultura do medo pela vigilância e repressão da sociedade. Todos os movimentos executados pela sociedade foram vigiados. Logo, o controle populacional no interior e a repressão neste setor estariam assim garantidas através da produção dos informes.

2.3. ESTRUTURA E FUNCIONÁRIOS

A SOPS funcionou em uma sala dentro da Delegacia Regional de Polícia do município a qual pertencia. Como nos demais órgãos, havia sempre a preocupação com a necessidade de padronização do serviço administrativo para que se pudesse operar de forma mais eficiente. Esta estrutura burocrática pode ser observada a partir das seguintes considerações (no caso exposto, refere-se à polícia civil, órgão a qual pertenciam as SOPS):

Considerando a grande necessidade da padronização dos serviços de natureza administrativa da POLÍCIA CIVIL, evitando a que cada

repartição, dentro de um mesmo nível de atribuições, tenha um modo diferente de sua montagem;

Considerando que acarreta, notáveis alteração, quando da substituição de titulares nos diversos órgãos da Polícia Civil, na estrutura da repartição, cada um procurando organizá-la a seu critério;

Considerando, a necessidade de ordenar e padronizar os serviços administrativos das DPs;

(...)

DETERMINA

Cada seção de uma Delegacia de Polícia sediada na cidade deverá ter a ordenação segundo disposição abaixo discriminadas. (SOPS/LV – 4._.5746.52.18; P.1)

As disposições mencionadas dizem respeito:

- Gabinete: os tipos de livros que deve ter pastas para arquivamento.
- Seção de Expediente: contendo também uma série de livros, pastas para arquivamento (SSP, DRP, outros órgãos), etc.
- Cartório
- Seção de Investigação.
- Plantão Permanente.

O documento é interessante para se observar a estrutura organizacional pretendida em relação às SOPS e às funções que poderiam ser operadas a partir das estruturas montadas. Não somente a estrutura foi padronizada, mas o envio de correspondências também, sugerindo até como deveriam ser feitas as abreviações, como no exemplo abaixo, mandado por ordem da Secretaria de Segurança Pública

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar as siglas, para despachos deste Gabinete, ficará as mesmas assim constituídas e para as quais deverá haver fiel observância:

1. GABINETE = GAB
 2. SECRETARIA = SECR
 3. SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO = S.A.
 4. SEÇÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL = SOPS
 5. SEÇÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS = S.R.P.
 6. SEÇÃO COLETORA REGIONAL DE RÁDIO = SCRR
 7. POSTO DE IDENTIFICAÇÃO = PI
- (SOPS/LV – 4._.5806.52.18)

Vê-se assim o quão burocráticos e padronizados foram estes órgãos. A padronização não estava apenas na forma organizacional, estava também no controle dos funcionários. Para se ter o controle exato de quais eram os que trabalhavam para o órgão, anualmente era solicitado o preenchimento de fichas individuais para a atualização de cadastro. Como pode ser verificado no documento:

A ficha destina-se à atualização e complemento de dados já existentes nesta e noutros setores de informações. Havendo interesses em conhecer melhor os homens que dirigem e dirigirão nossa Administração Pública, mormente no Município, célula base do Estado e da Nação, torna-se necessário um **conhecimento particular e global** [grifo meu] dos atuais homens públicos e dos que se candidatarão a cargos administrativos e legislativos, principalmente agora, em que não há remuneração na grande maioria dos legislativos e que se faz mister testar novos processos eleitorais e novos costumes políticos, diferentes daqueles que vinham paralisando a Nação. (SOPS/CS – 4._.4661.57.16)

Isto era solicitado tanto para funcionários como para a sociedade, pois para trabalhar na Administração Pública era necessário este tipo de verificação, porém, para os que iriam trabalhar nos aparatos de informação e repressão esta ficha era solicitada com mais frequência, analisando-se também o entorno social deste possível funcionário para verificar se o mesmo não possuía algum conhecido envolvido com *subversão*. Esta é uma parte importante, porque se percebe a necessidade de saber quem são os indivíduos que trabalhavam no aparato repressivo verificando se ele não poderia ser contaminado pelo entorno de seu convívio social. Interessante também perceber, neste mesmo documento, é que consta como se deve proceder no caso de preenchimento de fichas de indivíduos comuns, igualmente para constar na atualização ou formação de bancos de dados

Em janeiro de 1974, ocorreu uma reformulação na dinâmica da administração policial (SOPS/CS – 4._.4732.58.17), logo, foi necessária a reformulação de seus arquivos (para dar mais agilidade às possíveis operações), e novamente solicitada a atualização do cadastro dos funcionários:

- 2.1 Nome, qualificação completa, cargo, instrução, tempo de serviço dos funcionários policiais atualmente responsáveis pelas SOPS das DRPs;
- 2.2 Impressões pessoais dos Delegados Regionais sobre a conveniência ou não de se manter os atuais chefes de SOPS;
- 2.3 Outros dados considerados úteis para a apreciação deste DOPS sobre os funcionários de que trata o item 1. (SOPS/CS – 4._.4732.58.17)

No cabeçalho do Pedido de Busca estava como assunto *Funcionários de SOPS das DRPs*¹⁰, que constata que as SOPS funcionavam dentro das Delegacias Regionais de Polícia, com alguns funcionários responsáveis especificamente para atender a esta função. Percebe-se

¹⁰ Delegacias Regionais de Polícia

assim, o controle atualizado dos funcionários que operavam nas SOPS, bem como a responsabilidade de quem estaria na produção dos informes (tão importantes para a futura produção de planejamento estratégico para a Segurança Nacional), e conseqüentemente, devido a vigilância sistemática que faziam para a produção destes, disseminar o terror em seu nível estratégico.

Deduz-se disso três prováveis de comportamento condutores de normas para os agentes, reforçadas constantemente na documentação analisada e que podem servir como referência para se pensar o funcionário ideal para a SOPS:

- compromisso com a produção dos informes, sendo respondidos de forma rápida e eficaz os pedidos e ordens de busca;
- comprometimento com o sigilo tanto das fontes quanto das informações produzidas;
- compromisso com a ética, pois como qualquer denúncia deveria ser verificada, foi sempre reforçado pela Secretaria de Segurança Pública o distanciamento com os casos, o bom senso e o compromisso com a moral para que não sejam cometidos erros.

Logo, o *funcionário ideal* para atuar como agente das SOPS era um perfeito burocrata produtor de informes, sem sentimentalismos e ideais, a não ser os do governo vigente.

Completando a vigilância estavam as empresas privadas. Estas empresas de informações particulares auxiliaram, quando necessário, na busca ou complementação de informações. Elas atuavam de forma assistencial ao aparato de informação e deviam estar dentro de uma série de normas ¹¹ para poder operar com mais eficiência na ajuda pela montagem da informação. Logo, era necessário manter sempre atualizado os dados de cada uma, para verificar se estavam operando dentro das normas estabelecidas por decreto. Deveriam seguir as seguintes ordens:

Art. 3º - é vedada as empresas de que trata o presente regulamento a prática de quaisquer atos ou serviços estranhos às suas finalidades e os que são privativos das autoridades policiais, e deverão exercer sua atividade abstendo-se atender contra a inviolabilidade ou recato dos lares, a vida privada ou a boa fama das pessoas.

Art. 4º - As informações serão sempre prestadas por escrito, em papel que contenha impresso o nome da empresa e, por extenso, o de um gerente ou diretor, pelo menos.

¹¹ O funcionamento destas empresas eram organizadas de acordo com Decreto-Lei vigente desde 1957, e foi reatualizado para operar junto com os órgãos de informação, que regulamentava p funcionamento das *empresas de informação reservadas ou confidenciais, comerciais ou particulares* (SOPS/CS – 4._.4657.57.16).

Art. 5º - As empresas que já se encontraram em funcionamento terão o prazo de noventa dias, a contar da publicação deste decreto, para satisfazer as suas exigências

Art. 7º - A inobservância do presente decreto sujeita as empresas à pena de suspensão do funcionamento, de um a seis meses. (SOPS/CS – 4.4657.57.16, p.1)

Todo tipo de estabelecimento que trabalhava com aquisição de dados pessoais dos cidadãos poderiam se cadastrar como serviço secreto, desde que se enquadrasse em determinado padrão para a produção de informação e as repassasse para postos especializados da polícia para então as elaborar. Alguns dos exemplos destas agências, dados nos documentos, eram:

- Agências de Detetives Particulares
 - Agências de Informações Confidenciais
 - Serviço de Proteção ao Crédito
 - Organizações Similares
- (SOPS/CS – 4.4759.59.17)

Isto seria para, com os dados dos cidadãos adquiridos por estas empresas, poder complementar as informações disponíveis nos bancos de dados utilizados pelo aparato de informação e repressão, equipando com o maior número de componentes possíveis para melhor construir os pedidos e ordens de busca. A necessidade de cadastro e enquadramento nas regras foi devido ao fato da burocratização que o sistema exigia, bem como a homogeneidade necessária para a perfeita operacionalidade das estruturas repressivas. Também foi importante ter o controle deste tipo de empresas, pois muitos trabalhavam com armamento, sendo necessário o devido cadastro das mesmas para saber exatamente que tipo de armas possuíam, quantidade e finalidade, de modo a se controlar o trabalho deles, bem como solicitar informações quando necessário.

Além destas agências, outros locais foram consultados como forma de controle da população flutuante do Estado. Este controle foi feito *mediante o contato e cooperação de Hotéis, Restaurantes, Postos de Gasolina, Garagem, etc, no sentido de alertar a presença de elementos suspeitos* (SOPS/CS – 4.4676.57.16) – os aqui referidos foram muito utilizados durante a montagem da *Operação Minuano*, como veremos no capítulo 5. Assim, mesmo quando alguma coisa escapava dos agentes de informação, estes complementariam. Desta forma entende-se o clima de vigilância constante e o medo disseminado, pois qualquer mínimo comportamento adverso era motivo para investigação e suspeição.

2.4. PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO

Visto o tipo de perfil dos funcionários, se abordará agora a forma de produção das informações. Toda a produção era padronizada, sempre pelo motivo de dar mais agilidade ao planejamento das estratégias de ação. Sendo assim, todas as escalas de informação, desde a mais importante (SNI) aos menores (SOPS) produziram boletins dentro do mesmo padrão. Pela documentação pode-se perceber vários manuais. Dentre eles está o que se refere ao *Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos*.

Era tido como muito importante a forma a qual se classificava o documento produzido pelo aparato de segurança. A produção de assuntos sigilosos era feita de forma extremamente burocrática e racional, seguindo padrões na sua produção para que fossem avaliados de forma mais eficaz. Não ficava longe disto o grau de classificação que os assuntos sigilosos receberiam após serem produzidos, podendo ser enquadrados *de acordo com a sua natureza ou finalidade e em função de sua necessidade de segurança* (SOPS/CS – 4._4775.59.17; p3), nas seguintes categorias:

ULTRA-SECRETO	SECRETO	CONFIDENCIAL	RESERVADO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ difusão estritamente restrita; ▪ [...] assuntos que requeiram excepcionais medidas de segurança, cujo teor ou característica só devem ser do conhecimento de pessoas intimamente ligadas ao seu manuseio. (SOPS/CS – 4._4775.59.17; p.4). São assuntos específicos da política governamental, destinado a discussão de estratégias de planejamento do estado, como por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> - negociações para alianças políticas e militares; - hipóteses e planos de guerra; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ difusão restrita, porém com um pouco mais abrangência que o ultra-secreto; ▪ [...] assuntos que requeiram elevadas medidas de segurança, cujo teor ou característica possam ser do conhecimento de pessoas que, sem estarem inteiramente ligadas ao seu estudo e manuseio, sejam autorizadas a deles tomarem conhecimento, funcionalmente (SOPS/CS – 4._4775.59.17; p. 4). São assuntos que necessitam ser aplicados, como por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> - planos ou detalhes de operações militares; - planos ou detalhes de operações econômicas ou financeiras; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ difusão mais abrangente; ▪ [...] assuntos cujo conhecimento por pessoa não autorizada possa ser prejudicial aos interesses nacionais, a indivíduos ou entidades ou criar embaraço administrativo (SOPS/CS – 4._4775.59.17; p. 4). São assim os documentos do tipo: <ul style="list-style-type: none"> - Informes e Informações sobre atividade de pessoas e entidades; - ordens de execução cuja difusão prévia não seja recomendada; - radiofrequência de importância especial ou aqueles que devem ser freqüentemente trocados; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ difusão bem abrangente, só não deve ser do conhecimento do público em geral; ▪ [...] atribuído aos assuntos que não devem ser do conhecimento público (SOP/CS – 4._4775.59.17; p. 4). São os exemplos: <ul style="list-style-type: none"> - outros informes e informações; - assuntos técnicos; - partes e planos, programas e projetos e suas respectivas ordens e execução; - cartas, fotografias aéreas e negativo, nacionais ou estrangeiros, que indiquem instalações importantes (SOPS/CS – 4._4775.59.17; p. 5)

<p>- decretos e experiências científicas de valor excepcional; - informações sobre política estrangeira de alto nível (SOPS/CS – 4._.4775.59.17; p.3);</p> <p>▪ enviados para: presidente, vice-presidente, ministros e chefes dos Estados das três armas;</p> <p>▪ [...] a comunicação de documentos ultra-secretos será efetuado por contato pessoal de agente credenciado. (SOPS/CS – 4._.4775.59.17; p. 9)</p> <p>▪ manuseados pelo menos número de pessoas – finalidade de manter o segredo e a segurança da informação.</p>	<p>- Informes ou Informações sobre dados de elevado interesse relativo a aspecto físicos, políticos, econômicos psicossociais e militares nacionais ou de países estrangeiros; - materiais de importância nos setores de criptografia, comunicação e processamento de informações (SOPS/CS – 4._.4775.59.17; p. 4)</p> <p>▪ enviado para: [...] autoridades que exercem função de direção, comando ou chefia (SOPS/CS – 4._.4775.59.17; p. 5);</p> <p>▪ [...] remessa [...] poderá ser feito por mensageiro oficialmente designado, pelo correio registrado de sistema de encomendas e, se for o caso, por mala diplomática. (SOPS/CS – 4._.4775.59.17; p. 9);</p> <p>▪ manuseio pelo número restrito de pessoas (somente a alta cúpula responsável por organizar a operacionalidade das estratégias).</p>	<p>- indicativos de chamada de especial importância que devem ser freqüentemente distribuídos; - cartas, fotografias, aéreas e negativos, nacionais ou estrangeiros, que indiquem instalações consideradas importantes para a Segurança Nacional (SOPS/CS – 4._.4775.59.17; p. 4);</p> <p>▪ enviados para: [...] oficiais das Forças Armadas e servidores civis (SOPS/CS – 4._.4775.59.17; p. 4);</p> <p>▪ enviado pelo correio ou mensageiro designado pelo correio;</p> <p>▪ manuseado pelas pessoas que executam as ações estabelecidas, ou que deveriam responder o solicitado.</p>	<p>▪ enviados para: [...] oficiais das Forças Armadas e servidores civis (SOPS/CS – 4._.4775.59.17; p. 4);</p> <p>▪ enviado pelo correio ou mensageiro designado pelo correio;</p> <p>▪ manuseio somente não deve ser efetuado pelo público em geral.</p>
---	--	---	---

Assim, as informações foram se diluindo, pois à medida que ficava menor o grau de sigilo, menos quantidade de informações continha o documento remetido. Os documentos que contém a classificação de ultra-secreto, são assim, os que mais informações continham. A necessidade de padronizar e especificar detalhadamente como devia ocorrer a *classificação dos documentos sigilosos* era para saber a gravidade do assunto contido no documento para com isto estabelecer a solução ou planejamento de ação. Logo era imprescindível delimitar o grau de *urgência* contido no documento recebido. O processo deveria ser realizado de maneira cautelosa, conforme justificado no próprio decreto-lei, pois: A *classificação*

exagerada retarda desnecessariamente, o trato de assuntos e deprecia a importância do grau de sigilo (SOPS/CS – 4._.4775.59.17; p5).

O documento acima descrito, apesar de não ser *novidade* foi aqui utilizado para visualizar a questão da necessidade de se ter uma homogeneidade quanto à atuação e produção das fontes. Também se usa este documento para reforçar a ideia de burocratização que a polícia possuía sobre seu modo de agir, os distanciando ainda mais da sociedade e conseqüentemente racionalizando suas relações com a população, tornando os atos dos agentes de informação e repressão pertencentes à polícia mais violentos quanto à forma de agir.

Outra questão apresentada no documento é quanto à necessidade de se manter em sigilo as informações. No decreto acima apresentado, em forma de quadro esquemático, ainda é lembrada que *a necessidade de segurança será avaliada mediante estimativa dos prejuízos que a divulgação não autorizada do assunto sigiloso poderia causar aos interesses nacionais, a entidades ou indivíduos* (SOPS/CS – 4._.4775.59.17; p3). Assim, conforme o conteúdo existente em cada um é que era avaliado a qual grau de sigilo deveria pertencer. Feita a classificação, o documento seguia o caminho ordenado ao setor abrangente do seu conteúdo.

O acesso ao documento sigiloso era somente feito pelo diretor, comandante e chefe. Autoridades competentes avaliavam quem poderia ter acesso aos documentos, assim como o grau da sua difusão. Existia também a possibilidade de se ter uma credencial para acessá-los (excluindo, claro, o acesso aos documentos ultra-secretos), cujos requisitos pessoais para obtê-lo eram: *lealdade e confiança, caráter e integridade moral, hábitos e atitudes no trato com assunto sigiloso; ligações de amizade* (SOPS/CS – 4._.4775.59.17; p6). Além de ser interessante constatar em decreto-lei a “legalização” da “política de apadrinhamento”, é interessante observar que toda a documentação ultra-secreta ficava restrita à alta cúpula de governabilidade do Estado, chegando para os demais órgãos apenas como estratégias de ação do planejamento, não o processo de formulação dele.

A classificação apresentada serve também para padronizar as duas metas descritas: divulgação e execução. Lembrando que quando maior fosse o grau de sigilo, menos cópias e difusão aos órgãos o documento tinha. Este método foi uma forma de controlar a que escala do aparato, e o que cada órgão recebia como informações e execução, e também quais execuções chegavam à escala mais inferior do aparato.

Os documentos criptografados também seguiram normas específicas, como nos outros, uma pessoa deveria ser responsável por eles, os guardando em cofres ou em lugar seguro. Como medida de segurança, não era recomendado guardar no mesmo local os

sistemas criptográficos, tabelas cifrantes, códigos ou qualquer outro material usado para cifrar, decodificar ou decifrar mensagens, justamente com documentos já cifrados ou decifrados com ajuda desses meios (SOPS/CS – 4._.4775.59.17; p11). O intuito disto, era o de que caso houvesse vazamento de informação, não se descobrisse a codificação utilizada pelo aparato de repressão.

O decreto-lei segue descrevendo sobre a importância do controle dos documentos de assuntos sigilosos e sobre o local reservado a eles. Enfim, todas as atribuições que, detalhadamente, explicam de que forma se deveria proceder com a documentação de assuntos sigilosos, desde sua produção à sua expedição. Este se faz necessário, pois cabia a cada órgão de informação (inclusive os particulares), seguir estes moldes para a produção ou complementação de documento – ressaltando que nos casos em que existia uma complementação do documento já pronto, o órgão detentor da informação complementar seria responsável pela atribuição de um novo grau de sigilo dependendo do valor da informação.

Assim como todos os manuais com recomendações serviram para a padronização da construção dos documentos, devido à grande quantidade de órgãos que formavam o sistema de informação, bem como respeitando a hierarquia da informação. Esta classificação está dentro da lógica entendida que o segredo era uma forma de poder, pois toda esta descrição nada mais era do que uma preocupação com a possibilidade de “roubo dos segredos” produzidos – a segurança da informação foi igualmente parte essencial para a operacionalidade do órgão. *Na atividade de inteligência, ao mesmo tempo em que se procura obter informações de atores, precisa-se proteger e neutralizar as capacidades destes outros atores em relação às suas próprias informações* (ANTUNES, 2001; P. 22)¹². Sendo assim, não era toda a informação que as SOPSs sabiam, os únicos órgãos que as detinham era os do SNI, e aqueles diretamente ligados ao planejamento dos assuntos de Estado.

A produção da *fonte*, assim como o sigilo, é considerada parte fundamental do processo constitutivo da produção de informação. Manuais também foram elaborados diversas vezes para ressaltar de que modo as informações deveriam ser produzidas, ou seja, *assegurar*

¹² Interessante estudo feito por Priscila Antunes sobre a atuação do Serviço Secreto brasileiro ao longo do século XX, é que além de tratar das questões de funcionalidade do sistema, ainda aponta que o sigilo e proteção da informação era necessária para a própria preservação do sistema. Ainda aponta, quanto à segurança da informação, que *está relacionada com medidas de proteção pautadas por técnicas ofensivas de inteligência* (ANTUNES, 2001; P. 23), que dentro dos parâmetros internacionais quanto à área de segurança da informação é dividida em três componentes: *A Segurança defensiva passiva se divide em Segurança de Computadores e Controle de Emissão; (...) Detecção e neutralização são disciplinas defensivas de segurança que tem postura ativa e que podem envolver a eliminação física de agentes, contra-espionagem e contra-inteligência; (...) Fraude ou Deception, (...) é uma disciplina de defensiva e ativa (...) [utiliza] agentes duplos e também é aplicada principalmente na época de guerra.* (ANTUNES, 2001; P. 23)

que estamos falando a mesma língua e para que se tenha a mesma compreensão do problema (SOPS/SA – 4._.137.12.1, p.1). Algumas vezes os manuais apareciam de forma mais simples, apresentando apenas a diferenciação entre *informe* e *informação*, mais tarde surgiu as explicações sobre os passos do *Ciclo da Informação*, e outros mais completos, apresentando a classificação sobre idoneidade, precisão, observação (maneiras a executá-la), vigilância, etc.

A grande parte dos manuais, preocupavam-se mesmo com as questões referentes à diferenciação de *informe* e *informação*, pois consideravam parte importante do processo se ter bem claro as diferenciações entre um e outro, a fim de evitar erros dentro do *Ciclo da Informação*:

Definição do informe: Informe de natureza política e social é todo o indício de atividade de pessoa, grupo de pessoas, entidades, etc. entrosadas na subversão do regime constituído.

Obs) Leve-se, igualmente em consideração que em determinadas ocasiões, a inatividade das pessoas ou entendidas interessadas na subversão do regime constituído deve ser igualmente assinada, o que dá margem ao chamado informe negativo.

Definição de Informação: É o informe, depois do processo, dando grau de fato verídico àquilo que anteriormente era apenas um indício. Do informe à informação chega-se através de conhecimento adquirido pela busca, avaliação, análise, integração. A interpretação de todo o material (informes) disponível sobre a ação ou inatividade de pessoas, áreas, grupos, entidades, etc., diretamente interessadas na subversão. (SOPS/LV – 4._.5750.52.18)

As vezes até apresentada de forma mais didática, como por exemplo:

DIFERENÇA ENTRE “INFO” E “INFE”

INFORME	INFORMAÇÃO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimento resultante de juízo (s) formado pelo profissional de informações. 2. Expressa uma certeza ou opinião sobre fatos ou situações passados e/ou presentes. 3. Tem o item “avaliação” no cabeçalho, pois precisa dar, a quem lê, a idéia do grau de credibilidade. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimento resultante de raciocínio (s) formado pelo profissional da informação. 2. Expressa sua certeza sobre a ocorrência de fatos ou situações passados e/ou presentes. 3. Não tem o item “avaliação” em seu cabeçalho, pois será sempre confirmada a sua verdade.

(INFORMAÇÕES E CONTRA-INFORMAÇÕES; P. 17)

O documento acima citado apresenta um quadro resumindo a diferenciação entre Informe e Informação. Apenas fazendo uma observação, este documento faz parte da matéria “informe e informação”, ministrada nas escolas de formação da Brigada Militar. Utilizado aqui para mostrar que ambas as polícias recebiam o mesmo tipo de treinamento quando se tratava de produção de informação, reforçando a ideia de que deveriam trabalhar em conjunto para ter um melhor êxito na repressão.

Assim, as seguintes ordens para o processo de produção dos informes/informações são dadas pelos manuais enviados aos órgãos de informação e repressão, e nelas podem ser verificados exatamente os passos estabelecidos do *Ciclo da Informação* (conforme apresentado no capítulo anterior). Segundo indica, o primeiro passo seria quando a Produção da Informação:

Produção da Informação:

A produção da informação pode ser dividida em quatro fases distintas, a saber:

- a) Busca de Informes;
 - b) Processamento dos informes obtidos para a produção da informação;
 - c) Utilizações das informações;
 - d) Orientação da busca dos informes.
- (SOPS/LV – 4. .5750.52.18)

Como dito, eram divididos em quatro passos a produção de informação:

Busca do informes:

A busca consiste na exploração sistemática das fontes dos informes pelos órgãos de busca. São fontes de busca as pessoas, áreas ou entidades interessadas ou pela subversão visada. São órgão de busca os agentes e os organismos que entram em contato com as pessoas, áreas ou entidades interessadas na subversão, com objetivos de constatar suas intenções e planos.

Processamento

O processamento tem por finalidade a transformação do informe ou informação que corresponde:

- 1°) Registro
- 2°) Análise
- 3°) Interpretação

Registro: o registro é a fase mais simples do processamento do informe e consiste, após o exame da importância, na classificação sistemática por assunto ou natureza, e que facilitará sobremodo [?] a análise.

Análise: A análise consiste na apreciação d informe, de modo a determinar sua pertinência, idoneidade da fonte e de órgãos de busca a sua exatidão.

Interpretação: é interpretação do informe é tão ou mais delicado do que a sua análise. Requer a determinação da coerência ou incoerência

com informes anteriores a seus efeitos sobre o estudo das ações ou identidade da pessoa, grupo de pessoas, áreas de atividade ou entidades interessadas na subversão do regime constituído.
(SOPS/LV – 4._.5750.52.18)

A análise ainda deveria ser respondida mediante a uma série de questionamentos, dando a entender que servia para distinguir, dentro dos grandes campos da informação, a qual ela pertencia, para assim poder formar a informação completa ou completar o banco de dados sobre determinado assunto, facilitando futuras consultas.

- 1) Trata-se de um informe sobre pessoa?
 - 2) Trata-se de um informe sobre área de atividade?
 - 3) Trata-se de um informe de um informe de interesse imediato? Em caso de positivo, para quem?
 - 4) Trata-se de um informe de valor futuro?
 - 5) Trata-se de um informe de valor para o seu órgão de busca, para o organismo hierarquicamente superior, para os organismos vizinhos (no da Polícia podem ser considerados órgãos vizinhos a Brigada Militar, o Exército e a Aeronáutica, engajados também no combate a subversão) ou para os organismos subordinados?
 - 6) Qual o grau de exatidão ou idoneidade da fonte do informe?
 - 7) O órgão de busca tem suficientemente instrução, experiência e capacidade para dar, com precisão, o informe em questão?
 - 8) Considerando as condições do momento o informe poderia realmente ser obtido?
 - 9) O informe é confirmado para outras fontes?
- (SOPS/LV – 4._.5750.52.18)

A mesma ressalva é feita quando se refere a interpretação:

São importantes pontos a considerar na interpretação saber se:
= existe relação do informe com aquilo que já se conhece?
= altera, confirma, elimina, ou acrescenta novos elementos ao significado dos informes anteriores?
= tendo a confirmar ou eliminar conclusões já tiradas sobre pessoas, áreas, entidades, etc. interessadas na subversão?
(SOPS/LV – 4._.5750.52.18)

O passo seguinte seria quanto à utilização dos resultados obtidos após serem feitos todos os processos acima descritos.

Utilização e difusão da informação: A finalidade primordial da informação é fornecer ao chefe os elementos indispensáveis para auxiliá-lo a tomar decisões abalizadas e em tempo. Também auxilia os serviços encarregados de manter a ordem pública a cumprir suas finalidades. A difusão da informação deve ser criteriosa e dirigida, conforme o caso e as providencias recomendáveis, ao escalão imediatamente superior (sempre) e os organismos vizinhos pelo

selecionamento [sic.] das atividades que a cada um deles deve caber, de acordo com a natureza da informação. Finalmente aos órgãos subordinados quando deles depender alguma providencia imediata, ou , quando menos não seja, a necessidade de imperiosa vigilância e estado de alerta.

(SOPS/LV – 4._.5750.52.18)

No esquema contido na *Doutrina Básica*, elaborado pela ESG, a “orientação” era o primeiro passo do *ciclo da informação*. Aqui será colocado como parte final. Porém não podemos esquecer que, como referido acima, é um ciclo, logo não existe uma regra para seu início ou fim, apenas a utilização de formas didáticas diferentes para explicar de como se proceder.

Orientação de busca de informes: A quarta fase da predição de informação da informação é a apresentação do exame da situação ao Chefe, contendo todas as informações disponíveis. Cabe ao Chefe, então solicitar , se for o caso, “os elementos essenciais de informação”, na formulação dos quais pode ser auxiliado pelo escalão imediatamente e Ele subordinado.

Plano de Busca: O “Plano de Busca” é o programa a que se atém o escalão imediatamente subordinado ao Chefe, para obter as respostas “aos elementos essenciais de informações”. Ainda como parte da “Orientação de Busca”, figura a transmissão das ordens expedidas aos órgãos de busca. E, finalmente, ainda como parte da Orientação de Busca, deve ser analisada a função de supervisão dos órgãos de busca dependentes.

(SOPS/LV – 4._.5750.52.18)

Tanto o DOPS/RS quanto as SOPS foram responsáveis pela produção de informes (utilizados na constituição do planejamento das estratégias de ação) e pela realização de ações estratégicas previamente estabelecidas pelos órgãos de planejamento (vide esquema acima apresentado sobre o “Ciclo da Informação”). O segredo da informação foi mantido inclusive dentro da estrutura burocrática da comunidade de informação. A preocupação maior do regime centrava-se na entrada de guerrilhas formadas no exterior no país, e ainda o medo da rearticulação de exilados políticos voltando com mais força para o Brasil. Este fato está presente nos manuais, salientando que fossem observadas não apenas as movimentações internas, mas as externas e os estrangeiros, já que:

Toda atividade de informação é decorrente de uma situação existente ou potencial. Assim sendo, quando a situação é potencial, como em tempo de paz, estas atividades devem ser orientadas e executadas prevendo operações futuras.

(...)

Somente com uma ação contínua de diferentes tipos e nas mais variadas situações, pelos órgãos e elementos de informação, será possível manter uma vigilância constante dos fatos futuros com a finalidade de poder acompanhar sua evolução e fazer estimativas para o futuro.

(SOPS/SA – 4._.137.12.1, p.1)

Assim a vigilância constante era necessária e essencial para a prevenção. Em momento algum foi apresentado de modo objetivo que tipos de perigos seriam estes. A subjetividade, tanto da doutrina, quanto dos perigos é o que deu o ar pesado de constante perigo, logo, a vigilância constante sobre algo indefinido contribui para disseminação da *cultura do medo*, pois tudo era sensível a Segurança Nacional, tanto interna como externamente.

O ocultamento ou o segredo sobre o que estava ocorrendo foi parte importante para estabelecer um clima de desconfiança e, conseqüentemente, de medo. O próprio sistema de informação não escapava a esta regra, pois, como era reforçado: “CADA UM SÓ DEVE CONHECER O QUE LHE É NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES OU TAREFAS” (SOPS/SA – 4._.137.12.1, p.2). Nada mais. Isto evitaria dois problemas: que ocorressem vazamento de informações (dados conhecidos pelos aparatos de informação) e que se pudesse entender a lógica operacional do próprio sistema – já que cada um deveria atuar em sigilo, dentro das atribuições condizentes ao seu cargo, apenas recebendo ordens. Isto é demonstrado através da *segurança das instalações, segurança das comunicações e segurança operacional*:

A SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES obtém-se pelo total controle do acesso às mesmas. Somente poderão penetrar em instalações sigilosas pessoas autorizadas ou que nelas trabalhem. Insterdição [sic.] de certos locais ao pessoal de organização estranho ao setor ou trabalho em curso;

A SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES é assegurada pela observância de normas especiais e princípios operacionais, de forma a impedir que informes cheguem ao conhecimento de pessoas não autorizadas, quando transmitidos por meios mecânicos ou transportados por correios ou mensageiros. Poderá ser concretizada através dos sistemas de códigos.cifras e pela segurança física dos Operadores, aparelhos etc., contra captura, destruição interferência e identificação;

A SEGURANÇA OPERACIONAL é obtido pela fiel observância dos princípios métodos e técnicas apropriadas que asseguram a eficiência das Operações de Informações, em particular, as clandestinas. Englobe desde o comportamento dos elementos humanos em suas atividades ou de contato, até a preocupação com o sigilo na transmissão das mensagens e na sua guarda.

(SOPS/SA – 4._.137.12.1, p.2)

Ainda quanto ao conhecimento das informações, concluem que: *No tratamento do problema da informação é necessário distinguir [sic.] as informações para as decisões do*

chefe, das que se destinam a esclarecer o povo (SOPS/SA – 4._.137.12.1, p.9). Para o *chefe* eram enviadas todo o tipo de informação adquirida, para juntamente com os órgãos de planejamento elaborarem os planos de ação. Já para o *povo* eram difundidas as verdades e fatos que o regime definia (como veremos mais adiante um exemplo utilizando um artigo elaborado pelos órgãos de segurança como forma de se defender das denúncias que estavam sendo feitas sobre eles).

Ainda sobre a produção de fontes, o documento *Classificação dos Informes nas Fontes* é um exemplo, e estas metodologias foram denominadas como *Unidades Didáticas*. Elas contêm a classificação dos informes, as mesmas ressalvas quanto à diferenciação sobre informe e informação (presente em grande quantidade da documentação quando o assunto é produção de fontes) que conseqüentemente dizem respeito à forma operacional do *Ciclo da Informação*, o novo é que complementam com a descrição dos agentes responsáveis pela produção da informação, observações, formulários, como fazer a vigilância, etc.

Primeiramente, sobre a classificação dos informes são divididas em duas, mas que se somam:

QUANTO A IDONEIDADE	QUANTO A PRECISÃO
A) Completamente idôneo	1) Confirmado
B) Geralmente idôneo	2) Provavelmente verdadeiro
C) Bastante idôneo não em todas as ocasiões	3) Possivelmente verdadeiro
D) Geralmente idôneo	4) Duvidoso
E) Totalmente idôneo	5) Improvável
F) A idoneidade não pode ser julgada	6) Não pode ser avaliado

(SOPS/SA – 4._.137.12.1, p.1)

Esta classificação é parte fundamental para poder checar o nível de credibilidade dos informes. A idoneidade diz respeito ao caráter do produtor da fonte (geralmente vem de origem DEDO – “dedo-duro”), e a precisão diz respeito à veracidade que pode ter este informe, após o exame de quem a recebeu (geralmente feito após o cruzamento com informações contidas nos bancos de dados).

O documento segue falando sobre de que modo funcionava o *Ciclo da Informação* e apresenta um rápido resumo de como a informação era utilizada ao longo do tempo (da Antiguidade até os tempos atuais). Até chegar à parte que apresenta de que forma deveria ser feita a seleção dos agentes que fariam as operações para produzir as fontes, segundo consta, deveriam ser observadas as seguintes características:

SELEÇÃO – uma investigação pode revelar algumas informações sobre o candidato a informante que obviamente a inabilitem para ser selecionado. Por exemplo, fatores de segurança, má saúde, etc. Entretanto, outros fatores de natureza seletiva devem ser levados em consideração. a) possibilidade de acesso ao objeto; b) grau de interesse por parte do Departamento de Polícia Federal e outros serviços de natureza correlata; c) valorização do grau de interesse do candidato – análise ideológica; motivos psicológicos, amor ódio, desejo de vingança, interesses financeiros, etc –; d) análise e avaliação do grau de confiança; e) estudo de elaboração de “Plano de Controle”; f) análise da capacidade operacional. (SOPS/SA – 4._.137.12.1, p.1)

Mais uma vez chamando atenção para questão do profissional ser comprometido com o projeto do Brasil e não por motivações pessoais. Além de uma série de outras aptidões, a ética e descomprometimento na hora da produção da informação era muito importante para que não houvesse erros no planejamento para ações futuras. Estes fatores (além do cancelamento da operação) podem contar para o motivo de dispensa.

A atividade de um informante pode cessar devido: a) Ineficácia; b) Impossibilidade de acesso ao objetivo desejado; c) fim de sua missão; d) Quando, segundo circunstâncias, o objetivo desejado torna-se impertinente; e) Quando sua conduta constituir um sério risco para a segurança da operação, por exemplo, inabilidade para guardar segredo, corrupção, medo, presunção de deslealdade, embriaguês excessiva, etc; f) conhecimento global da operação. (SOPS/SA – 4._.137.12.1, p.17)

Atente para a parte final *conhecimento global das informações* (SOPS/SA – 4._.137.12.1, p.17). O conhecimento do todo das operações ficava restrito apenas ao alto nível de planejamento, os órgãos de “execução” tinham conhecimento apenas o suficiente para poder colocar em prática determinada tarefa. Ter *conhecimento global* significaria colocar em risco as operações.

2.5. O CAMINHO DA INFORMAÇÃO

Outra constante preocupação apresentada no corpo documental foi a necessidade de se cumprir a hierarquia estabelecida dentro da *Comunidade de Informação*, sempre ressaltando a necessidade da rapidez, ética e sigilo nas respostas. Isto caracterizaria, como sempre, a boa agilidade do sistema. Estas ressalvas são constantemente demonstradas na documentação, possibilitando a compreensão dos mecanismos de funcionamento dos “caminhos percorridos pela informação”.

Por exemplo, neste radiograma expedido pelo Superintendente dos Serviços Policiais, mostra-se a preocupação em respeitar a hierarquia, enviando informações somente aos órgãos especializados:

Determino sejam adotadas providências sentido que, na área de sua jurisdição, com referência assuntos de ordem política e social não se forneçam absolutamente dados ou informações a nenhum órgão. Tal determinação não se refere às forças armadas federais, exército marinha e aeronáutica, bem como evidentemente, ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) ao qual devem ser regularmente encaminhadas as informações solicitadas. Determino, ainda, com referência ao mesmo assunto seja feita por esse regional, ligação com os comandantes militares federais locais (exército) marinha e aeronáutica. (SOPS/CS – 4._.4660.57.16)

Respeito à hierarquia, sigilo da informação, e ressalva aos órgãos aos quais a SOPS era subordinada são situações frequentemente apresentadas na documentação. Contudo, às vezes essa quebra de hierarquia ocorria, e logo se mostrava necessário reforçar as atribuições de tarefas de cada setor, pois como já referido acima: “CADA UM SÓ DEVE CONHECER O QUE LHE É NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES OU TAREFAS” (SOPS/SA – 4._.137.12.1, p.2). Desta forma o reforço era ferramenta essencial para alertar sobre as “regras”, como por exemplo:

Solicito as necessárias providências de V.S. no sentido de que todas as informações atinentes à Ordem Política e Social oriunda da área de jurisdição regional sejam enviadas a este DOPS e não ao SCI como vinha sendo feito.
(SOPS/CS – 4._.4664.57.16)

Observa-se que as SOPSs eram diretamente subordinadas ao DOPS/RS, devendo encaminhar informações somente a este órgão. Demonstrando mais uma vez que a informação

deveria seguir corretamente o caminho hierárquico para não haver problemas na agilidade e nem “alarmes falsos”, já que somente assuntos muito graves eram enviados diretamente para o DCI/SSP. Outra forma para disciplinar o caminho da informação era mandar toda a informação ao DOPS, mesmo quando classificada como urgente. Isso ocorria quando se percebia que não ocorria o respeito pela questão hierárquica, delegando, assim, ao DOPS/RS a responsabilidade de decidir o que realmente era urgente. Abaixo um exemplo deste caso:

Circ 221/69 Referente nosso radiograma circular 214/69 DCI, tendo em vista normas baixadas anteriormente, solicito fatos relevantes serem transmitidos classificação urgente diretamente DOPS que se encarregara transmitir essa DCI. (SOPS/CS – 4._.4665.57.16)

Aqui, mais uma vez, se tem o reforço sobre a hierarquia do DOPS e demais órgãos, ajudando a ilustrar o método de atuação da *Comunidade de Informação* do Estado:

A título de esclarecimento a essa DRP e, por extensão, a toda área jurisdicionada, informamos que no âmbito da SSP e Administração Estadual, por lei, todas as atividades de informações são condicionadas a este DCI, em estreita e direta ligação com o DOPS/RS.

Sendo assim, todos os documentos que se referem a informações de segurança, envolvendo aspectos de subversão, política e ligação a outros órgãos da Comunidade de Informações do RGS (permitindo-se contatos entre órgãos locais) deverão ser difundidas ao DCI e/ou ao DOPS, não necessitando ou mesmo não devendo, ser dados ao conhecimento de outros órgãos da Polícia Civil. (SOPS/CS – 4._.4768.59.17)

Dessa forma, é reforçada a ideia de que quando forem assuntos ligados a Segurança Nacional devem ser enviados ao DCI, assuntos ligados a subversão quando não tão urgentes devem ser encaminhados ao DOPS, e tendo o cuidado, que dependendo do grau de informação devem ser mantidos estritamente neste circuito SOPS – DOPS – DCI, não sendo difundido para os outros órgãos auxiliares da Comunidade de Informação.

A pesquisa possibilitou constatar que todo ano, a cada primeiro semestre, este reforço era feito, pois como observado nos documentos analisados, anualmente era feito um relatório sobre a situação das SOPSs e de seus funcionários, com parecer dos delegados sobre a atuação dos agentes, verificando a necessidade de exoneração ou permanência dos membros de cada setor. Assim, todo início de ano, os dados e o quadro eram atualizados e/ou remanejados. Entende-se desta maneira que o reforço constante pela funcionalidade e aplicação rigorosa das leis sobre a informação dava-se em função da rotatividade nos quadros.

A diligência empregada para ocorrência de fatos incomuns ao cotidiano aparece igualmente de forma constante na documentação. Como exemplo, nesta comunicação pedindo que sejam enviadas informações sobre qualquer atividade fora do comum que fossem registradas na região, com a maior urgência possível, pois se acreditava que grupos estavam preparando ondas de assaltos e seqüestros, logo esta era uma medida preventiva:

Em cumprimento determinações Sr secretário segurança, solicito seja comunicado este Dops qualquer ocorrência de grande repercussão publica, tais como assalto a estabelecimentos bancários ou próprio estado, município ou união, homicídios pessoa projeção política, social ou econômica, fatos envolvendo autoridades civis, militares ou eclesiásticas, assim como outros fatos que critério VS julgue necessário seja dado conhecimento. (SOPS/CS – 4._4673.57.16)

As SOPS também tinham seus subordinados: as Delegacias Regionais de Polícia que, estabelecidas no seu perímetro de atuação, recebiam e respondiam ordens que as SOPS expediam, como pode ser observado nesta solicitação:

1. Que as DD. PP. dessa Região informe imediatamente sobre qualquer indício ou fato relativo à subversão, terrorismo, agitação, reuniões clandestinas, movimento de políticos cassados e de pessoas notoriamente comunistas ou contra o governo atual, tráfico de entorpecentes, corrupção, venda ou roubo de armas e munições, sabotagens, movimento sindical, estudantil, delitos de grande repercussão, etc.

2. A simples notícia ou indício deve ser objeto de informe, ainda que sujeito a investigação ou análise. [grifo meu]

3. As SOPS devem comunicar todos os informes, informações e respostas às Obs., com maior rapidez possível, diretamente ao DOPS.

4. Quando se tratar de fato relevante que possa exigir participação de organização militar, o assunto deve, então, ser comunicado ao Comando da Guarnição Federal e ao DOPS, imediatamente.

5. Sendo as SOPS diretamente subordinadas ao Delegado Regional de Polícia, todo o expediente a ser remetido será dado conhecimento prévio ao Regional ou à seu substituto legal nos seus impedimentos. (SOPS/CS – 4._4696.58.17)

Neste documento, os tipos de observações a serem feitas na sociedade, generalizando os *suspeitos*, são apresentados. A suspeição e a vigilância deveriam ser constantes para que qualquer mínima anormalidade do cotidiano das cidades fosse registrada e enviada às SOPS, que por sua vez enviariam relatórios com o resumo de todas as respostas para o DOPS/RS. O

ponto 5 se refere à subordinação da SOPS aos Delegados Regionais, intensificando a ideia já apresentada da SOPS atuar com funcionários especializados dentro da Delegacia Regional, responsável pelo perímetro no qual a Seção atuava. Tanto os funcionários como a atuação das SOPSs eram constantemente vigiados por estes delegados – em uma espécie de pressão para dar mais eficácia a informação.

Quanto à necessidade de se ter sigilo com as informações produzidas e recebidas dos aparatos de informação, segue o exemplo abaixo:

Tendo em vista a responsabilidade pela manutenção de sigilo que cabe aos elementos que recebem documentos sigilosos ou deles tomam conhecimento - artigo 62 de Decreto 60417/67 - regulamenta para salvaguarda de Assuntos Sigilosos, retificado pelo artigo 15, parágrafo 6º, e artigo 31 de Decreto-Lei de Segurança Nacional, de 29 de setembro de 1969, encarecemos a V.S.^a, de ordem superior, a necessidade de alertar as autoridades e agentes, subordinados a essa Região sobre o sigilo dos mesmos.

Ressaltamos, outrossim, que já houve casos de elementos, que por falta de conhecimento referente a sigilo, deram conhecimentos de cunho político (Fichas Informativas) a políticos da área. (SOPS/CS – 4._.4685.57.16)

O problema de se compartilhar a informação estava vinculado com o fato, tantas vezes já mencionado, de se colocar em risco as operações. Também se entende que era para preservar o conhecimento sobre o que exatamente estava se passando. Exemplificando o que poderia acontecer com estas informações, é relatado o depoimento de um militante da esquerda dado enquanto estava no DOI/CODI/II:

Os subversivos tinham tomado conhecimento dos fatos através de interrogatórios feito de modo pouco sutil que permitiu reconhecer a fonte das informações. Tal inabilidade contrariou um dos princípios básicos da INFORMAÇÃO que é: “Preservação do Sigilo da Fonte” e sua não observância acarretará duas conseqüências imediatas:

- Extinção da fonte
- Represália face a informação dada.

Nota-se uma preocupação justificada das organizações terroristas em saber como se deu a prisão de um elemento para assim identificar um possível infiltrado e daí, em contrapartida, cresce a importância da necessidade de medidas de segurança mais rigorosas no sentido do que não seja aventada a circunstância em que se deu a prisão mesmo que se suponha com isto se vá facilitar a colaboração do preso pela desmoralização.

(SOPS/CS – 4._.4728.58.17)

Os dados acima expostos revelam que, além de saber que tipo de informações os *subversivos* tinham sobre o governo e de que forma obtinham tais dados, havia a preocupação

em saber o que eles relatariam quando saíssem da prisão. O controle sobre as informações era aplicado através da exigência de que cada dado difundido deveria ser informado ao DOPS.

1 – DADOS CONHECIDOS

1.1 Seguidamente este Departamento toma conhecimento de assunto de natureza policial ou similar, ocorridos no Interior do Estado e que interessam a Ordem Política e Social e a Administração Policial, através da documentação do Exército, Polícia Federal e outros OI.

1.2 Não existe restrição alguma a permuta de dados com os demais órgãos de informações da área, desde que os assuntos também sejam difundidos aos DOPS.

2 – DADOS SOLICITADOS

2.1 solicita-se que toda vez que forem recebidos ou difundidos assuntos com outros órgãos de informações na área, seja remetida uma cópia a este Departamento.

(SOPS/CS – 4._.4737.58.17)

O DOPS/RS tinha, então, o controle sobre os tipos de notícias produzidas e difundidas pela SOPS, logo, sabiam de que forma e o que era informado aos órgãos menores que estavam sobre responsabilidade das SOPS.

A preocupação se vê não apenas por parte do DOPS/RS, mas de outros órgãos. A necessidade de se enviar uma cópia do que foi compartilhado, servia como forma de segurança da informação, pois era necessário saber quem, onde, e quantas pessoas sabiam do que estava sendo produzido e divulgado daquilo que era produzido pelo aparato de segurança. Com isto se mantinha o controle de possíveis vazamentos de informação.

Algumas vezes o DOPS/RS efetuava “batidas” no interior, conforme transcrição encaminhada de dois radiogramas abaixo, um apenas pedindo para atentar de forma rigorosa ao determinado em lei, e o outro falando sobre possíveis ações do DOPS/RS no interior:

Por recomendação Sr. Superintendente e atendendo interesses de segurança nacional, DOPS vez que outra, excepcionalmente deve desenvolver ação rápida interior sem possibilidade prévia comunicação Regionais. Entretanto, sempre que possível tais atividades serão comunicadas. Sr. Superintendente solicita toda a colaboração agentes DOPS que devem portar documentos identificação. Outrossim, quaisquer esclarecimentos resultantes dúvidas surgidas [sic.], deveis solicitar diretamente Diretor DOPS.

(SOPS/LV – 4._.5790.52.18)

Logo, pode ser observado que as SOPS eram apenas um braço operacional do DOPS/RS, produzindo informes e repassando as informações e ordens de busca. Quando da

necessidade de se efetuar alguma operação de risco maior, o DOPS/RS atuava junto. O “aviso sempre que possível” caracterizaria o sigilo para que a operação não desse errado.

2.6. PASSOS INVESTIGATIVOS PARA VERIFICAÇÃO DE IDONEIDADE:

A documentação a seguir demonstra as estratégias de investigação aplicadas a um suspeito de *subversão*. O primeiro documento trata do atendimento de Ordem de Busca de Gervázia Libera Lorenzetti, casada com Yves Ambrósio Gil. Segundo consta, ela estaria sendo acusada de co-autoria em um crime de homicídio ocorrido na cidade de Guaíba. A referente ordem serve, supondo a partir da análise do relatório, para esclarecer se este crime estava ou não relacionado com atentado *subversivo*. Consta que:

- 1º- em princípios da 2ª quinzena de março pp/, esta D.P. recebeu uma comunicação telefônica do Del. De Capturas de Porto Alegre, solicitando investigação no sentido de apurar se, efetivamente, GERVÁZIA LIVERA LORENZETTI era natural deste município, e todos os dados referentes a mesma;
- 2º- iniciaram-se às investigações e descobriu-se que Gervázia havia nascido neste município, no distrito de Segredo;
- 3º- conseguimos em 1º lugar [...] a Certidão de Batismo e, mais tarde, [...] a Certidão de Nascimento da mesma;
- 4º- constava no arquivo desta D.P. [...] o Boletim da Div. De Investigações em relação ao fato e o envolvimento de Gervázia no Homicídio ocorrido em Guaíba;
- 5º- todos os dados foram transmitidos ao Del. Arthur Flores Pinto, titular da Delegacia de Captura e Polinter;
(SOPS/LV – 1.2.1076.12.5; p.1)

Percebe-se assim a primeira fase da investigação, que era justamente a consulta aos bancos de dados para o levantamento inicial de informações sobre a vigiada. Após este primeiro passo, ocorria uma procura de complementação de informes que pudessem dar mais base para a estratégia de ação a ser tomada, caso se confirmasse a suspeita. O passo seguinte seria verificar o entorno social da nominada para saber se além dela, haveria mais membros de sua rede que pudessem ser enquadrados por comportamento suspeito:

- 6º- esta D.P., passou em caráter sigiloso a investigar o caso durante meses a fio e, na Vila Segredo, contava com elementos de

comprovada idoneidade moral para informar qualquer novidade sobre os pais de Gervázia, tudo em caráter reservado;

7º- em 03 de outubro pp./, um domingo, 11:00 horas da manhã, ao visitarmos as fichas do hotel da cidade, deparamos com a ficha de Gervázia;

(SOPS/LV – 1.2.1076.12.5; p.1)

Verificado seu entorno, constou que mais ninguém – principalmente de sua família – possuía conduta suspeita. Nesse documento podemos averiguar o caráter de vigilância exaustivo que os agentes da repressão aplicavam sob suas vítimas, pois nele é mencionado que as investigações sobre a suspeita se realizaram *durante meses a fios* (SOPS/LV – 1.2.1076.12.5; p.1).

Após este processo, foi feita consulta a empresas privadas que pudessem informar sobre a população flutuante, ficando constatada a hospedagem da suspeita em um hotel da cidade. Confirmados estes dados, segue-se para os passos seguintes que são de prisão, isolamento e interrogatório:

8º- imediatamente tentamos estabelecer nossos contatos e dois dias depois, efetuamos a prisão de Gervázia numa casa de sua irmã localizada na divisa de Vacaria com o Município de Antônio Prado;

9º- conseguimos prendê-la e trazê-la até esta D.P. onde ela **permaneceu incomunicável, sabendo do fato, somente, o Cabo da P.M., destacado em Vila Ipê, o Comissário Jayme F. Caon e o Delegado titular desta cidade** [grifo meu];

(SOPS/LV – 1.2.1076.12.5; p.2)

Assim, a prisão e isolamento são estratégias de terror psicológico, propiciando ao detido a sensação de desamparo, pois caso aconteça alguma coisa nada poderá ser feito, já que não se tem conhecimento das apreensões em um primeiro momento. Este amedrontamento prévio ajudava na hora de ser feito o interrogatório. Gervázia, após a detenção, foi remetida para Porto Alegre. Este fato reforça a ideia que as SOPS, além de funcionarem como órgãos coletores e *filtradores* de informe, também serviram como local de detenção. A princípio, as medidas interrogatórias eram efetivamente realizadas por agentes especializados do DOPS/RS na cidade de Porto Alegre, no entanto o processo de detenção, seguido de isolamento do suspeito consequentemente *facilitava* o interrogatório que viria ser feito na capital, pois nesta situação os suspeitos ficavam sem saber o real destino que receberiam. Assim, ocorria o passo seguinte: o traslado para Porto Alegre. No caso apresentado, a presa chegou às *14:00 horas da tarde, em Porto Alegre*, (SOPS/LV – 1.2.7076.12.5; p. 2) e logo *apresentamos ao Delegado Wuilde Pacheco no seu gabinete de trabalho* (SOPS/LV – 1.2.7076.12.5; p. 2).

Após a *apresentação*, parte-se então para a etapa de interrogatório e a seguir para a confirmação das informações prestadas:

12º- após conversar preliminarmente com Gervázia, o Delegado Wuide Pacheco determinou que fossem tomadas o termo às declarações de Gervázia, tendo o Delegado Marco Aurélio orientado o interrogatório no próprio gabinete do Diretor;

13º- ao mesmo tempo, foi ciantificado [sic] do fato o Sr. Superintendente dos Serviços Policiais e o Exmº. Sr. Secretário da Segurança Pública;

14º- naquela mesma noite, **após providências de praxe** [grifo meu], fomos autorizados a viajar para São Paulo, [...] conforme consta no relatório elaborado pelo Del. Titular de Capturas Polinter;

[...]

17º- com permanência de (9) nove dias com Gervázia, nada constatei da mesma estar envolvida em subversão.

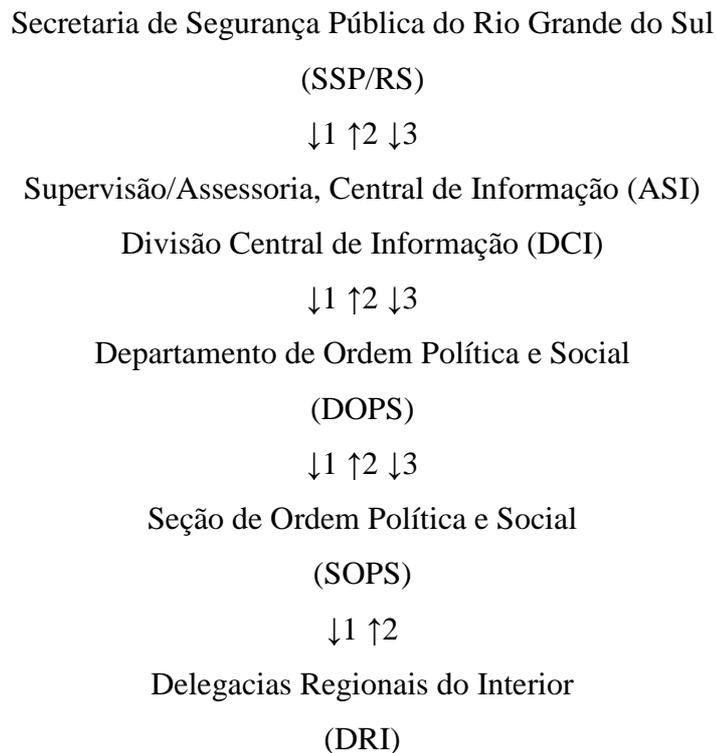
(SOPS/LV – 1.2.1076.12.5; p. 2)

Mesmo não sendo encontrada nenhuma evidência sobre o envolvimento da nominada com atividades *subversivas*, a vigilância continuava a controlar seus passos. Pois no final do documento ficou registrada a solicitação que maiores informações fossem repassadas aos delegados que participaram de toda a investigação, mesmo com o seu encerramento.

Assim, notamos que mesmo não tendo dados que comprovassem a participação *subversiva* ou mesmo que o crime cometido tivesse alguma ligação com os grupos ditos *terroristas*, percebemos todos os passos investigativos para uma completa produção de informação para o preparo das estratégias de ação. Percebemos também, que apesar de ser “inocente” a vigilância sobre ela permaneceu. Outros casos de pessoas suspeitas de possuir alguma ligação com o movimento subversivo aparecem ao longo da documentação, e mesmo sendo concluído não haver possibilidade de ligação com estes tipos de grupos, a vigilância continuava ocorrendo, inclusive deixando solicitado a apresentação dos indiciados à delegacias para coleta de depoimento que confirmassem sua inocência.

* * *

Assim, depois de verificar a documentação, entendemos, de forma resumida, como funcionava o caminho da *espionagem* no Rio Grande do Sul:



Indicado os três passos do caminho, que correspondem a basicamente:

1. Envio de ordens da Secretaria de Segurança Pública às demais ramificações do aparato;
2. Envio das respostas às ordens das ramificações, selecionadas e organizadas em cada estágio de processamento;
3. A devolução da resposta com um dossiê completo sobre o assunto ao qual estava se tentado verificar.

Cada Seção de Ordem Política e Social (SOPS) era responsável por uma determinada região do Estado. Quando expedidas as ordens, as SOPSs as recebiam e repassavam para as demais Delegacias Regionais que circundavam seu campo de atuação. Após, estas delegacias respondiam as SOPSs encarregadas, que analisavam os informes e faziam um resumo encaminhando ao Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). O DOPS, por sua vez, fazia um resumo de todo o conteúdo fornecido pelas SOPSs e o encaminhava diretamente para a Divisão Central de Informações (DCI), onde os informes seriam *processados* para chegar a uma informação.

Com este percurso, se possuía, como pode ser observado, um **total** controle sobre a região do Rio Grande do Sul. Esta vigilância se aplica nas mais variadas formas de indivíduos atuantes na sociedade, como por exemplo: estrangeiros, estudantes, religiosos, partidos

políticos, etc. Através disto, se pode notar como era controlada qualquer atividade da sociedade civil no período que vigorou a Ditadura de Segurança Nacional no Brasil.

Como exposto no esquema acima sobre o “Ciclo da Informação”. Assim, com base nele e na documentação recebida pelas SOPSs, entendemos que as seções serviam como um órgão especificamente produtor de informes. Funcionada então como braço operacional do DOPS “filtrando” o grande contingente de informes produzidos por toda extensão do Rio Grande do Sul. Desta maneira altamente burocrática, se entende que o envio das ordens ou pedidos de busca para a vigilância lembra o efeito dos dominós alinhados, quando cai um caem todos na sequencia. O caminho de volta dentro dos aparatos de informação também segue esta mesma lógica do dominó, logo, entendemos que a quebra, ou falhas em um destes níveis da estrutura, falharia com o sistema, prejudicando o *Ciclo da Informação*, que é cíclico e constante.

Ética, sigilo, rapidez, operacionalidade, comprometimento, entre outros, são fatores constantemente vistos aqui. Burocratizada e racionalizada, a *Comunidade de Informação Gaúcha* operava dentro da lógica organizacional estipulada pelo regime, para homogeneizar o sistema e não haver falhas estruturais. Entendendo como funcionava esta comunidade, se tem a idéia do controle geral que era estabelecido para a sociedade, colocando ela dentro de rígidas normas de conduta, ou seja, fazendo com que ela se enquadrasse dentro daquilo que o regime considerava como correto, para que não passassem a ser *subversivos*, pois a menor mudança de comportamento os colocava nesta condição.

Encarcerados em si (PADRÓS, 2005), a população seguia. Vigitados constantemente, nada escapava dos órgãos de informação do Rio Grande do Sul, pois toda a malha de informação montada impedia. O Estado, zona de Segurança Nacional, estaria assim “seguro” da *subversão*. A constante vigilância gerará as mais variadas formas de documentação, visto que tudo de anormal era relatado. Veremos brigas entre policiais pela falta de ética, cidadãos que eram considerados suspeitos por serem comunicativos, família de exilados políticos tendo correspondência vigiada, articulação entre políticos da época do período democrático para o financiamento de guerrilhas, entre outros. Exemplo este que dão uma base para se entender o cotidiano da repressão, e que esboçam como era disseminada a *cultura do medo*.

3. EXÍLIO E VIGILÂNCIA: CONTROLE DO *INIMIGO* COMO ESTRATÉGIA PREVENTIVA

*En sus primeros años, Ana Fellini creía que sus padres habían muerto en un accidente. Sus abuelos se lo dijeron. Le dijeron que sus padres venían a buscarla cuando se cayó el avión que los traía.
A los once años, alguien le dijo que sus padres habían muerto peleando contra la dictadura militar argentina. Nada preguntó, no dijo nada. Ella había sido niña parlanchina, pero desde entonces habló poco o nada.
A los diecisiete años, le costaba besar. Tenía una llaguita bajo la lengua.
A los dieciocho, le costaba comer. La llaga era cada vez más honda.
A los diecinueve, la operaron.
A los veinte, murió.
El médico dijo que la mató un cáncer a la boca.
Los abuelos dijeron que la mató la verdad.
La bruja del barrio dijo que murió porque no gritó.
(Eduardo Galano)*

Antes de falar propriamente sobre a questão da vigilância dos exilados pelos órgãos de informação e repressão da ditadura civil-militar, mostrar-se-á um pouco da experiência no exílio. Segundo Denise Rollemberg:

O exílio tem, na história, a função de *afastar/excluir/eliminar* grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam para alterá-lo. O exilado é motivado pelas questões do país, envolve-se em conflitos sociais e políticos, diz *não* a uma realidade. Neste ambiente são forjados seus “projetos” e “ilusões” [...] O exílio é o afastamento deste universo e recai sobre o “homem revoltado”, na expressão de Albert Camus, como um castigo. Ao mesmo tempo, o exílio aparece como possibilidade, quando a resistência interna é impossível. (ROLLEMBERG, 1999; p. 25)

Assim, no exílio ocorre, segundo a autora, inicialmente uma ruptura identitária e logo em seguida a reconstrução de um novo sujeito a partir das experiências vividas. Denise Rollemberg ainda mostra que:

O refugiado vive sob a pressão de ter que se adaptar à nova realidade, mas segundo referências idealizadas de um tempo passado e de um lugar não mais existente.
[...]

A adaptação deve existir, mas não a ponto de destruir o desejo referencial do retorno. Por isto ela é vista, por vezes, com desprezo. Ela significaria a renúncia de um país de origem. Em geral, trata-se de um processo penoso, agravado pelas carências materiais, pelo desconhecimento da língua, da cultura e dos trâmites burocráticos, pela falta de documentos, pela não rara impossibilidade de exercer a profissão de origem: “Em um mundo que lhe parece frequentemente estranho e hostil, ele [o exilado] se sente completamente infantilizado. (ROLLEMBERG, 1999; p. 28)

Diante desta angústia, os exilados tendem a se unir, pois tentam *reproduzir no exílio o seu país, o seu mundo, vivendo em guetos*: “Odiado pelo país natal, mal acolhido pelo país de asilo, ele tende a se fechar na própria solidão ou a freqüentar apenas os outros emigrados, pois eles partilham as mesmas experiências e amargas (ROLLEMBERG, 1999; p. 28). Assim, tentando se ressignificar num lugar não pertencente a si, o exilado se cercará dos seus, buscando novos sentidos para adaptação. No que tange aos exilados políticos, além da formação destes guetos, o exílio representou uma possibilidade de continuidade da sua luta política, já que, como é salientado pela autora, *o exílio também pode ser – e freqüentemente é – o lugar da resistência, da continuidade da luta* (ROLLEMBERG, 1999; p. 35).

Assim, implementado o Estado ditatorial, a necessidade queurgia era a legitimação do governo instaurado. Para isso, ocorre uma *operação limpeza* (ROOLEMBERG, 1999; ALVES, 2005; FERNANDES, 2009), visando sanar os males que poderiam ser provocados pelos adversários do projeto vigente e também eliminar representantes políticos do período democrático. Isto realizou-se com a decretação do Ato Institucional Número 1 (AI-1), sobre o qual Maria Moreira Alves aponta que:

A promulgação do Ato Institucional nº1 efetivamente lançou, assim, as primeiras bases legais para a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional. Sua importância como instrumento jurídico para a institucionalização do novo Estado foi sublinhada por Carlos Medeiros, que o redigiu, ao declarar que “sem ele o movimento civil e militar de março se confundiria com um golpe de Estado ou uma revolta destinada apenas a substituir ou afastar pessoas dos postos de comando e influência no governo”. (ALVES, 2005; p. 68)

Com isso, ocorreram as cassações de direitos políticos, prisões e expurgo de opositores ao regime, foram instituídas as eleições indiretas para presidente, enfim, todas as medidas básicas necessárias para a imposição das novas diretrizes

governamentais. Maria Moreira Alves ainda mostra que: *O Ato Institucional continha outras medidas de controle Judiciário e suspensão dos direitos individuais, destinados a abrir caminho para a “operação limpeza”* (ALVES, 2005; p. 66). Ainda na promulgação do AI-1, o artigo 8 determinava que: *Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.* (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1964; artigo 8º), ou seja, a partir disto, foram dadas as bases para a instauração dos Inquéritos Policiais Militares (IPM), importante instrumento contra a *subversão*, conseqüentemente muito utilizado dentro da *operação limpeza* nesta fase inicial de consolidação da ditadura civil militar¹.

Logo, a instauração do AI-1 foi aplicada como forma de afirmação dos pressupostos contidos dentro da Doutrina de Segurança Nacional. A *operação limpeza* foi completa quando foi promulgado o Ato Institucional Número 2 (AI-2), em 1965, sobre o qual Maria Moreira Alves apresenta que: *As disposições do Ato Institucional N° 2 permitiram das prosseguimento à eliminação das antigas estruturas do Estado para a construção de novas O fim dos partidos políticos desarticulou consideravelmente a oposição, permitindo ao governo Castelo Branco aprofundar as medidas destinadas à institucionalização definitiva do Estado* (ALVES, 2005; p. 116)

Conforme vimos no capítulo 1, os principais conceitos da qual a DSN fundamentava-se eram o de *inimigo interno* e *guerra revolucionária*, dentro desta perspectiva, principalmente de nova modalidade de guerra, será reformulado outro conceito, o de fronteira. Esta nova definição se deve ao fato de que o entendimento de guerra clássica, *externa e entre Estados* (MANUAL BÁSICO, 1976; p. 75) e que *é declarada* (MANUAL BÁSICO, 1976; p. 75), é substituído pela guerra não-convencional, que poderia ocorrer de duas formas:

A Guerra Insurrecional – conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo, e
A Guerra Revolucionária – conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da Nação. (MANUAL BÁSICO, 1976; p. 78)

¹ Sobre esses processos realizados para cassação de indivíduos contrários as novas diretrizes impostas pelo estado que se configurava existe no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul uma série de processos relativos a este período que demonstram bem de que forma este enquadramento inicial atingiu o setor do operariado da maquina estatal. Nestes processos estão casos de policiais, professores, ferroviários entre outros que foram destituídos de suas funções por não se enquadrarem dentro das novas normas.

Assim, os ideólogos da ditadura civil-militar, acreditavam estar lidando com uma *subversão* que optava por um tipo de estratégia de combate indireta, que não abarcava apenas a região interna, pois a ajuda para a conquista de seus objetivos poderia vir de fora. Era travada, desta forma uma guerra ideológica, cujo objetivo do Estado seria a manutenção da segurança frente ao *inimigo interno* propagador destas estratégias de conflito indireto. Mediante este tipo de guerra, o conceito de fronteira igualmente será reformulado visto que *modernas formas de agressão, em particular por força de influência da ideologia comunista, deram dimensões ao problema de guerra e, conseqüentemente das Nações* (MANUAL BÁSICO, 1976; p. 416).

Adotava-se então a noção de *fronteiras ideológicas*, pois a geografia agora abarcava o caráter político-ideológico adotado pelos Estados, logo, os governos partidários da mesma *ideologia* poderiam ajudar-se mutuamente caso perigo de ameaça *subversiva* iminente. Em vista disso, quando ocorrem os expurgos resultantes da *operação limpeza*, o Brasil passa a fazer constante pressão, principalmente ao governo uruguaio – local como veremos adiante que abrigou maior contingente de exilados políticos – para que houvesse o controle dos *inimigos* brasileiros que lá se encontravam, já que, como Ananda Fernandes demonstra, sobre a pressão exercida pelo estado brasileiro referente ao controle dos expurgados: *controlar e vigiar seu “inimigo interno”, mesmo estando localizado em outro país, pois, pela concepção das “fronteiras ideológicas” isso não era considerado um impedimento* (FERNANDES, 2009; p. 76)

Deste modo, quando ocorre a deflagração do golpe contra-insurgente de 31 de março de 1964, o exílio foi uma opção para os que faziam frente aos golpistas, visto que, deflagrado o golpe, a etapa a seguir seria dar início à metodologia de eliminação da *subversão*, através do emprego dos Atos Institucionais (sobretudo o AI-1 e o AI-2, como demonstrados acima):

Estas medidas facilitaram tanto o expurgo dos quadros burocráticos e militares ligados ao governo quanto a cassação de políticos. A política de cassação teve dois resultados: intimidou os demais membros através do “efeito demonstrativo”, e reduziu as possibilidades de coalizão entre o PTB e o Partido Social Democrático (PSD), partidos que mais sofreram expurgos (destacadamente o primeiro). Já os expurgados na burocracia civil retiraram de cena funcionários vinculados ao regime anterior possibilitando a entrada de pessoas relacionadas ao ideário do novo regime nos quadros burocráticos. Além disso, também foram retirados os militantes

legalistas e os não-identificados com a Doutrina de Segurança Nacional. (FERNANDES, 2009; p. 65)

Neste contexto formou-se o que alguns autores denominam como a *primeira geração de exilados políticos* (ROLLEMBERG, 1999; MARQUES, 2006; FERNANDES, 2009), geração esta que vai dos anos de 1964 a final de 1967 enquadrados no Ato Institucional nº 1 e no Ato Institucional nº 2. A busca preferencial para o refúgio foi a capital uruguaia de Montevideú², cidade que ficou então conhecida como a capital do exílio.

Na mesma medida em que os expurgados buscavam refúgios em outros países, a repressão os seguia, pois a maior preocupação do governo golpista centrava-se na possibilidade de rearticulação política no exílio. Esta inquietação se manifestou desde os primeiros dias do golpe, conforme podemos observar nos relatos feitos por Phillip Agee³ em seu diário. Em um dos seus relatos, Agee, escreve que após o Golpe João Goulart buscou exílio:

MONTEVIDÉU
5 de abril de 1964

Goulart chegou aqui ontem e foi acolhido por uma surpreendente manifestação de entusiasmo. O golpe militar, na verdade, foi recebido no Uruguai com muito desagrado, porque Goulart havia sido eleito por voto popular e também porque um poderoso governo militar brasileiro pode significar problemas com exilados aqui no Uruguai. Já estão começando a chegar membros do Governo de Goulart e a base do Rio está enviando um telegrama atrás do outro pedindo para que apressemos nossos relatórios de chegada. A nossa única fonte dessas informações é o comissário Otero ****[mantido do original]**, cujo Departamento de Ligações e Investigações se encarrega de registrar os exilados. É óbvio que a base do Rio se está dedicando inteiramente a apoiar o governo militar; a chave para farejar qualquer indício de conspiração e contragolpe está na captura de Leonel Brizola, elemento de extrema-esquerda e cunhado de Goulart, (...) e no momento foragido. (AGEE, 1976; p. 368)

² Ana Luiza Reckziegel em seu estudo mostra que devido a tradição histórica do Rio Grande do Sul ser rota de fuga para o exterior dos opositores políticos, desenvolveu-se uma diplomacia aparte entre o Rio Grande do Sul e suas regiões fronteiriças da Argentina e Uruguai. (RECKZIEGEL, 1999)

³ Phillip Agee foi ex-agente de operações secretas da CIA, e que escreveu suas memórias através de diário, pois, segundo próprio autor, através disto fazia uma *tentativa de abrir uma outra pequenina janela por onde poder-se-ão entrever os tipos de atividades sigilosas exercidas através da CIA, nos países do Terceiro Mundo, pelo governo dos Estados Unidos, em nome da sua segurança nacional* (AGEE, 1976; p. 7).

Este importante relato mostra que não somente os grandes líderes procuraram exílio no Uruguai, como todos os que mantinham ligações com estes políticos os acompanharam, dando mais um motivo para a vigilância se preocupar com a possibilidade de rearticulação, demonstrando a necessidade inicial da coleta de dados sobre a chegada destes exilados em Montevideú. No dia 18 de abril de 1964 a preocupação em informar sobre os exilados ainda se fazia presente, conforme Agee relatava: *devemos fazer todos os esforços a fim de não apenas evitar um contragolpe e movimentos de revolta em futuro próximo no Brasil* (AGEE, 1976; p. 369). A partir de então, foi recomendado o reforço na produção de informes sobre a situação destes exilados para que o grupo não conseguisse ameaçar a ditadura civil-militar recém instaurada.

A vigilância também era para controlar e impedir que os exilados não retomassem as atividades políticas em Montevideú:

As correntes políticas daqui são contra o novo governo militar no Brasil, e isso torna os nossos comentários jornalísticos favoráveis àquele governo de redação muito difícil. O governo brasileiro, contudo, começou a pressionar os uruguaios sob diversos ângulos para que Goulart e seus adeptos, no exílio, fiquem impossibilitados ou sejam impedidos de ingressar nas atividades políticas do país. (AGEE, 1976; p. 370)

Esta pressão foi uma constante, visto que foram enviados relatórios sobre todos os passos dos exilados brasileiros e também listas de uruguaios, que eram mal vistos pelo governo do Prata, solicitando igual vigília se estivessem em solo brasileiro. Esta troca foi fundamental para a manutenção e controle dos passos dos ditos *subversivos* e para a elaboração de estratégias de ação eficazes para minar qualquer possibilidade de ação proposta pelo grupo de exilados.

Essa preocupação quanto à possibilidade de rearticulação dos exilados se mantinha na mesma proporção que aumentava o núcleo de exilados políticos brasileiros na cidade de Montevideú. Segundo relato de Agee de 17 de julho de 1964:

O governo brasileiro continua a nos pressionar no sentido de agirmos contra a possibilidade de Goulart, Brizola e outros exilados recomeçarem suas atividades políticas – embora já esteja permitindo a alguns asilados da embaixada uruguiaia algumas saídas, o que por enquanto aliviou um pouco a tensão. Foi enviado para cá um representante com a finalidade de fazer uma conferência com a imprensa e tentar estimular a ação do

controle dos exilados. Contudo, os comentários do representante foram contraproducentes, porque, além de acusar os adeptos de Goulart e Brizola de conspiração contra o governo militar (através de movimentos estudantis, trabalhistas e governamentais no Brasil), ele também declarou que o Uruguai está inflado por comunistas e, portanto passou a constituir uma ameaça para o resto do continente. O ministro das Relações Exteriores do Uruguai replicou mais tarde, dizendo que o país absolutamente não está dominado por ele. As pressões exercidas pelo Brasil poderão vir a provocar reações negativas e imediatas, porém, **mais cedo ou mais tarde, os uruguaios terão de assumir uma atitude semelhante a linha dura contra o comunismo, porque o país é bastante pequeno para resistir às pressões do Brasil** [grifo meu]. (AGEE, 1976; p. 384)

Porém, todo este controle sobre as atividades dos exilados não impediu que eles aproveitassem os ares democráticos da capital uruguaia para se rearticular politicamente e participar da política local. Apesar das atividades controladas, os exilados faziam reuniões e elaboravam estratégias operacionais para o regresso ao Brasil e a tomada do governo.

Conforme as reuniões foram acontecendo, o aparato de repressão e informação, no caso as SOPS designadas para tal função, iam produzindo informações para controle das atividades *subversivas* no exterior. Este conhecimento era tão detalhado que chegavam ao ponto de listar pessoas que estavam tanto foragidas, quanto as que estavam participando das reuniões dos asilados:

RELAÇÃO DO PESSOAL FORAGIDO DA JUSTIÇA MILITAR COM MANDATO DE PRISÃO PREVENTIVA:

1. Emanuel Nicoll/ 2. Leonel de Moura Brizola/ 3. Cabo José Anselmo dos Santos/ 4. João Cândido Maia Neto/ 5. Alfredo Ribeiro Daudt/ 6. Cândido da Costa Aragão/ 7. Amaury Silva/ 8. Dagoberto Rodrigues/ 9. Aldo Arantes/ 10. José Guimarães Neiva Moreira/ 11. Cibilis da Rocha Viana/ 12. Darcy Ribeiro Silveira/ 13. José Wilson da Silva/ 14. Nilo Silveira/ 15. Fernando de Souza Costa Filho/ 16. Ivo Magalhães Londres/ 17. Adão Pedro Soares/ 18. Amadeu Felipe da Luz Ferreira/ 19. Gelcy Rodrigues Correia/ 20. Daltro Jacques D'Ornellas/ 21. Dirceu Jacques D'Ornellas/ 22. Eno Cristiano Becker/ 23. Jayme Araújo/ 24. Francisco Lajes dos Santos/ 25. Carlos Lima Aveline/ 26. Paulo Romeu Schilling Schirmer/ 27. Paulo de Mello Bastos/ 28. José Carlos dos Santos/ 29. Dante Pellacani/ 30. Henrique Cordeiro Oest/ 31. Walter Guimarães.

RELAÇÃO DO PESSOAL QUE FREQUENTAVA REUNIÕES DE ASILADOS NO URUGUAI

1. Álvaro Moreira Filho/ 2. Tarso Magno de Oliveira/ 3. Décio de Freitas/ 4. Rubens Cardoso/ 5. Atilo Cavalheiro Escobar/ 6. Cesar Augusto Chefiteli/ 7. Luiz Braga Duarte/ 8. Humberto Menezes Pinheiro/ 9. Cláudio Braga Duarte/ 10. Hugo Choll/ 11. Delson Plácido Teixeira/ 12. Isidoro Viana Gutierrez/ 13. Djalma Maranhão/ 14. Demistócles Batista/ Geraldo Pacheco/ 16. Oldair Meneghetti/ 17. Caio Navarro Toledo/ 18. Paulo Teixeira da Cruz/ 19. Rubens Menzen Bueno/ 20. Zwinglio Mota Dias/ 21. Gerson Moura/ 22. Alberto dos Reis Benevides/ 23. Alfredo Magaldi Brandão/ 24. Edgar Alves Maia/ 25. Arnaldo Magno de Araújo/ 26. João Goulart/ 27. Jacy Pereira Lima/ 28. José Medeiros Dantas/ 29. Nery Machado de Medeiros/ 30. Zenildo Rebouças Barreto/ 31. Clidenor de Freitas Santos/ 32. Marcos Léo Ramos/ 33. Álvaro Araújo/ 34. Osnildo Stafford da Silva/ 35. Lélío de Carvalho/ 36. Dilvo Araújo/ 37. Geraldo Araújo/ 38. Júlio Ximenes Júnior/ 39. Paulo Valente
(SOPS/E – 1.2.92.3.1)

Podemos então perceber, através da documentação das SOPS, o controle sistemático que havia sobre os exilados políticos, consequência da visão que se tinha de controle do *subversivo* dentro das *fronteiras ideológicas*. No caso da primeira geração, se deu de forma mais alardeada pela necessidade da ditadura civil-militar se firmar enquanto regime sólido. O perfil constitutivo dos expurgados desta geração era o de intelectuais, políticos e oficiais, que se denominavam legalistas, e viam o exílio como algo temporário, pois acreditavam logo regressariam ao seu país para dar continuidade a luta política. Do mesmo modo que os exilados entendiam sua resignificação no exterior através da luta política, como forma de reconstrução de si, e unificação do grupo de expurgados a repressão também os enxergava assim. Desta forma a vigilância sistemática desses grupos e a pressão do governo brasileiro sobre o Uruguai, para que este país exercesse o controle dos expurgados, era uma constante.

3.1. O REFORÇO DO CONTROLE E DA REPRESSÃO SOBRE EX-LÍDERES POLÍTICOS EXILADOS

A necessidade de consolidação do estado ditatorial instituído ocasionou a expulsão do país das grandes lideranças políticas que atuaram durante o período

democrático. Porém, não era somente necessário o expurgo destes líderes para resolverem o problema. Seria necessária também a vigilância de seus passos no exterior. Assim, serão sistematicamente controladas todas as ações destes políticos e também todos os que de alguma forma os circundavam.

A grande preocupação que pode ser observada através da documentação encaminhada para as SOPS era relacionada ao político Leonel Brizola, devido a toda sua trajetória política e à posição de liderança em dois momentos chave de resistência às tentativas mal sucedidas de golpe de Estado: a *Campanha da Legalidade* de 1961 (na qual destacou-se como um dos grandes expoentes de resistência ao projeto estatal proposto pelos militares), e o outro a formação do chamado Grupo dos Onze *que deveria ser a base de uma futura organização revolucionária cujo braço armado seria constituído pela oficialidade nacionalista, sargentos e marinheiros* (CHAGAS, 2007; p. 92). Este movimento de resistência, apesar de todas as tentativas para combater o golpe de 1964, não foi suficiente para tal, pois *organicamente o nacionalismo revolucionário capitaneado por Brizola, apesar de toda sua base social de apoio, não conseguia converter seu amplo apoio numa estrutura orgânica capaz de resistir à repressão pós-golpe de 1964 e ainda compreender um real enfrentamento às forças civis e militares* (CHAGAS, 2007; p. 93).

Assim, a formação do Grupo dos Onze (Gr-11), ou Comandos Nacionalistas (CN) tinham como principal objetivo:

“Os Grupos de Onze Companheiros têm por finalidade precípua servir como instrumento principal e vanguarda do movimento revolucionário que libertarão país da opressão capitalista internacional (...) com a finalidade de instituir no Brasil um governo do povo, pelo povo e para o povo. Os Gr-11 serão como foi a ‘Guarda Vermelha’ da revolução socialista de 1917 na União Soviética, da qual seguirá o vitorioso exemplo. (Processo BNM 3824, p. 1 *apud* CHAGAS, 2007; p. 127

Propunham isto, pois acreditavam que a população brasileira já havia conseguido entender a situação política de seu país, logo, poderiam mobilizar-se em prol de um projeto alternativo ao vigente. Devido ao caráter de organização do grupo, propunham a que a constituição dele ocorresse da seguinte maneira:

“O primeiro passo a ser dado pelo companheiro que pretende organizar um CN ou Gr-11, seja um delegado organizador ou não, é a

leitura e estudo destas instruções e do manifesto de Leonel Brizola quantas vezes forem necessárias até uma segura compreensão dos fins e objetivos da organização. O segundo passo da organização é procurar os companheiros com os quais tem convivência e ligações de confiança preferencialmente entre seus vizinhos ou colegas de trabalho. De início conversar com apenas dois ou três chegados e debater a idéia, a necessidade de objetividade da organização dos Gr-11. Ler nessa ocasião as instruções e o manifesto do deputado Leonel Brizola (...) O terceiro passo é o recrutamento dos demais companheiros do grupo até o número de 11, também preferencialmente entre vizinhos ou de contato diário, mais fácil e permanente (...) Finalmente, os companheiros reunir-se-ão para fundar e instalar o Grupo de 11. Dedicar a primeira parte da reunião à leitura, estudo e mediação do que se conste, neste mural, ao exame da situação política e da crise econômica e social que estamos atravessando (...) proceder à leitura solene com todos os onze companheiros de pé, momento que significa a tomada de compromisso dos integrantes do Grupo, do texto da Ata e da Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas. O compromisso que assumem os integrantes de um Gr-11, no momento de instalação (leitura da Ata e da Carta-Testamento) significará não apenas a integração de todos na luta e atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo (luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe venha de onde vier), pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas em especial a reforma agrária e urbana, a sagrada determinação de luta pela libertação de nossa pátria da espoliação internacional.” (Anexo Processo BNM 3823 *apud* CHAGAS, 2007; p. 123).

Sendo assim, propunham a mobilização das massas e caso precisasse, *Colocava-se necessário aprender entre outras, técnicas de guerrilha* (CHAGAS, 2007; p. 127).

Desta forma, ocorreu a preferência pela rearticulação no exterior, *os diversos grupos e organizações comunistas nacionalistas, que se lançaram à luta contra a ditadura, foram atraídos para a órbita da liderança de Brizola e de seu “Estado Maior” em Montevideu* (CHAGAS, 2007; p. 142). Não é de se surpreende que durante a análise do corpo documental, notamos que sempre quando era emitido um alerta de possibilidade de volta articulada de exilados para atuar dentro da concepção de *guerra revolucionária*, o nome de Brizola se fazia presente. Num primeiro momento, a preocupação maior era com a possibilidade de se formar um movimento armado para a tomada de poder. Objetivo já manifestado durante a formação do GR-11, o aparato de

repressão e informação entendia que esta possibilidade seria mais fácil de ser concretizada estando a liderança fora do país, sobretudo financiando alguns indivíduos para participarem de cursos de guerrilha, que iriam ocorrer em cuba:

a) O ex-sargento da FAB ALFREDO NAGALDI BRANDÃO, HÉLIO DE SOUZA e FRANCISCO LAGES DOS SANTOS, elementos de confiança de LEONEL BRIZOLA, viajaram há cerca de dois meses, para Cuba, onde participaram de cursos de guerrilheiros.

b) Os referidos elementos já devem estar regressando ao Uruguai, de onde, provavelmente, tenderão a penetrar no Brasil pelo RGS [sic].

(...)

PROVIDENCIAS SOLICITADAS

- Constatar a entrada ou presença dos elementos citados no RS, informando a este serviço.

(SOPS/LV – 1.2.890.10.4)

Assim, o temor com o treinamento de guerrilheiros, principalmente em Cuba, foi uma constante nestas informações enviadas para controlar a possibilidade de entrada destes grupos especializados. A necessidade de ser relatada a entrada ou presença do indivíduo no Rio Grande do Sul se deve pelo entendimento que possuíam sobre o grupo o qual julgavam que Leonel Brizola influenciava. Baseados nas informações que possuíam sobre o GR-11, acreditavam que determinados indivíduos especializados receberiam o treinamento de guerrilha armada, e após voltariam para a região e fariam o trabalho de cooptação e mobilização de massas, objetivando formar um exército revolucionário.

Perpassava sobre este período inicial, de afirmação do estado ditatorial, o temor da infiltração da luta armada no país, logo era necessário estar sempre controlando a possibilidade de volta de qualquer indivíduo que tivesse ligação, ou com o grupo de Brizola, ou que tivesse recebido treinamento de guerrilha armada. Isto pode ser observado na ordem de busca enviada para as SOPS, cujo título era: *Atividades subversivas no BRASIL – GUALTER DE CASTRO MELLO*.

a) o asilado brasileiro no Uruguai, GUALTER DE CASTRO MELLO, regressou em Território Nacional à 1º de Mar 67.

b) o marginado viajou dentro de um esquema terrorista comandado por LEONEL BRIZOLA.

PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS:

a) Verificar a presença de GUALTER no setor das Regionais.

- b) Remeter dados que tenham ligação com o Informe citado.
(SOPS/LV – 1.2.891.10.4)

O denominado esquema terrorista, comandado por Brizola, acima referido era justamente o planejamento de ações de tomada de poder do Estado, a partir da conquista estratégica do Rio Grande do Sul, cuja opção de tática utilizada seria constituição da guerrilha armada. Quanto a estes grupos, que estariam se formando, a repressão informava que um dos principais financiadores para este “projeto” era Leonel Brizola, como exemplificado no documento abaixo:

- a) O ex-Cb JOSÉ ANSELMO DOS SANTOS teria reingressado em território brasileiro para unir-se em um grupo de 40 homens fortemente armados, que se encontra oculto em região montanhosa do Estado do PARANÁ.
- b) O comando desse grupo, cuja orientação partidária de LEONEL BRIZOLA, estaria entregue a um Capitão-Médico.
- c) As insistentes referências à presença de uma Capitão-Médico à testa do grupo dos guerrilheiros na região Centro-Sul do Brasil e a vinculação desse elemento com o ex-Sgt AMADEU DA LUZ FERREIRA, recentemente aprisionado na SERRA DO CAPARAÓ, tendem a confirmar a hipótese de que se trata do ex-Cap Méd do Exército JULIO XIMENES JUNIOR que, inicialmente, asilado no PERU, em março de 1966 se deslocou para MONTEVIDÉU, de onde tentou seguir para a ARGENTINA. A partir de julho de 1966 a paradeiro de XIMENES se tornou desconhecido
(SOPS/LV – 1.2.899.10.4.B)

Todos os nomeados nesta ordem de busca já haviam tido seus nomes relacionados à vigilância de suas atividades⁴. Assim, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) encaminha esta ordem de busca devido à desconfiança que havia do ex-cabo Anselmo possuir ligações com grupo de guerrilheiros no Brasil. A constante ligação do nome de Leonel Brizola com a articulação dos movimentos de luta armada será sempre constante, lembrando que, conforme apresenta Fábio Chagas:

Segundo as informações obtidas junto ao Processo BNM 216, mais particularmente de uma sentença judicial, Brizola, desde Montevideú, não deixava arrefecer o ânimo dos exilados e dos militares expurgados das Forças Armadas e Brigada. Brizola contava ainda com grande simpatia dentre da Brigada Militar. Vários militares da ativa aguardavam ansiosamente o momento de grande virada política no país que teria início no estado do

⁴ Conforme podemos perceber no documento já referenciado no capítulo SOPS/E – 1.2.92.3.1

Rio Grande do Sul. Aos exilados de Montevideu que vinham passando inúmeras dificuldades e aos valorosos nacionalistas que se encontravam no Brasil, Brizola apresentou um plano que contaria com expurgados das Forças Armadas que ainda viviam no Brasil e com militares da ativa. (CHAGAS, 2007; 144)

Um desses planos foi a chamada *Operação Pintassigilo*, que consistia na ocupação da Base Aérea da cidade de Canoas para, utilizando os aviões de lá, começar o movimento para a tomada nacional. O plano inicial *deveria atingir todo o interior do estado do Rio Grande do Sul, e, para tanto, diversas viagens foram feitas por militantes nacionalistas revolucionários* (CHAGAS, 2007; p. 145). Desta forma, a volta rearticulada dos exilados iniciaria pelo estado gaúcho, logo, entende-se a grande preocupação e a necessidade da vigilância que o aparato repressivo despendeu com os exilados.

Logo, toda a estratégia de ação que optasse pela luta de guerrilha armada era vinculada pelo aparato de informação e repressão ao ex-líder político Leonel Brizola. A Guerrilha do Caparaó não foi diferente, pois acreditavam que a constituição dela seria semelhante ao projeto proposto nas diretrizes do Gr-11 (como vimos acima). Esta relação é feita diversas vezes, como observada nesta ordem de busca intitulada *Guerrilhas*:

Além do grupo de guerrilheiros apresentados na região da Serra do Caparaó (MG), o qual estaria agindo sob a orientação de LEONEL BRIZOLA, existe em ação no Brasil outro grupo liderado por dissidentes do PCB, entre os quais JACOB GORENDER e CARLOS MARIGHELA.

As duas organizações, embora obedecendo a chefias distintas, teriam uma ligação em bases operacionais.
(SOPS/LV – 1.2.900.10.4)

A partir desta informação é solicitado que se verifique a autenticidade do relatado e, caso positivo, ampliar a informação. Assim, viam a ligação supostamente existente entre os movimentos de guerrilha e Brizola, sempre reforçando o medo de uma volta articulada, agora ampliando para o temor que havia da influência que Brizola ainda poderia estar exercendo em território nacional, ou seja, a estratégia inicial de tomada do poder pela região sul agora é estendida para outras regiões do país.

Leonel Brizola estaria financiando, então, os estudos de guerrilha armada, segundo acreditavam os agentes de informação e repressão, passando a adotar uma nova

estratégia de ação, em que a tomada do poder seria de dentro para fora, ou seja, iniciaria uma onda de atentados visando a criar um clima propício para a volta dos exilados rearticulados. Outra mudança na estratégia de Brizola, segundo acreditavam os aparatos de informação e repressão, foi que a tomada de poder iniciaria em vários centros, não apenas no Rio Grande do Sul.

Durante todo o ano de 1967 houve o acompanhamento passo a passo dos exilados pelo aparato de repressão e informação. No final do ano, mais precisamente em novembro, foi mandada uma ordem de busca que deixa mais claras as intenções desta vigilância. A ordem é referente a um grupo nacionalista, que tinha como característica a luta armada, formado pelos exilados no Uruguai, cujas intenções eram a tomada de poder. Este documento deixa mais clara tanto a idéia de tática adotada pelo grupo dos exilados, quanto o entendimento que o aparato de repressão e informação possuía sobre estas estratégias:

Este Serviço recebeu o seguinte informe:

“- A organização idealizada pelo grupo militar de asilados brasileiros na ROU, RESISTÊNCIA ARMADA NACIONALISTA, continua funcionando.

- Ultimamente com muita carência de recursos.

- Esta falta de dinheiro para desenvolver seus propósitos foi uma das causas determinantes da viagem de CANDIDO ARAGÃO à CHINACOM e à CUBA.

- Logo após a partida de ARAGÃO, EMANOEL NICOLL foi chamado várias vezes pelo PCU.

- No regresso da última vez que foi chamado, comentou com os elementos que o cercam que agora tinham um projeto a longo prazo com a possibilidade de vitória.

- Neste projeto já não havia a audaciosa idéia de entrar com armas no Brasil. Era um projeto bem pensado, existindo inclusive um documento base onde é analisada profundamente a situação do Brasil.

- Logo depois de ARAGÃO haver viajado para CUBA, NICOLL mudou-se para o apartamento que aquele ocupava e pediu para não ser mais procurado. Pouco depois também viajava para HAVANA, CUBA.

- Após a CONFERÊNCIA regressou ao URUGUAI e entrou no Brasil.

- No Brasil NICOLL está muito ligado a CARLOS MARIGHELA e a KARDECK LEME.

- No momento, NICOLL se encontra em SÃO PAULO, onde está instalado o Quartel General contra-revolucionário.

- Ao que se comenta em GOIÁS também constitui forte ponto de apoio à contra-revolução, pois de lá ultimamente havia ido muita gente ao URUGUAI.

- Desse pessoal a maioria era universitários [sic], quase todos da UNIVERSIDADE DE MEDICINA DE GOIÁS.

- A RAN continua estruturada com o Comando de NICOLL em S. Paulo, embora o comando geral continue a pertencer a Leonel Brizola.

- Todo o planejamento se desenvolve dentro do esquema de não despertar suspeitas sobre o URUGUAI, havendo mesmo ordem para ninguém procurar ninguém no Uruguai.

O planejamento documentado de NICOLL é dito como sendo para o ACRE e sabe-se que foi discutido e aprovado em HAVANA. “

(SOPS/LV – 1.2.927.10.4)

A origem da informação, como a maioria em se tratando dos exilados políticos, era identificada como *Dedo* (Dedo Duro), e mais uma vez e relacionado a reorganização e chefia da guerrilha sob o comando de Leonel Brizola. Segundo o documento subsequente a este – que esclarecia mais ainda os dados – caberia a ele a chefia da seção sul:

“- Dentro do movimento contra-revolucionário planejado pelos brasileiros expurgados pela revolução asilados em diversos países, estaria em prática o seguinte esquema, deliberado após a I COSPAL.

- O Comandante em Chefe, mantendo ainda estreito contato com FIDEL CASTRO, continua sendo LEONEL BRIZOLA.

- Os demais elementos com possibilidades de chefia, estão distribuídos em lideranças regionais, com apoio para deflagração de movimento em suas respectivas regiões, onde terão o reconhecimento da liderança.

- Assim temos:

[...]

e) Região Sul – Liderança Leonel Brizola.

- O sul do país estaria excluído como região para inícios do movimento face suas características topográficas não se adaptarem à guerra de guerrilhas e ainda mais devido a existência de grandes guarnições do Exército.

(SOPS/LV – 1.2.928.10.4)

Ainda consta que o início da movimentação seria pela Amazônia. O intuito desta segurança toda e do Rio Grande do Sul ser descartado da missão dava-se pelo não favorecimento topográfico e de reforço ao exército. Pois geopoliticamente – segundo teses de Golbery (SILVA, 1955; SILVA, 1967; SILVA, 1981) – o perigo maior estaria na Amazônia com o apoio da Bolívia, devido à dimensão do território vazio existente nessa região. Toda a teoria geopolítica do autor sempre chamava a atenção para este fato, de que seria mais simples uma atividade de guerrilha pela zona vazia que propiciava a invasão.

A preocupação de que políticos ligados às tradições democráticas estariam financiando a formação e treinamento de guerrilhas chegou ao ponto de os agentes de informação e repressão suporem ligações políticas entre, por exemplo, Juan Perón e Juscelino Kubitschek. Segundo consta na ordem de busca aproximadamente três mil guerrilheiros estariam sendo preparados, com treinamento especializado em Cuba, para adentrar na região, *esses guerrilheiros foram preparados dentro de uma nova concepção de GUEVARA, segundo a qual todo o sucesso da guerrilha se baseia em sua mobilidade e capacidade de diluição, não podendo, por isso mesmo, contar com mais de 10 homens* (SOPS/LV – 1.1.528.6.3; p. 1). O apoio e provável financiamento era dos dois políticos:

JUAN DOMINGUES PERÓN, exilado na Espanha, está ativamente interessado no êxito do movimento e completamente identificado com o mesmo. Segundo foi afirmado, tem fornecido substancial auxílio financeiro e procura vincular a atuação da CGT com os líderes guerrilheiros que se deslocam para a Argentina.

Existem suspeitas que o ex-presidente JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA tenha contribuindo financeiramente para o movimento, em troca de algum apoio político que lhe venha a ser prestado no futuro. Segundo foi relatado, o Sr. KUBITSCHKE retirou importante soma de seus depósitos particulares, sem que houvesse aplicado, até o momento, em qualquer operação regular nos Estado Unidos, em PORTUGAL ou na ESPANHA, onde mantém interesses comerciais. Foram prometidas fotografias de contatos mantidos entre KUBITSCHKE e PERÓN, comprovando recentes entendimentos entre ambos, realizados na ESPANHA. (SOPS/LV – 1.1.528.6.3; p.2)

Este informe está bem dentro da idéia que as autoridades brasileiras tinham das *fronteiras ideológicas*, pois é interessante notar que a investigação não se limita apenas a territorialidade brasileira, mas a iminente deslocamento de líderes guerrilheiros para a Argentina. Interessante observar o grau de informação que o aparato de repressão possuía, sabendo inclusive sobre dados financeiros de Juscelino Kubitschek. A ordem de busca encerra apresentado que: *os líderes comunistas brasileiros que se encontram exilados no URUGUAI, também participaram desse amplo movimento subversivo. Segundo foi informado, o Quartel-General desses líderes é o Sanatório de SAN JOSÉ DE CANELONES, no Uruguai* (SOPS/LV – 1.1.528.6.3; p.2)⁵.

⁵ Ver documento no Anexo I.

Da metade para o fim de 1968, com as diretrizes doutrinárias da ditadura civil-militar já consolidadas, a preocupação maior era com o desenvolvimento dos grupos armados dentro do país. Isso não significa que a vigilância sobre Leonel Brizola e seu grupo tenha cessado, apenas a atuação das SOPS foi motivada, privilegiando-se mais o controle dos grupos armados que já estavam constituídos dentro do Brasil.

3.2. A PREVENÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÕES

Uma curiosidade foi observada durante a análise do corpo documental. Seguidamente foram expedidas informações solicitando todo o cuidado com os *andarilhos* e o movimento *hippie* caso chegassem no Estado:

1.1. Tem ocorrido, ultimamente, grande movimentação pelos diversos Estados Brasileiros, de elementos andarilhos e “HIPIES” [sic], às vezes confundindo-se uma com os outros, os quais procurem demonstrar por esses processos um meio de vida toda, a sua filosofia que consiste, da maneira que pensam na busca da liberdade completa, sem qualquer compromisso empregatício permanentes e caracterizando-se, especificamente, como um ser essencialmente nômade.

1.2. Em muitas oportunidades, vários destes elementos foram detidos para averiguação, constatando-se que por trás da sua simplicidade aparente, utilizada com engodo [sic] ou História Cobertura, havia outro tipo de elemento, mais perigoso, com atividade e missões pré-destinadas, entre elas até mesmo, as que vão de encontro com a Segurança Nacional, pelo seu caráter e tendências subversivas. (SOPS/LV – 1._.210.2.1)

Estes *hippies* e *andarilhos* não se enquadravam no tipo de indivíduo *moldado* pelo regime, ou seja, o tipo ideal seria o cidadão que serve e divulga os valores da nação, lutando para o progresso, desenvolvimento e segurança deste, pregando os valores aos quais o Estado moldava a população – através do Objetivos Nacionais, elaborados por uma elite especializada – e que tivesse sempre em compromisso com o *bem comum*. Já este estereotipo montado dos *hippies* é visto com maus olhos pois não seguem as normativas estabelecidas para o bom funcionamento da nação, já não se fixam em um lugar, buscam sempre realizações próprias não do bem comum, com o

único objetivo de buscar a sua felicidade. Assim, são vistos como indivíduos degenerativos da base da sociedade, já que não respeitam as instituições sociais – como a família, por exemplo – e então, vistos como prejudiciais ao bom funcionamento social.

Com isto mais uma vez podemos retomar o papel fundamental que a família vai ter dentro do discurso moralizador e que enquadraria a população. A *libertinagem* com que era vista o modo de viver deste grupo que buscava a filosofia da liberdade vai ser extremamente condenada, já que não se enquadra, pelo contrario, extrapola, todos as normas moralizatórias condutoras da boa sociedade cristã ocidental. Logo, serão alvos por seus ideais confundirem-se com o mundo propagado por alguns dos grupos tidos como *subversivos*. Em virtude desta suspeita, ainda se referindo ao documento acima citado, foi preso um individuo e interrogado, no qual foram divulgadas as seguintes informações:

1.3. Nesse sentido foi verificado recentemente, Fortaleza/CE, a detenção de um desses elementos e pelo termo de declaração por ele prestado, apurou-se que, em MANAUS/AM, tem ocorrido de alguns “HIPIES” [sic] com indivíduo de nacionalidade Russa, suspeito de prática subversiva, nas suas declarações consta que as relações de todo o grupo são pagas por elemento e que havia promessas para todos eles fazerem oportunamente uma viagem a Rússia quando seriam conseguidas, gratuitamente, as passagens de ida e volta. Além disso esse indivíduo dá missões ao grupo, sendo que uma delas foi a de que seus integrantes espalhassem, visitando outras Capitais brasileiras até mesmo cidades do interior, dito exterior (havia no grupo um cidadão de nacionalidade Argentina) ou suas cidades, de origem, levando dinheiro por ele, ignorando a sua origem e não sabendo o declarante dizer especificamente, a finalidade desses deslocamentos. (SOPS/LV – 1._.210.2.1)

Desta forma, mesmo não tendo provas concretas, apenas suposições quanto ao seu estilo de vida e do envolvimento com este Russo dito como *subversivo*, é solicitada a vigilância destes grupos caso aparecessem no Estado, devido ao seu caráter, como já apresentado, conforme consta:

1.4. Em vista deste fato e de outros semelhantes, há que se encarecer atenção especial por parte dos organismos policiais, no que se refere às atividades “HIPIES” [sic] e de andarilhos, por todo o território nacional quando as mesmas são utilizadas, muitas das vezes como um veículo prático pela natureza, e

objetivando fins espúrios que vão ao interesse governamentais.
(SOPS/LV – 1.210.2.1)

Além do perfil de hippies que eram mal vistos, ainda se tinha a preocupação de que eles poderiam fazer parte de grupos de subversivos que estavam penetrando no país e tinham como função a cooptação de pessoas para a luta de guerrilhas. Somado a isto estava a questão destes grupos serem nômades, logo circularem por todas as regiões. Supunham assim, que além de poderiam obter informações para serem levadas ao grupo de exilados para melhor traçarem seus planejamentos. Feita essa ressalva, a vigilância sobre a entrada de estrangeiros, dos quais eram solicitadas as seguintes medidas a serem tomadas:

Qualquer movimento suspeito de elemento estrangeiro na região deve ser investigado e caso necessário, tomado o termo de declarações. Quando não possuírem documentos, detê-los, fotografá-los, tomar a termo suas declarações e comunicar urgentemente a este Serviço, que entrará em ligação com o DPF/RS, para providências cabíveis.
(SOPS/LV – 1.1.542.6.3)

Estes andarilhos, como vimos, algumas vezes poderiam ser entendidos como pessoas que estavam ligadas a Leonel Brizola, ou buscando informações para ele, ou então praticando a estratégia psicológica de cooptação de massas, pois além da idéia de que o ex-líder político estaria patrocinando a formação de guerrilhas armadas, tinha-se também que utilizava outra estratégia de ação *subversiva* que seria a aplicação das táticas de *guerra revolucionária*, conforme pode ser percebido através deste informe: *Consta que teriam sido distribuídos pelo interior do Estado, alguns panfletos ou um manifesto atribuído à Leonel Brizola* (SOPS/LV – 1.2.892.10.4)

Além destes andarilhos, outras pessoas do entrono social de Brizola eram igualmente vigiados, pois poderiam ser considerados como os *pombos-correios* (indivíduos que levavam e traziam informação para o político e seu grupo):

- No início de agosto deixou de ser registrada a presença em Montevidéu, dos asilados brasileiros AFREDO RIBEIRO DAUTH e ALVARO DE OLIVEIRO FILHO.
- Consta que entre os dias 5 e 6 de Ago 67, os marginados tenham abandonado o território uruguaio com destino ao Brasil.
- A casa situada à Calle Maldonado 1887 em que residia o ex-Sgt ALVARO está agora ocupada pelo ex-marinheiro GUIDO GURGEL que trabalha no Hotel Alhambra.

- Nos últimos meses da permanência do DAUTH no Uruguai, ficou registrado seu afastamento dos distintos grupos asilados, mas há indícios de que o marginado continuava a manter contatos discretos com LEONEL BRIZOLA.
(SOPS/LV – 1.2.912.10.4)

Desta forma, era necessária a constante vigilância sobre esses grupos para que não conseguissem enviar informações ao grupo de exilados, pois, segundo o entendimento do aparato de informação e repressão, estas informações eram fundamentais para o estabelecimento de metodologias de ação visando a infiltração *subversiva*.

3.3. O CONTROLE DA COMUNIDADE DE ASILADOS

Demonstrada a preocupação de manutenção do controle no exterior do grupo de representantes políticos do período democrático, observamos que igualmente eram controlados os passos de outros asilados políticos que buscavam refúgio no Uruguai. Esta preocupação estava dentro do contexto de possibilidade de articulação, e a necessidade de vigilância dos aparatos de informação e repressão se fazia necessária visto que consideravam que o Uruguai estava dentro do *mundo livre* (PADRÓS, 2005), logo o controle do *inimigo interno* brasileiro deveria ser feito também pelo governo uruguaio.

Esta ordem de busca mostra de que forma esta colaboração quanto a vigilância pode ser efetuada e também evidencia a pressão exercida por parte dos órgãos de vigilância brasileiro aos *hermanos*. É interessante o detalhe de já no título da ordem de busca, *Asilados no Uruguai (Controle)*, apresentarem o assunto de controle dos asilados, fato que reforça a idéia de que se tinha o controle exato do número de militantes que existiam no asilo e de seu cotidiano, pois:

A Polícia uruguaia, de Rivera, recebeu comunicado de Montevideu para vigiar os asilados políticos brasileiros, em virtude de haverem desaparecidos em Montevideu, ultimamente cerca de vinte asilados.

Este serviço deve ser informado com urgência sobre qualquer notícia de identificação de algum asilado na área dessa regional.

(SOPS/LV – 1.2.892.10.4)

Deste modo, da suspeita de terem *sumidos* alguns asilados, já é motivo para a preocupação pela provável entrada clandestina destes indivíduos em território nacional. Lembrando que o reforço era no local da fronteira (Riveira é fronteira Brasil-Uruguai) exigia essa maior vigilância por ser uma área de perigo para a entrada ou saída de *subversivos*.

Apesar do perigo maior estar localizado na fronteira, os passos dos asilados brasileiros no Uruguai eram controlados também dentro das cidades, assim como as lideranças políticas do período democrático:

- Há vários dias que o asilado PAULO MELO BASTOS não é visto circulando na cidade de MONTEVIDEU (ROU).
- Acredita-se que MELO BASTOS tenha viajado clandestinamente para o Brasil ou para algum País da órbita socialista.

PROVIDÊNCIA SOLICITADA

Observar e informar qualquer movimento de asilados no interior do RGS, assim como qualquer assunto relativo aos mesmos, que por ventura seja comentado nas áreas regionais.

(SOPS/LV – 1.2.894.10.4.B)

O controle da possibilidade de volta destes exilados também ocorria da mesma forma que ocorria no caso dos líderes políticos. Novamente reforçando que devido o conceito de *fronteiras ideológicas* a questão de soberania igualmente muda, logo, poderiam ocorrer as pressões por parte do Brasil para controle dos exilados. Assim, se mantinham atualizadas todas as probabilidades de ação destes grupos, bem como as prováveis estratégias que consideravam válidas para a volta rearticulada. Nesta informação disseminada para as SOPS, é apresentada a possível volta de exilados políticos que seriam expulsos do país Uruguai:

O jornal uruguaio La Manãna (MVD), sua edição de 12 jan 67, publica a notícia de que o Ministro do Interior uruguaio solicitará, na próxima reunião do Conselho do Governo, a expulsão do país de sete brasileiros que solicitaram asilo na Embaixada da Tchecoslováquia.

É possível que os citados brasileiros tentem regressar clandestinamente, ao Brasil. (SOPS/LV – 1.2.893.10.4)

Logo, é interessante verificar os resultados das pressões feitas, pois, conforme observado no documento acima, havia inclusive o controle de pessoas que queriam

deixar o Uruguai. A preocupação de se tentar entrar em território do *eixo do mal* provavelmente foi o que motivou a realização da reunião para expulsão deles.

Contudo, o grande perigo que observamos durante a análise dos documentos produzidos e recebidos pela SOPS, foi o temor da volta articulada dos *subversivos*, visto que poderiam no exterior melhorar suas estratégias de ação para a tomada do poder assim que retoranssem ao Brasil. Este temor era percebido, tanto no núcleo formado pelos ex-líderes políticos do período democrático, como também nos demais exilados que igualmente eram considerados *inimigos internos*, como vimos.

Nesta ordem de busca podemos observar que, o aparato de informação e repressão entendia que poderia ocorrer a volta de exilados, e com isto, desencadear uma série de planejamentos de ações *subversivas*, que viriam a ocorrer no Brasil:

- O asilado brasileiro JOSÉ GUIMARÃES NEIVA MOREIRA estaria em preparativos para regressar clandestinamente ao Brasil.

- NEIVA MOURA enquanto no Uruguai, esteve sempre direta e indiretamente vinculado a Leonel Brizola e seu retorno ao Brasil deve obedecer à determinação do ex-governador do RGS [sic.] e pode estar vinculado a rumores, que circulam entre os asilados, de que dentro de três ou quatro meses ocorrerão “grandes coisas” no Brasil.

- Por outro lado, em alguns círculos de asilados correm versões de que o regresso de NEIVA MOURA foi “arranjado” e que o mesmo na medida em que se mantenha alheio a atividades políticas não será incomodado pelas autoridades brasileiras. (SOPS/LV – 1.2.905.10.4)

O aparato de informação e repressão, compreendia que iria acontecer uma volta ao Brasil de um grande contingente de exilados residentes no Uruguai. Conforme alertavam as constantes ordens de busca expedidas pela Secretaria de Segurança Pública para que as SOPS ficassem em alerta, este contingente iria voltar na forma de guerrilha armada, altamente treinada e preparada para a cooptação de massas, inclusive chegando ao status de poderem efetuar treinamento de guerrilha ao exército subversivo que poderia ser montado, caso concluíssem com sucesso esta volta dos asilados.

Esta idéia aparece de forma clara na seguinte ordem de busca:

- OSVALDO SANCHES LOPES, argentino, de 24 anos, 1,65 de altura aproximadamente, branco, cabelos ondulados, olhos claros.

OSVALDO possui [sic] maus antecedentes policiais, por roubo e outros delitos o que o impede de ter seu passaporte

regulamentado, utilizando para suas viagens uma antiga carteira de identidade expedida pela Polícia de Mansonza [sic]. Ideologicamente consta ser marxista e que ultimamente vem se dedicando à formação de guerrilheiros.

- Consta que se encontra no Brasil e teria entrado no país, clandestinamente por Uruguaiana.

(SOPS/LV – 1.1.540.6.3)

É importante destacar mais uma vez que o segredo das informações obtidas pelos aparatos de informação e repressão era o que garantia o sucesso de suas estratégias de ação planejada. Assim, de todas estas informações demonstradas aqui, através das quais o aparato conseguia manter o controle sistemático dos exilados políticos – mapeando seus passos, possibilidades de ação, entorno social, entre outros – e estabelecer planejamentos executivos frente aos perigos que este grupo constituído no exterior poderia apresentar, era igualmente necessário o mais absoluto sigilo por parte dos agentes de informação e repressão.

Quando foi dado o golpe civil-militar, muitos membros da Brigada ficaram agindo em favor de Leonel Brizola durante o período ditatorial. Com isso, ficou estigmatizado por parte da polícia civil a preocupação existente quanto a suspeita de vazamento de informações realizada pelos brigadianos. Um exemplo claro disto foi que o delegado responsável pela SOPS de Lagoa Vermelha, enviou um informe sugerindo a maneira de enviar correspondência, de forma mais segura, pois estaria desconfiado que membros da Brigada Militar pudesse estar desviando informação:

[...] sugiro-lhe a adoção da seguinte medida, no que tange à correspondência enviada à DDPP: usar dois envelopes sobrepostos, sendo que somente o interno terá o carimbo de “Reservado” ou “Confidencial”; o externo terá apresentação normal, sequer referindo-se a DOPS.

Prende-se essa preocupação à suspeita de os praças da BM que tiram serviços nas delegacias podem desviar a correspondência da DOPS, pois normalmente são eles que a retiram dos correios. Outra providência é o emprego do lacre tanto, tanto por parte do DOPS, como das Delegacias, com um timbre padronizado.

(SOPS/LV – 4._.5756.52.18)

Esta desconfiança se deve ao fato de que a maioria do destacamento da Brigada Militar tenha apoiado as forças legalistas de Leonel Brizola, logo, os brigadianos carregaram mais este estigma para motivos que não serem bem aceitos pelas forças da polícia civil. Este estigma de colaboradores com a esquerda, pode ser observado conforme o informe abaixo relatando a possível espionagem feita por

brigadiano. Com a rixa cada vez mais acentuada, foi necessário que a Secretaria de Segurança Pública enviasse a seguinte ordem:

[...] DETERMINO A Vossa Senhoria que, a partir desta data, toda e qualquer informação destinada à Divisão Central de Informação e DOPS, PRINCIPALMENTE as referentes a elementos pertencentes à Brigada MILITAR seja enviada a esta Seção de Ordem Política e Social, que dará p destino conveniente.

Alerto, por outro lado, que deverá ser rigorosamente observado termos do Art. 62 do Decreto nº 60.417/67, que trata da salvaguarda de assuntos sigilosos, devendo o destinatário da presente Circular impedir que outras pessoas dela tomem conhecimento, devendo, se necessário for, guardá-la em sua própria casa, se não houver outra maneira de mantê-la fora do acesso das pessoas que não o destinatário.

(SOPS/LV – 5787.52.18)

Como pela desconfiança de elementos da brigada ainda pudesse ser pró-legalistas, provavelmente as notícias sobre conduta suspeita de brigadianos deveria ser mandada diretamente para a DCI – visto o caráter de urgência na verificação dos dados. Porém, as denúncias eram tantas, geralmente por comportamento à moral, que foi então decidido enviar ao DOPS/RS, para que elas fossem devidamente filtradas e só chegasse a escala da DCI quando realmente fossem casos de *subversão* e não apenas problemas de rixas internas.

Da necessidade de proteção da segurança interna para a consolidação do estado que estava sendo implementado é que serão instituídos os pilares para as futuras ações de terrorismo de estado. Antes mesmo de ser deflagrado o golpe ditatorial no Uruguai podemos observar que a pressão exercida por parte do estado brasileiro para com o país vizinho foi atendida, e futuramente essas trocas de controle e informação serão retribuídas.

Assim, decretados os atos institucionais, sobretudo o AI-1 e o AI-2, que configuravam a fase inicial de *operação limpeza*, ao executar o saneamento da máquina estatal dos resquícios do período democrático com o expurgo de representantes políticos ligados a este período, ou que fossem contra o projeto de estado vigente, vão instaurar os princípios basilares do Terrorismo de Estado, cuja sua instauração completa ocorrerá em 1968, com a promulgação do Ato Institucional Nº 5.

4. OPERAÇÃO MINUANO¹: CONTROLE DA POPULAÇÃO FLUTUANTE NO RIO GRANDE DO SUL

*Minuano chegou assobiando
Varrendo tudo lá fora
Está as noites congelando
É sinal que é chegada a hora*
(Vento Minuano, autor desconhecido)

Um das características peculiares utilizadas como estratégia pelo Estado foi a maleabilidade dada aos conceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Deste modo, o estado constantemente reformulava-se e adaptava-se para conter o avanço da *subversão*. De forma mais clara Maria Moreira Alves mostra que:

A permanente necessidade de alterar ou reconstruir as estruturas de coerção originou quatro graves contradições que se tornaram características da organização do Estado de Segurança Nacional. A primeira é a tendência a perder o controle do crescimento burocrático, em especial do aparato repressivo, que pode constituir sua própria base de poder, independente do Executivo. Em segundo lugar, o Estado de Segurança Nacional é incapaz de eliminar completamente a oposição; cada campanha repressiva contra determinado setor da oposição leva ao embate setores até então envolvidos, que protestam contra o uso da força. Em terceiro lugar, a tentativa de eliminar a oposição pela força ignora as injustiças reais que estão na raiz do conflito; a dissensão não é, assim, eliminada mas simplesmente transferida de um para outro setor da sociedade civil. Por esta razão, finalmente o Estado de Segurança Nacional é intrinsecamente instável, tendendo a um crescente isolamento. A longo prazo, o Estado tende a tornar-se território exclusivo de uma pequena elite que mantém a sociedade civil (e até mesmo seus próprios integrantes) sob controle, mediante o recurso cada vez mais freqüente da força. (ALVES, 2005; p.33)

Com a reformulação do Estado, após o decreto do Ato Institucional Número 5, houve o fechamento total contra a subversão. Nesta época, a alternativa pela luta armada era algo consolidado. A reestruturação dos movimentos de esquerdas ocasionou igual mudança nas estratégias de governo e na aplicação do Terrorismo de Estado.

¹ Nome dado a um vento frio tipicamente da região Sul, que tem como característica *soprar* após as chuvas *limpando* o céu na época do outono e inverno.

Dentro desta reformulação, a metodologia para obtenção de informações e controle do ativismo subversivo também se modificou.

4.1. A FASE DE PREPARAÇÃO:

Controlada a preocupação com o perigo dos exilados políticos, a necessidade de reforço no controle populacional estava frente ao perigo da consolidação da opção pela luta armada de muitos grupos de esquerda no Brasil. Nesse sentido, refere Maria Moreira Alves:

A própria repressão, [...], era incapaz de eliminar totalmente a oposição, já que não atacava as causas subjacentes de dimensão. A força empregada apenas *deslocava* a contradição, sem resolvê-la. Enquanto se empregava a coerção para submeter um setor de oposição, outros setores da população, até então inativos, engajam-se na luta. Ao se juntarem à resistência, tornam-se, aos do Estado de Segurança Nacional, parte de “inimigo interno”. Configura-se então uma dinâmica de quantidades de força em escalada, necessárias para esmagar uma oposição constantemente ampliada pela adesão de novos grupos. É importante lembrar que 1967 começou com uma débil tentativa dos estudantes, em manifestações, de chamar a atenção para seus problemas específicos. Em 1968 este movimento já tinha a adesão de muitas pessoas de diferentes classes e correntes ideológicas. O conflito deslocara-se dos estudantes para as classes médias, em seguida para os trabalhadores, e finalmente, graças à repressão, envolvia a Igreja Católica. Os focos originais de oposição não foram eliminados pelo poder coercitivo do estado. (ALVES, 2005; p. 166)

Como forma de contenção da turbulência que se configurava no período pela crescente manifestação contra o estado implementado, foi promulgado o Ato Institucional Número 5, no dia 23 de dezembro de 1968, ocasionando a reformulação do estado e concretizando as estratégias de implementação do terror através da dinâmica de violência institucionalizada através deste mecanismo. Segundo Caroline Bauer: *O Ato Institucional n. 5 [...] alterou o processo de elaboração dos inquéritos policiais, na medida em que em seu artigo décimo, suspendeu a garantia do habeas corpus “nos*

casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular” (BAUER, 2006; p. 101).

Complementando esta afirmação, Maria Moreira Alves aponta que:

A conseqüência mais grave do Ato Institucional foi talvez o caminho que ele abriu para a utilização descontrolada do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. A este respeito foram cruciais as restrições impostas pelo Judiciário e a abolição do *habeas corpus* para crimes políticos. Podiam-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandado. Juntamente com as restrições ao Judiciário, isto impedia advogados e outros que defendiam os presos políticos de aplicar garantias legais. Por isso não podiam evitar certos abusos de poder e tortura de presos políticos. (ALVES, 2005; p. 162)

A partir de 1969, após a promulgação do Ato Institucional Número 5, as manifestações contrárias ao estado foram mais acirradas. Somado a, ocorrerá novamente uma fuga maciça dos principais líderes de esquerda que utilizaram o Rio Grande do Sul como rota de fuga, visto sua proximidade principalmente com o Uruguai. Um exemplo célebre é o caso do Frei Betto (BETTO, 1982):

Solicito seja preso, caso por ai transite rumo ao Uruguai, o Padre uruguaio JULIO IMAZ LIMALLE que, provavelmente, estará acompanhando o Frei Beto.
(SOPS/CS – 1.1.611.8.3)²

Frente a estes perigos, somada a posição estratégica para defesa do Brasil que o Rio Grande do Sul apresentava, seria necessário montar uma estratégia de ação por parte dos órgãos de repressão para que se conseguissem minar o que acreditavam ser os males cometidos pela subversão.

O ano de 1970 foi o ápice – conforme consta na documentação das SOPS – do planejamento de uma série de atentados que visavam a conquistar a região e iniciar a tomada do país. Um exemplo desta preocupação encontra-se no documento expedido em fevereiro de 1970:

[...] síntese de fatos suspeitos ocorridos ultimamente nesta área. Processamento realizado, prevê como estimativa que algum fato de relevância deverá ocorrer a partir da presente data, a saber:
- Assalto a estabelecimento bancário

² Ver documento no anexo II.

- Seqüestro ou atentado à autoridade
- Ação terrorista

A presente informação tem por finalidade alertar o organismo de informações e segurança da área.

Parece, pela seqüência dos fatos, que se pode levantar as seguintes possibilidades:

- a) Deslocamento para o Sul do País das atividades subversivas, ainda em fase de organização;
- b) Montagem de dispositivos [...], visando uma futura ação terrorista (até maio);
- c) Ações preliminares, particularmente assaltos a bancos, nas áreas circunvizinhas à Porto Alegre;
- d) Atuação por elementos de envergadura do movimento subversivo para criar impactos violentos, com seqüestros ou atentados a altas personalidades em visita ao Estado.

Em conseqüência, seria de toda conveniência o planejamento imediato e conjunto das operações que visem, especialmente:

- a) Controlar em cada área e ao longo das rodovias, mediante severa fiscalização, a população flutuante, fazendo-se a identificação e triagem pelos órgãos de informação, após consultados, no caso de suspeitos;
- b) Operação (tipo “varredura”) em área da Capital e do interior onde haja suspeitos ou aglomerações de marginais, como medida preventiva e dissuasória (ação de presença);
- c) Difundir para fins de providências de policiamento às áreas mais sensíveis a assalto que possam se concretizar em curto prazo;
- d) Aumentar, com perfeito entrosamento em todas as forças, as medidas de segurança às autoridades, em particular, aquelas que nos visitam.

(SOPS/LV – 1.90.1.1)

Este aviso seria uma prévia do que viria a ser a *Operação Minuano*. O documento é de 17 de fevereiro de 1970, poucos dias depois, mais precisamente no dia 23 de fevereiro, foi enviada a todos os segmentos do aparato de segurança a metodologia de montagem de uma operação de grande porte, cujo objetivo final era a limpeza total da região sul da *subversão*. A operação, que deveria ocorrer em todo o estado, tinha como princípio o controle da população flutuante a partir do reconhecimento dos militantes de esquerda, a exclusão da oposição local para, a partir disto, obter maior controle da sociedade a fim de melhor elaborar as estratégias de ação do estado.

4.2. A ESTRUTURAÇÃO DA OPERAÇÃO

A *Operação Minuano* foi de caráter permanente e sua ativação se dava conforme a necessidade ou quando o estado estivesse em provável perigo, após sanado, ocorria sua desativação. O sigilo das ações e funcionalidade da operação foi uma característica significativa para se obter excelência nas estratégias implementadas e também na manutenção da ordem. Esta estratégia funcional é entendida como uma consequência operacional *da dinâmica do TDE*:

A população, temerosa de tornar-se vítima dessa violência, se sente ameaçada também pelo fato de desconhecer a lógica e os mecanismos imperceptíveis, desconhecidos e imprevisíveis. Contra eles não há proteção; ignoram-se os códigos que os norteiam, aguçando a sensação de impotência de fragilidade diante do funcionamento do sistema. Desinformada, propositadamente, a população precisa descobrir por si mesma quais são as “regras do jogo”, o que diferencia os “bons” de “maus” cidadãos segundo as novas regras. O cidadão sabe que sua segurança e de sua família estão em jogo. Um sujeito nessas condições, se torna mais obediente, cauteloso e se autopolicia e policia os outros: “El miedo adquiere entonces vida propia. Se vuelve su propio objetivo”. A imprevisibilidade da violência que pode vir a sofrer desestabiliza o indivíduo, sua vida física, social, intelectual e profissional. Isto funciona como eficiente técnica de desorientação, dificultando a avaliação e a previsão das consequências das suas ações e reforçando a sensação de desamparo e de vulnerabilidade diante da vontade do TDE, o que, em última instância, conflui na conformação da “cultura do medo”. (PADRÓS, 2006; p. 19)

À medida que todos são considerados *subversivos* em potencial, se acirra o clima de terror instaurado pelos órgãos de segurança. Assim, dentro deste contexto de medo disseminado, a *Operação Minuano* foi montada ajudando a reforçar o terrorismo aplicado pela ditadura civil-militar. A justificativa para a necessidade de estruturação deste tipo de operação foi:

Parece, pela seqüência dos fatos, que se pode levantar as seguintes possibilidades:

- a) Deslocamento para o sul do País
- b) Montagem de dispositivo [...], visando futura ação terrorista;

- c) Ações preliminares, particularmente assaltos a bancos, nas áreas circunvizinhas à Porto Alegre, municípios do Interior;
 - d) Atuação por elementos de envergadura do movimento subversivo para criar impactos violentos, com seqüestros ou atentados a altas personalidades em visita ao Estado.
- (SOPS/CS – 4._.4676.57.16; p. 1)

Após informar o motivo da montagem, determinam as *Ações Gerais a Executar*.

Neste trecho fica bem explícito o caráter de *limpeza* a que missão se propunha:

- Em conseqüência, séria de toda conveniência o planejamento imediato e conjunto de operações que visem, especialmente:
- a) Controlar em cada área e ao longo das rodovias, mediante severa fiscalização, a população flutuante, fazendo a identificação e tiragem, após consultados, nos casos de suspeitos, os órgãos de informação.
 - b) Realizar operações (tipo “varredura”) em área da Capital e do interior, onde haja suspeitos ou aglomerações de marginais, como medida preventiva e dissuasória (ação de presença);
 - c) Difundir o plano para fins de providências e policiamento, as áreas mais sensíveis de assaltos e que possam se concretizar a curto prazo;
 - d) Aumentar, com perfeito entrosamento entre todas as forças as medidas de segurança às autoridades e em particular àquelas que nos visitam.
- (SOPS/CS – 4._.4676.57.16; p. 2)

Nenhum ponto do estado ficou fora da operação, reforçando a ideia de que a repressão agia igualmente tanto nas capitais quanto no interior, pois o *inimigo* poderia estar em qualquer lugar, cooptando massas para formar núcleos de resistência. Delimitada as ações gerais, foram estabelecidas as *Normas de Ação*:

- As normas de ação para atender as ações gerais acima enumeradas, deverão seguir os seguintes critérios:
- a) Íntima ligação entre a Unidade Militar Federal da área, Unidade ou Sub-Unidade da BM e Delegado Regional de Polícia, para o exame e estudo dos problemas, indícios, planejamentos e ações conseqüentes.
 - b) O controle sistemático da população flutuante pelas Delegacias de Polícia mediante o contato com cooperações de Hotéis, Restaurantes, Postos de Gasolina, Garagem, etc, no sentido de alertar a presença de elementos suspeitos.
 - c) Além dos postos de controle normais, elaborar um plano de barreiras que melhor permita o bloqueio das estradas, para a fiscalização da documentação e de passageiros, quando da ocorrência de qualquer evento grave ou na execução de operações locais de “varredura”.
- O fechamento de tais barreiras será efetuado:

- Da ordem da SSP;
- Na eventualidade de ocorrência de greve local, ou na execução da “Operação Varredura”, com meios e mediante entendimentos das autoridades locais (militares e policiais civis).

A ordem de suspensão do serviço de barreiras citado, será feito pelas mesmas autoridades que determinaram o seu fechamento.

d) Efetuar, periodicamente, ou quando um fato relevante acontecer (visita de autoridade, assalto, roubo, assassinato, presença de elementos desconhecidos, indícios de aglomeração de pessoas em locais de difícil acesso, etc.), a operação tipo “varredura” em toda área ou parte dela. Tal operação deverá ser montada e treinada de forma a contar com o apoio de todas as forças da área.

e) Ativar a busca de coleta de informações. A detenção de qualquer elemento suspeito sem identificação, ou quando duvidosa, deverá ser comunicada imediatamente ao DOPS para as providências concorrentes.

f) A “Operação Minuano” deve ser **de caráter permanente. Sua atividade dependerá exclusivamente da situação da área, por ordem da SSP ou determinação do Comando do III Exército** [grifo meu].

(SOPS/CS – 4._.4676.57.16; p. 2 e 3)

Novamente existe o reforço para que as polícias atuassem de forma harmônica e homogênea a fim de garantir o sucesso e operacionalidade da ação. Outro ponto interessante de se perceber é que além da autorização da SSP para a realização dos bloqueios (referidos no item “c”), a análise conjunta entre as duas forças policiais da situação – que só poderiam atuar após as orientações da SSP – também era motivo para este tipo de operação. Com isso reforça-se a necessidade de não poder haver nenhum elemento comprometedor dentro das polícias e muito menos motivos ou casos que pudessem prejudicar o bom desenvolvimento das execuções e das estratégias de ação para a segurança.

Desse modo, a tática de montagem e desmontagem da ação se daria da seguinte maneira: primeiramente, as autoridades competentes eram informadas sobre a possibilidade da formação de ondas de ataques realizadas pelos ditos *terroristas*; após, eram convocadas a permanecerem em estado de alerta em locais de circulação social (dentro do sigilo máximo que a operação exigia e repassando a informação apenas necessária para a efetuação do ordenado), cumprindo dessa forma sua função de informar os passos da população. Da mesma, forma há um reforço na ideia de que os órgãos de segurança deveriam fazer com que a sociedade também colaborasse para as investigações, manipulando a divulgação de acontecimentos para cativar o apoio público. Todos estes pontos, reforçam a metodologia da ação do Terrorismo de Estado

(cultura do medo, inimigo interno, invisibilidade da dinâmica do TDE, manipulação e ocultamento de informações, etc), conforme aponta Enrique Serra Padrós:

A conjugação dos elementos essenciais do TDE apresentados (ou algum deles), cria um clima de silêncio, isolamento e falta de perspectivas de mudança que, por sua vez, semeiam desânimo e resignação diante da ausência de expectativas de quebra de continuidade. Para o cidadão comum que não é diretamente visado pela violência estatal, há possibilidades de sobrevivência (sempre e quando não for transformado, por sua vez, em “inimigo interno”). (...) A aplicação da “pedagogia do medo”, que resulta numa “cultura do medo”, produz o silenciamento e isolamento dos indivíduos torna-se mais eficiente, quando induz ao “autosilenciamento” e o auto-isolamento” de cidadãos temerosos desesperançados. (PADRÓS, 2006; p. 22)

Ainda existia um último item que se referia às *Informações Gerais*:

- a) A “Operação Minuano” é uma ação integrada de todos os órgãos da SSP e dos elementos militares, conforme autorização do Chefe do EM/III Ex, em entendimento com o Secretário de Segurança Pública.
- b) A Patrulha Rodoviária Federal, o DMER, participará ativamente na fiscalização e cooperará, quando necessário e solicitado, na Operação Minuano (conforme entendimento do III Ex e SSP com o Exmo Sr Ministro dos Transportes). A Polícia Rodoviária Estadual da Brigada Militar, também deverá estar integrada na Operação citada e participar, nas diversas áreas na fiscalização de viaturas e passageiros nas estradas estaduais
- c) A montagem da operação deverá ser de conhecimento imediato das autoridades militares da área, tão logo os órgãos da Polícia Civil e Brigada Militar tomem conhecimento deste documento.
- d) O planejamento das operações deve atingir as Delegacias e Destacamentos subordinados em suas áreas de jurisdição, onde operações semelhantes e de menos envergaduras, poderão ser realizadas.
- e) Até 2 de março do corrente ano, deverá ser desencadeada em cada área a primeira ação de “varredura”, considerando os eventos citados no item I.
- f) O reconhecimento da presente informação deverá ser acusado por rádio Urgente, à DCI/SSP/RS.
(SOPS/CS – 4._.4676.57.16; p. 3)

Além de mostrar de que forma foi articulada a *Operação Minuano*, indica-se passo a passo, a estruturação das estratégias de ação operacional. Desde o detalhamento das probabilidades de ação da subversão até as formas preventivas para se agir frente a este perigo iminente, objetivando sempre manter o controle sobre todas as áreas do estado e também da população flutuante.

Assim, apresentada de que forma foi pensada a operação referida, agora dar-se-á exemplos das ordens de comando para montagem e desmontagem dela³. Todas as ordens eram feitas por telegramas, o primeiro, como o do dia 5 de março de 1970, enviado a todos os Delegados Regionais em que constava:

[...] PODEIS SUSPENDER BARREIRAS E OPERAÇÃO
MINUANO PARTIR DEZOITO HORAS HOJE.
(SOPS/CS – 4._4677.57.16)

No dia 13 de março de 1970 foram levantadas hipóteses de atividades subversivas, logo, foi enviado um telegrama para montar-se a operação:

[...] ACENTUANDO-SE INDÍCIOS DE QUE DEVERÃO
OCORRER DENTRO DE POUCO TEMPO EM NOSSO
ESTADO ATOS DE CARÁTER SUBVERSIVO VG
SOLICITO QUE ENTROSAMENTO COM BM E
COMANDO ÁREA MILITAR ESSA REGIÃO VG SEJAM
POSTAS EM EXECUÇÃO MEDIDAS PREVISTAS
OPERAÇÃO MINUANO VG PRINCIPALMENTE NO
CONTROLE E VIGILÂNCIA POPULAÇÃO VG POIS É
PROVÁVEL QUE SE ENCONTREM NO INTERIOR NOSSO
ESTADO ELEMENTOS PROCURADOS PELOS SERVIÇOS
DE SEGURANÇA VG TAIS COMO CARLOS LAMARCA
VG JOAQUIM CAMARA FERREIRA VG VERA MARIA
EDIART VG EURICO LISBOA VG CLAUDIO WEYMER
GUITIERREZ E OUTROS PT SUGERIMOS DELIGENCIAS
TIPO VARREDURA PARA POSTERIOR TIRAGEM
ELEMENTOS DETIDOS PT DESNECESSÁRIO TORNA-SE
SALIENTAR IMPORTÂNCIA SERVIÇOS POLICIAIS
INTERIOR ESTADO NO SETOR SEGURANÇA
NACIONAL PT
(SOPS/CS – 4._4679.57.16; radiograma 2)⁴

³ Optou-se pela utilização do documento da SOPS de Cachoeira do Sul pelo motivo de que encontramos na seqüência uma série de telegramas que ordenavam a montagem e desmontagem das Operações.

⁴ [...] acentuando-se indícios de que deverão ocorrer dentro de pouco tempo em nosso estado atos de caráter subversivo, solicito que o entrosamento com BM e comando da área militar essa região, sejam postas em execução medidas previstas operação minuano, principalmente no controle e vigilância população, pois é provável que se encontrem no interior nosso estado elementos procurados pelos serviços de segurança, tais como Carlos Lamarca, Joaquim Camara ferreira, Vera Maria Ediard, Eurico Lisboa, Claudio Weymer Guitierrez e outros. Sugerimos deligencias do tipo varredura para posterior

Dado o alerta para a possibilidade de ação e a informação de que elementos considerados altamente *subversivos* estariam circulando pelo estado, foi necessária a montagem da operação. Também é interessante o reforço dado sobre o controle da população e a importância que os serviços policiais do interior tinham no cumprimento destas operações. No dia 20 de março é enviado o telegrama:

[...] PODEIS SUSPENDER OPERAÇÃO MINUANO SOLICITADA POR ESTE DOPS PT ENTRETANTO VG SOLICITAMOS SEJA MANTIDO VG DENTRO POSSIBILIDADES ESSA DELEGACIA REGIONAL VG CONTROLE PESSOAL FLUTUANTE PT (SOPS/CS – 4._.4679.57.16; radiograma 3)⁵

Solicitava-se a desmontagem da operação, porém o controle sobre a população flutuante deveria ser mantido. Provavelmente esta medida foi adotada por não conseguirem encontrar os *subversivos*. Mais tarde, no dia 5 de abril de 1970, era solicitado:

[...] FACE ATENTADO HOJE OCORRIDO CONTRA A PESSOA CÔNSUL ESTADOS UNIDOS DEVEIS COLOCAR EXECUÇÃO OPERAÇÃO MINUANO PT DEVERA SER DISPENSADA ESPECIAL ATENÇÃO OCUPANTES VEÍCULOS E POPULAÇÃO FLUTUANTE PT UM DOS ELEMENTOS QUE TENTOU RAPTAR CÔNSUL DEVERA ESTAR FERIDO POR ATROPELAMENTO MOTIVO PELO QUAL ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES DEVERÃO SER ALERTADOS PARA EVENTUAIS PESSOAS QUE ALI PROCURAM MEDICAR-SE PT (SOPS/CS – 4._.4679.57.17; radiograma 1)⁶

Anunciada a montagem da Operação devido às suspeitas referidas, a desmontagem dela só foi ordenada no dia 10 de abril de 1970:

tiragem elementos detidos. Desnecessário torna-se salientar importância serviços policiais interior estado no setor Segurança Nacional.

⁵ [...] podeis suspender operação minuano solicitada por este DOPS. Entretanto, solicitamos que seja mantido, dentro das possibilidades dessa delegacia regional, o controle do pessoal flutuante.

⁶ [...] face atentado hoje ocorrido contra a pessoa do Cônsul dos Estados Unidos, deveis colocar em execução a Operação Minuano. Deverá ser dispensada especial atenção a ocupantes de veículos e população flutuante. Um dos elementos que tentou raptar o cônsul deverá estar ferido por atropelamento, motivo pelo qual estabelecimentos hospitalares deverão ser alertados para eventuais pessoas que ali procuram medicar-se.

[...] PODEIS SUSPENDER OPERAÇÃO MINUANO VG DETERMINADA POR ESTE DOPS PT SOLICITANDO ENTRETANTO VG SEJA MANTIDA VIGILÂNCIA POPULAÇÃO FLUTUANTE VG FICANDO VOSSO CRITÉRIO OUTRAS MEDIDAS SEGURANÇA QUE JULGUE NECESSÁRIAS PT (SOPS/CS – 4._.4680.57.16)⁷

Mais uma vez foi solicitado a permanência do controle sobre a população flutuante. Ou seja, mesmo passada a possibilidade de ação *subversiva* iminente, a vigilância sistemática deveria ser mantida - esta é uma das partes principais da disseminação da *cultura do medo* - e a partir disto, a população deveria ser enquadrada no ordenamento previsto pelos intelectuais do regime de segurança nacional.

A luta armada estava então consolidada e o movimento de guerrilha se espalhando cada vez mais. A sequência de ações planejadas pela esquerda, ditas pelo aparato de informação e repressão como terrorista, foi, assim, a justificativa utilizada para a formação da *Operação Minuano*, ou seja, a limpeza do estado de toda e possível forma de organização insurgente. Segundo apresenta Fábio Chagas: *Em fins de julho numa “Informação” da DCI comemorava-se a desarticulação da VAR-Palmares, contabilizando cinquenta e quatro prisões entre aliados e militantes* (CHAGAS, 2007; p. 272). Ainda sobre a questão da prisão massiva, complementa o pensamento com a informação de que:

No processo de detenções, descobriu-se a existência de Comandos Terroristas em diversas partes do estado. Na ocasião a polícia descobriu um sistema de comunicações como Uruguai para escoar documentos do país. O Comando Regional da VAR teria ordenado que Vera Idiart levasse dinheiro a Montevídeu para montar uma editora, comprar livros e armas. (CHAGAS, 2007; p. 272 e 273)

A partir de então, percebe-se quão importante era a região do Rio Grande do Sul para o governo ditatorial, para que se mantivesse sempre em vigia tanto a entrada quando a saída de pessoas, visando a eliminação de qualquer possibilidade de *subversão*.

⁷ [...] podeis suspender Operação Minuano, determinada por este DOPS. Solicitando entretanto, seja mantida vigilância população flutuante, ficando vosso critério outras medidas segurança que julgue necessárias.

4.3. OS DESDOBRAMENTOS

A partir da realização da *Operação Minuano*, o aparato de informação e repressão soube de forma minuciosa de que maneira estariam agindo os grupos de esquerda. Fato este observado devido à quantidade de dossiês elaborados no ano de 1970 e disseminados em 1971, demonstrando a riqueza de conhecimentos sobre a atuação destes grupos. Estes dossiês traziam dados sobre os movimentos de subversão no Rio Grande do Sul, em específico sobre a Ação Popular Marxista Leninista e a metodologia de atuação de grupos terroristas. Mesmo considerado o ano de 1971 como o ano da derrota da esquerda armada no Rio Grande do Sul (GHAGAS, 2007), os dossiês foram enviados para que o aparato se mantivesse em alerta.

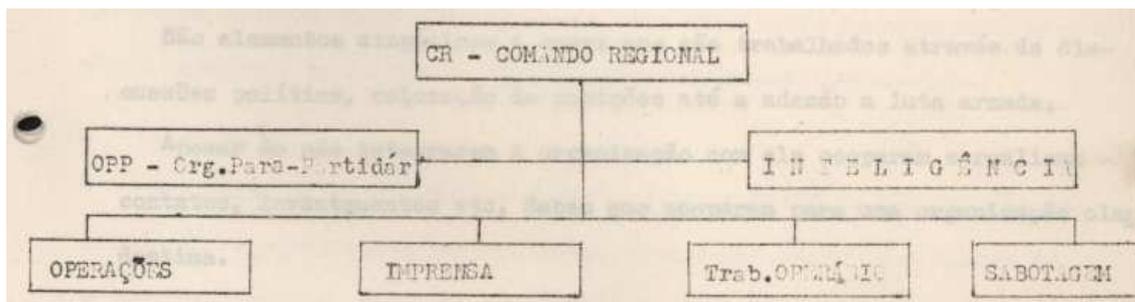
Um exemplo do mapeamento sobre a forma de atuação das esquerdas foi o intitulado *Terrorismo e seus Métodos*, elaborado pela Divisão Central de Informação (DCI) da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP/RS). Este documento:

[...] foi elaborado [...] baseado em documentos, deligências, prisões e interrogatórios realizados pelo DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL do R.G.S.

A finalidade é dupla: apresentar sucintamente os métodos das organizações terroristas atuantes no país e, permitir a identificação oportuna de suas ações nas diversas regiões do Estado onde porventura queriam se instalar.

(SOPS/CS – 4._4687.58.17; p. 2)

O documento tentava apresentar um mapeamento geral de como se estruturava uma dita organização terrorista. Primeiramente, os elaboradores da informação descrevem o perfil geral dos chamados *Grupos Subversivos*, no qual entendiam ter como estrutura o modelo abaixo representado:



(SOPS/CS – 4._.4697.58.17; p. 3)

Visto isso, era assim descrita a estrutura dessas organizações, conforme o entendimento dos órgãos de segurança:

Durante a década de 1970 foram identificados diversos grupos subversivos que atuam no Estado e em consequência foram indiciados mais de duzentos terroristas nos diversos inquéritos. Estes grupos possuem organização celular diferindo entre si, quanto suas táticas e estratégias.

Para melhor compreensão elaboramos organograma sintético básico de um Comando Regional [vide figura acima].

Segundo o sistema de células o CR contacta com o Cmt célula e este com os militantes.

Em tese o militante só conhece o componente de sua célula por seus comandantes.

Os Cmt de células se conhecem entre si ao Cmt Reg.

(SOPS/CS – 4._.4697.58.17; p. 3)

Após definida a estrutura, apresentam que o *Grupo Subversivo* estava constituído e organizado da seguinte forma:

TRABALHO EM FRENTE:

Por deficiência de quadros (militantes) ou por interesses mútuos as organizações se reúnem para determinadas ações ou trabalho, chamam a isto de “Trabalho de Frente” ou “Ação de Frente”

[...]

OPP – ORGANIZAÇÕES PARA PARTIDÁRIAS

São organizações a margem das Vanguardas, mas orientadas por seus militantes que realizem trabalhos que interessam a causa. Formam “quadros” e preparam simpatizantes, formam militantes para os quadros. Seus quadros, depois de aprovados, tornam-se militantes.

MILITANTES

São os elementos que constituem os quadros das organizações. São politizados, com treinamento básico, conscientes da causa marxista-leninista e integram várias células. São profissionais, vivem as expensas das Organizações. Esta dispõe livremente da

pessoa, lançando mão de um dos mais sagrados direitos da pessoa humana: a liberdade.

SIMPATIZANTES

São elementos simpáticos a causa que são trabalhados através de discussões políticas, colocação de posições até a adesão a luta armada. Apesar de não integrarem a organização com ela cooperam e realizam contatos, levantamentos, etc. Sabem que cooperam para uma organização clandestina.

ALIADOS

Elementos de outras organizações que cooperam. Servem para marcar “pontos”, “recontatar”, etc. Desconhecem a organização.

INICENTES ÚTEIS

Pessoas estranhas a organização que por ardil ou corrupção servem a organização ou a causa.

TRABALHO PROLETÁRIO

É o serviço de agitação e propaganda realizada entre os trabalhadores assalariados de propagação das idéias da causa ou formação de base de apoio para a organização subversiva.

TRABALHO PEQUENA BURGUESIA

São elementos industriais e comerciantes, profissionais liberais ou de certos recursos são trabalhados para simpatizarem com a causa e darem apoio as organizações subversivas.

VANGUARDAS-UNIDADES DE COMBATE-EXÉRCITO POPULAR

São organizações militaristas, marxista-leninistas que tentam desencadeamento da luta armada, criando conflitos entre assalariados e empregadores, levando a ruína a economia nacional e procurando a destruição dos organismos governamentais.

A união das Vanguardas, em determinados estágios da subversão, constituíram as grandes unidades de combate, que por sua vez formariam o Exército Popular para a derrubada di regime pela revolução armada e constituição de um governo socialista nacional, que após seria transformado em governo comunista orientado e dirigido pelo comunismo internacional.

(SOPS/CS – 4._4697.58.17; p. 3, 4 e 5)

Interessante notar que em cada *escala* do grupo é ressaltado o grau de informação que o integrante da organização poderia saber sobre a operacionalidade de atuação do grupo. Isto era proposital para quando efetuassem os interrogatórios, saberem exatamente até onde poderiam adquirir informações sobre o grupo. Após colocadas estas *escalas* dos *grupos subversivos*, descrevem, a partir do conjunto de depoimentos e materiais apreendidos, igualmente de forma detalhada, de que forma esses grupos aliciavam novos membros:

2 – ALICIAMENTO

O aliciamento de militantes é feito pelo trabalho da OPP ou pela politização de simpatizantes esquerdistas, promovendo curso de marxismo ou cursos de economia, onde são apresentados os assuntos de tal forma que a solução que se visualiza é o socialismo. Reunião de grupos onde serão colocados em discussões posições políticas até a adesão da luta armada, treinamento básico de militância. Após um pequeno trabalho, os líderes, através de pressões físicas e intimidação, vinculam o elemento à organização.

- FACHADA LEGAL E CLANDESTINIDADE:

Para aquisição de veículos, aluguéis de casas ou para determinados trabalhos a organização necessita de elementos sem antecedentes e com vida legal e com documentos legais, este elemento é chamado de “Fachada Legal”.

Também chamada de “Fachada Legal” uma firma ou negócio legal utilizada pela organização. Geralmente, para tais atos, utilizam-se dos simpatizantes.

- A CLANDESTINIDADE:

Pode ser resultante da descoberta da identidade do militante pelos órgãos de repressão ou provocada pelos próprios líderes da organização afim de fazer do militante um profissional de pendente [?] indefinidamente da organização.

- CODINOMES:

É o nome que lhe é dado pela organização e do conhecimento dos camaradas.

[...]

A organização por motivos de segurança adota o sistema circular, ou em tese o militante só conhece o “codinome” dos elementos da célula, desconhecendo o nome “quente” (verdadeiro). Se cair (for preso) só poderá abrir (revelar) o codinome de seus camaradas de célula.

Quando uma ação em que participam diversas células ou realizado “em Frente”, costumam reunir-se em torno de uma sala ou mesa e darem números aos participantes.

Quando cobrem ponto (comparecem a encontros) com desconhecidos muitas vezes usam codinomes frios. A troca de codinome ocorre quando o militante troca de organização ou quando ocorre quedas (prisão de camaradas). Há militantes com mais de quatro codinomes conhecidos.

- NOMES FALSOS

Diferem dos codinomes são nomes usados em documentos falsos geralmente novos. Estes nomes são obtidos através de jornais que publicam a perda de documentos furtados e alterados ou pelo setor de informações que consegue as características das identidades expedidas em determinada cidade (nº, funcionário de que assina, carimbos que leva) ou ainda pela corrupção ou seja subornando elementos encarregados da expedição.

(SOPS/CS – 4._.4697.56.17; p. 5 e 6)

Assim, pouco a pouco, observa-se o grau de informação que o aparato de segurança conseguia obter através da detenção e dos interrogatórios feitos aos membros considerados suspeitos. Após o detalhamento de como eram cooptadas pessoas para integrarem o *grupo subversivo*, apresentam de que forma eram organizados os locais de encontro entre os militantes:

3 – PONTO

Ponto é um local de encontro entre militantes. Normalmente os militantes residem separados, desconhecendo um a moradia do outro. Para se encontrarem marcam locais, os pontos. O ponto sempre tem uma alternativa que poderá ser horas ou dia após dia. A falta do militante aos pontos é sinal de queda (prisão) e aciona o esquema de segurança da organização.

O ponto poderá ser fixo ou caminhando. Fixo quando um militante para em determinado lugar e o outro vai a seu encontro. Caminhando quando é marcado entre n°s de uma rua.

[...]

- PONTO DE EMERGÊNCIA:

Caso o militante perca o ponto e a alternativa existe um ponto de Emergência para ele se recontactar com a organização este ponto pode ser comum para diversos camaradas.

- PONTO DE POLÍCIA:

Todo o militante recebe um ponto que é vigiado por um elemento da organização. Se algum militante “cair” deve “abrir” este ponto. Se for conduzido até lá a Organização ficará sabendo de sua prisão e acionara a Segurança.

- PONTO DE CARRO:

Determinados elementos importantes da organização costumam “cobrir ponto” com viatura ou seja o menos graduado e o outro passa de carro levanta o local e depois para.

- COBERTURA OU SEGURANÇA:

O elemento importante costuma vir acompanhado de outros elementos que lhes fazem segurança. Esta cobertura pode também ser realizada pela condução do militante que está esperando por outro elemento a novo local de encontro.

- SEGURANÇA E CONTRA SENHA:

No caso dos militantes serem conhecidos é dispensável uma senha de reconhecimento.

Caso não se conheçam costumam ter senha que se constituem normalmente em conduzir uma revista, ou um determinado jornal na mão ou ainda colocar relógio no pulso direito, óculos ou boné e, pronunciar determinada frase que é completada pelo outro (contra senha).

- BARRA LIMPA E SUJA:

Em qualquer caso existente, ainda, o sinal de tudo bem (barra limpa) ou estou preso ou seguido (barra suja) que pode se constituir em passar a mão no cabelo, vir sem relógio, sem óculos e sem pasta, etc.

Outro sistema empregado é fazer um desenho em conjunto em uma parede, poste ou qualquer lugar público.

[...]

- PONTO FECHADO:

Em alguns casos os militantes recebem um envelope fechado contendo um ponto para ser entregue a outro, para ser usado em caso de queda de seu contato ou para ser usado pelo companheiro. Este ponto entregue desta forma se chama ponto fechado.

(SOPS/CS – 4._,4697.58.17; p. 7 e 8)

Percebe-se, através disto, que o entendimento da repressão quanto a estruturação e estratégia de ação das organizações ditas *subversivas*, foi justamente o que garantiu a eficácia nas operações realizadas pelos agentes da repressão. A riqueza de detalhes sobre a forma de atuação da esquerda exposta nos documentos demonstram a eficiência das estratégias de vigilância de perseguição as *inimigos*. Após apresentam o *aparelho subversivo*:

4 – APARELHO

São casas ou apartamentos alugados pela organização com a finalidade de moradia de militante, ou para imprimir panfletos e documentos ou reunir os companheiros para guarda de pessoas seqüestradas.

O aparelho pode ser fechado, ou seja, de conhecimento somente dos moradores ou aberto quando diversos militantes se conhecem.

Os elementos subversivos costumam alugar os imóveis mediante caução ou pagamento adiantado de aluguéis.

Também em casos extremos usam “faixada legal” e as finanças são dadas por elementos esquerdistas residentes na cidade.

Nestes apartamentos costumam-se encontrar revistas, tais como *Veja*, *Realidade*, etc, documentos mimeografados ou escritos; Pequenos papéis com números podem ser “pontos” em código; cadernetas de anotações constituem-se documentos importantes por relacionarem contato ou simpatizantes; mimeogramas [sic], matrizes, etc. A quantidade de viveres, aparelhos de pesca ou de camping podem revelar áreas de treinamento ou áreas táticas próximas. Os documentos do partido são assinados normalmente com codinomes.

(SOPS/CS – 4._,4697.58.17; p. 8)

Com isso a necessidade de investigação sobre a idoneidade da futura inquilina se fazia presente, conforme caso relatado no capítulo 2, para verificar a possibilidade da possível formação de um *aparelho*.

A questão seguinte, será em relação à veracidade da documentação portada pelos *subversivos* e sobre as suas ações.

6 – AÇÕES:

Expropriações, panfletagem, pixação [sic] e terrorismo.

As Expropriações, constituem-se em assaltos a Banco, Supermercados, Firms Grandes de preferência estrangeiras ou veículos de transportes de valores, e ainda automóveis para futuras ações.

Levantamento de locais a serem expropriados:

Antes das ações se faz um levantamento do local para ser feita a expropriação. Costumam levantar a época de pagamento de bancos ou dos carros de transporte de dinheiro. Usam de subterfúgio tais como se dirigir a funcionário do banco com o cheque na mão e solicitar informação de pagamento de firma ou repartição. Alegam que tem a receber um cheque de funcionário.

Estas e outras informações podem ser conseguidas com elementos de esquerda residentes na área, que procurados se não cooperam, também não denunciam ou ainda com ligação dentro do banco (funcionários).

Com o desencadeamento de ações é necessário a montagem de uma base médica. A constituição da base médica e por enfermeiro ou médicos que se dispões a atender os clandestinos feridos e são esquerdistas locais.

As ações de expropriação fornecem fundos para a manutenção de campo de treinamento de Guerrilha Rural, Trabalho Operário, aquisição de mimeógrafos, tintas, papéis, aluguel de aparelhos, compra de produtos para bombas, etc. As expropriações e a Guerrilha urbana custeiam a guerrilha rural e o trabalho Operário.

Existe diferença entre “Área de Treinamento” e “Área Tática” a primeira destina-se a preparar o militante e adestrá-lo convenientemente enquanto a segunda é área de ação onde existe trabalho camponês e de guerrilha.

Como sinais evidentes de proximidades de ações de vulto podemos mencionar:

1º Furto de Veículos;

2º Assalto a casa de armas;

3º Detenção de elementos estranhos, normalmente com identidade de São Paulo ou Rio de Janeiro, acampanando [sic] Banco, Super mercado [sic] ou Firms Grandes. É relativamente fácil para a repressão distinguir uma “expropriação” realizada por terroristas ou marginais. Os primeiros utilizam “modus operandi” completamente distintos dos últimos. Além disto, não dispensam de manifestar o caráter político de seus atos, distribuindo panfletos no local.

(SOPS/CS – 4._.4697.58.17; p. 10)

Como sempre são apontadas de forma detalhada todas as possibilidades de ação destes grupos. Mais uma vez reforçando a necessidade de observar constantemente a sociedade e relatar caso algo suspeito estivesse ocorrendo, a fim de barrar o fortalecimento do movimento de esquerda no estado. Ainda seguem detalhando os *métodos terroristas*, abordando agora a questão do tempo:

7 – FATOR TEMPO:

Como o leitor pode deduzir o fator tempo é importante para medidas repressivas, face a cobertura de pontos e acionamento do dispositivo de segurança da subversão.

Como o leitor pode sentir do que até aqui foi escrito **o interrogatório só deve ser feito por funcionários altamente especializados e atualizados diariamente como métodos por eles empregados** [grifo meu].

A falta de conhecimento de “pontos de polícia” e “Senhas” atuais e etc, podem alertar a Segurança da organização.

Outro cuidado necessário é com o companheiro do militante. Eles quase sempre estão em duplas.

(SOPS/CS – 4._.4697.58.17; p. 11)

A questão sobre o interrogatório está ressaltada pela importância que ele contém para a produção deste tipo de *manual*. A partir destes interrogatórios é que se conseguem as informações específicas para o real mapeamento das atividades da esquerda. A necessidade de obtenção de informações atualizadas e específicas era tamanha que séries de questionamentos para serem feitos a integrantes de movimentos de esquerda passou a ser elaborada.

Informada a necessidade de se ter cuidado com o tempo, o documento segue referindo sobre a questão da segurança:

8 – SEGURANÇA:

A Segurança da organização é pelo sistema celular e codinomes, aparelhos etc.

A segurança do pessoal é feita durante ações por elementos destacados especialmente.

Enquanto uns militantes atacam o objetivo diretamente outros ficam mais afastados (nas esquinas ou entradas) dando cobertura externa.

Quando os elementos da organização caem (são presos) resta a ação de Seqüestro que visa a libertação dos presos, além de ser uma ação política com repercussão no estrangeiro.

Quando de ações o policiamento deve se tornar intenso com montagem de barreiras, revistas em vilas e lugares suspeitos [grifo meu]. Os elementos de esquerda costumam capitalizar a opinião pública, aproveitando incidentes que por ventura vieram a ocorrer ou que foram provocados.

Outro meio de captação de opinião é difusão de supostas torturas, mortes ou qualquer atrocidade que possa ser atribuída por força policial.

Deve se tomar preocupação com suicídio de presos que sempre são apresentadas como mortes suspeitas.

O armamento em caso de ações é sempre ilegal (armas furtadas ou adquiridas sem registro).

Normalmente o militante não conduz a arma na cintura, sim em pastas e no caso de andar com companheira esta traz na bolsa e conhece seu manejo.

O militante importante conduz consigo uma capsula de cianeto para suicídio. Portanto é necessário que o elemento preso seja imediatamente revistado com bastante atenção nos punhos e nas mangas, golas, braguetas, bainha das calças e costuras.

Também costumam comer “pontos”. O fato de levar objeto a boca ou é tentativa de suicídio ou destruição de documento importante.

O militante clandestino costuma viver o mais próximo da legalidade possível, detesta policiais e mesmo sendo vítima de acidente, agressões ou furto jamais vai a Polícia.

A vestimenta usada pelo subversivo é normalmente esporte e comum a região onde se encontra. Costumam usar óculos escuros e pastas onde conduzem a arma.

(SOPS/CS – 4._4697.58.17; p. 11 e 12)

Ressalta-se a necessidade de observação e vigilância constante, principalmente nas ações de revista e montagem de barreiras – como acima solicitado. Demonstrando que operações, do tipo da Minuano, não eram apenas algo para ser feito em meses, mas sua metodologia continuaria a ser empregada sempre que necessária para manter a segurança e eliminar qualquer possibilidade da esquerda ganhar força no estado. Nota-se também, na parte final do documento, a descrição de tipos comportamentais, o que foi importante para as observações de *indivíduos suspeitos*, além de ser característica específica da polícia, estabelecendo um padrão inquisitorial em sua conduta (LIMA, 1989).

Outra parte interessante deste mesmo documento é quanto a questão do vocabulário que os ditos *subversivos* possuíam:

9 – VOCABULÁRIO:

Os elementos terroristas costumam usar um vocabulário que é peculiar. Ex.

“COLOCAR” = por em discussão determinado assunto, esclarecer, explanar.

“DESLOCAR” = transferir o militante de uma região para outra.

“SUBIR” = ir para o centro do país (RJ ou SP).

“DESCER” = vir para a cidade ou Região Sul.

“CAIR” = ser preso ou identificado.

“COMPANHEIRO” = militante.

“CAMARADA” = idem.

“PROLETÁRIO” = trabalhador assalariado.

“PEQUENA BURGUESIA” = pequenos comerciantes, industriais ou profissionais.

“EXPROPRIAÇÃO” = assalto a mão armada.
 “QUEIMADO” = identificado ou procurado pela Polícia.
 “DESBUNDAR” = abandonar a organização ou o partido; abandonando seus métodos.
 “JUSTIÇAMENTO” = execução de inimigos.
 “PONTO” = local pré-acertado para encontro de subversivos.
 “APARELHO” = casa ou apartamento alugado por militantes ou pela organização para trabalhos ou moradia.
 “CODINOME” = nome dado pela repressão ao Terrorista e pelo qual ele fica conhecido entre os camaradas.
 “O P P” = organização para partidárias a margem da Organização Terrorista mas dirigidas pelos seus militantes.
 “SETORIZADO” = integrado a determinado setor ou célula.
 “QUADRO” = é o nome dado a um militante no organograma da organização. Todo o militante é um “quadro”.
 “COOPTAR” = é a subida hierárquica de um militante dentro da organização.
 [...]

“RACHA” = são cisões internas profundas dentro das organizações.
 “MOSQUITAGEM” = é a panfletagem, realizada com panfletos de pequenas dimensões.
 (SOPS/CS – 4._.4697.58.17; p. 12 e 13)

Interessante notar que até mesmo o tipo de palavras utilizadas poderia ser motivo para levantar suspeita. Todos estes detalhes são divulgados, pois quanto mais dados se tivesse sobre a operacionalidade dos grupos esquerdistas, mais rápido eles poderiam ser identificados e sanada a probabilidade de perigo. A parte final de descrição sobre o *terrorismo e seus métodos* é relativo à repressão:

10 – REPRESSÃO:

Quando for localizado e preso um terrorista deve-se imediatamente se retirar a pasta que por ventura conduzir. Impedir que coloque qualquer coisa na boca, juntar qualquer papel que jogue fora, e conduzi-lo incontinentemente a um lugar discreto onde possa revistá-lo com a máxima atenção. Efetuar a prisão com discrição [sic] e rapidez e atentar para o possível companheiro ou para a segurança. Comunicar-se Incontinentemente com o DOPS, pelo mais seguro e mais imediatamente localizar o domicílio e revistá-lo minuciosamente, mas discretamente, deixando Guarda oculta para a prisão do companheiro ou companheiros.

O FATOR TEMPO E SIGILO SÃO AS PRINCIPAIS ARMAS NA LUTA CONTRA O TERRORISMO.

Ocorrendo uma ação ou constatada sua proximidade, deve-se realizar ações que visem intranqüilizar os terroristas, porém sempre procurando o apoio popular na medida do possível, evitando que nossas ações sirvam para os terroristas usá-las como propaganda. Além disto, é condição fundamental para o

sucesso na Guerra Revolucionária a profunda discreção [sic] das forças policiais no trato dos fatos referentes à Segurança Nacional.

Sem consulta aos órgãos superiores é tremendamente prejudicial e até mesmo um erro os contatos com a Imprensa (entrevistas) após a obtenção de uma prisão de subversivos ou terroristas [grifo meu].

- Controle de elementos indiciados ou suspeitos em liberdade.
- Casas suspeitas (onde seus moradores costumam sair somente a noite e com cautela; onde se datilografa por horas seguidas, etc.)

“CONHECE TEU INIMIGO MAS NÃO DEIXA ELE TE CONHECER” [grifo meu].

(SOPS/CS – 4._.4697.58.17; p. 13 e 14)⁸

O material analisado contém exemplo de pontos, material de panfletagem, fotos detalhadas de símbolos, dinheiro (que utilizavam para as ditas operações subversivas), demonstrando a dimensão da organização e eficácia dos aparelhos de informações. Seu conteúdo possibilita uma maior compreensão do tipo de informação que o aparato repressivo possuía e de que maneira eles a absorviam para, a partir disto, elaborarem as estratégia de vigilância. Mostra de que forma os *grupos subversivos* eram vistos e como se dava a operacionalidade dos agentes de repressão, sobretudo quando salientavam a necessidade de sigilo e agilidade nas operações. Aliás, duas constantes reforçadas em todos os documentos: agilidade, para de forma rápida e eficiente combater a esquerda e a questão do segredo, fundamental tanto para garantir a eficácia do aparato repressivo quanto para disseminar o terror. Também vale observar a abrangência do documento ao caracterizar a atuação subversiva e a riqueza em detalhes, pois quanto mais dados continha o documento, mais ampla se tornava a forma de caracterizar o inimigo e conseqüentemente todos continuam sendo alvos potenciais.

Constatou-se que todas as escalas do aparato de informação e repressão recebiam o mesmo documento, reforçando a idéia de vigilância contínua e sistemática sobre toda a população e possíveis rearticulações de grupos de esquerda. Sendo assim, este dossiê teve a seguinte solicitação quanto do seu encaminhamento:

Boletim elaborado pelo Serviço de Contra-Inteligência intitulado “O TERRORISMO E SEUS MÉTODOS” e classificado como “SECRETO”.

⁸ Este documento está na íntegra no anexo III.

O presente Boletim pode ser difundido aos Srs. Delegados de Polícia e encarregados do SOPS.
(SOPS/CS – 4._4694.58.17)

Assim, o documento foi disseminado para todas as escalas que compunham a *Comunidade de Informação do Rio Grande do Sul*. A partir disto entende-se o porquê do detalhamento das informações e da “manipulação” de alguns fatos, sabidos apenas por escalas mais elevadas. Como exemplo temos a questão da tortura, realizada apenas por agentes específicos do DOPS⁹, e quando divulgada era associada a uma situação caluniosa.

O documento intitulado *Relatório da Subversão* contém de forma detalhada nomes, estruturas, organogramas, etc., que demonstram de forma mais clara como era feita, na prática, observações descritas acima. Este tipo de relatório era enviado todo ano, porém no aqui apresentado, a riqueza de detalhes sobre as organizações de esquerda e a complementação de dados é maior do que os outros. No documento não consta exatamente a data em que ele foi disseminado, apenas que era relativo a todo o ano de 1971, emitido a partir janeiro de 1972 – geralmente estes dossiês chegavam nos primeiros meses do anos subseqüente ao referido. A importância deste estudo foi tanta que somente na SOPS de Lagoa Vermelha encontramos dois deste mesmo relatório.

O presente Relatório tem como finalidade precípua apresentar o que foram as ações subversivas no decorrer do ano de 1971, proporcionadas pelas diversas facções que atuam nessas áreas obscurecida pela legalidade, bem como os métodos por elas usados e a repressão a que foram submetidas pelos órgãos de Segurança do Estado, em íntima sintonia com os órgãos federais.

O ano de 1971 caracterizou-se pelas vitórias obtidas, em nosso Estado, pelas forças governamentais contra os elementos que optaram pelo caminho anti-patriótico da subversão e do terrorismo. Estas vitórias permitiram assegurar um clima de tranquilidade e segurança à população e às autoridades constituídas através do desmantelamento total dos núcleos onde se arrematavam essas facções. O êxito das ações repressivas respaldaram-se no trabalho organizado sistemático, entrosado e rápido dos órgãos de segurança, os quais, através de análises, deligências, processamento de informes e pesquisas, conseguiram montar um esquema não só repressivo, mas antes

⁹ Segundo a documentação aponta, e como podemos comprovar no capítulo 2 mediante a transcrição do relatório sobre presa, as Delegacias Regionais detinham o suspeito e o encaminhavam as SOPS (quando a prisão não era efetuada em local onde havia uma das 10 SOPS), e em seguida após interrogatório, era comunicado ao DOPS, e havendo necessidade o preso transferido, onde lá ocorriam as seções de tortura física.

de tudo preventivo, o que permitiu que se antecipassem às intenções dos agentes subversivos, cortando-lhes os passos e evitando que suas intenções maléficas se concretizassem. Este êxito foi, em suma, o resultado de uma junção de esforços executados com denodo e destemor, em uma demonstração de que no combate à essas cripto-organizações, se deva estar alertas e, principalmente, preparados.

(SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 2)

Assim, descrita a *varredura* contra a *subversão*, realizada a partir da *Operação Minuano*, comprovamos a partir disto a eficiência que o aparato atingia contra a esquerda no Rio Grande do Sul. Após relatar a conquista do feito, apresentam as organizações mais atuantes e os resultados da *limpeza* ocorrida no Estado:

No decorrer desse ano, a principal ação desenvolvida foi contra a organização denominada Partido Operário Comunista – P.O.C. – devido a sua envergadura no RS, já que estava bem estruturada, com um Comando Regional que dividia em três setores: Interno ou de Imprensa, Operário e Estudantil, e com um número elevado de militantes, dos quais foram identificados 74 (setenta e quatro) o que possibilitou o desmantelamento total da mesma.

Outras ações desenvolvidas neste ano, visaram a identificação e detenção de elementos remanescentes de organizações subversivas já anteriormente conhecidas e que serão objeto de apresentação a parte, tais como: Ala Vermelha do PC do Brasil, 17 elementos identificados; a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, 19 elementos identificados; a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares, 2 elementos identificados; e o Movimento Comunista Revolucionário – MCR, 8 elementos identificados.

(SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 2 e 3)

Assim, depois da descrição geral, são abordadas as principais organização de esquerda atuantes no Estado. O primeiro é o Partido Operário Comunista (POC), visto como uma organização que:

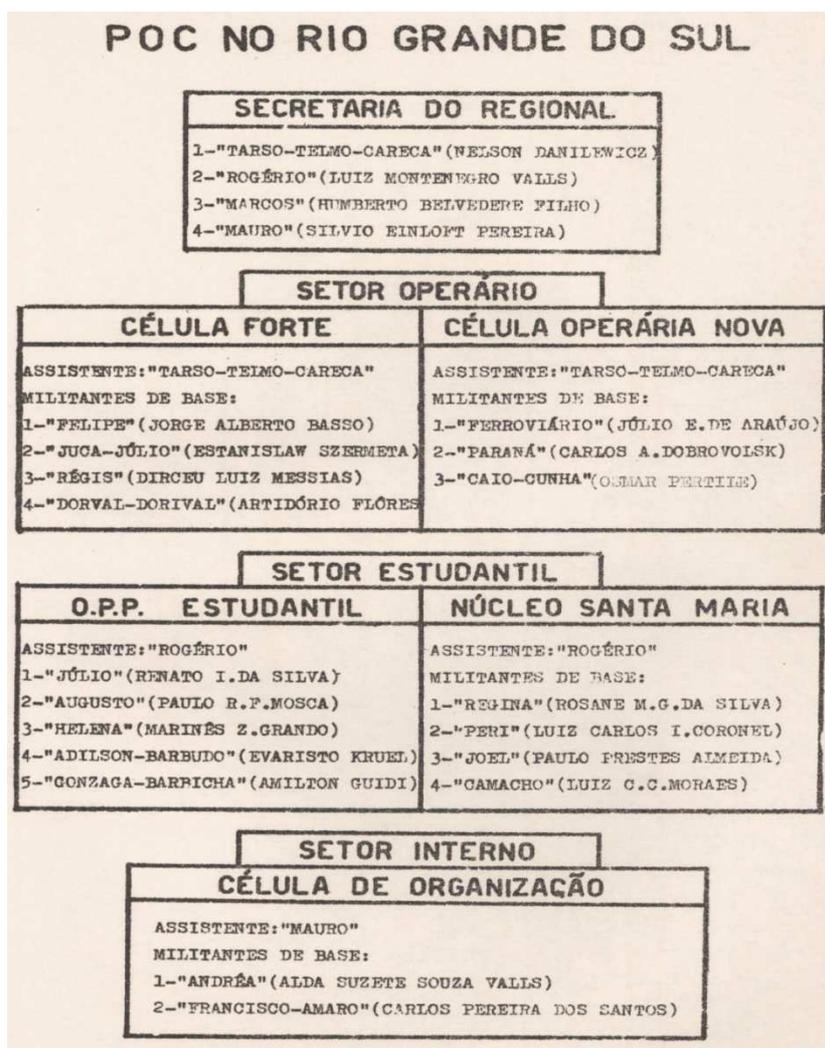
[...] se baseia principalmente na doutrinação de cunho comunista, não excluí entretanto a possibilidade de uma ação armada.

[...]

O POC estava estruturado no Estado através de um Comando Regional, auxiliado por uma Secretaria, e dividido em três setores: Interno ou de Imprensa, Operário e Estudantil. Contava ainda com um núcleo estudantil na cidade de Santa Maria e com apoio logístico de elementos vinculados à Editora Abril.

Sucursal desta Capital. O Setor Interno, tinha como função manter e coordenar as atividades dos militantes e ainda efetuar a publicação de polígrafos doutrinários, panfletos e do jornal da organização denominada “Resistência Operária”; o Setor Operário, era o encarregado de arregimentar e doutrinar o operário nas fábricas, bem como organizar células entre os trabalhadores; e o Setor Estudantil, que era encarregado de aliciar estudantes, de manter em funcionamento e coordenar as atividades subversivas nos Colégios e universidades. (SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 3 e 4)

Abaixo o organograma visualizando de que forma a repressão enxergava a estrutura organizativa do POC. Nota-se que o grau de informação era tamanha que sabia-se exatamente em que parte da estrutura determinado integrante estava locado dentro do partido.



(SOPS/LV – 1.108.1.1; p. 29)

Ainda sobre o POC, seguem apresentando as ações que o partido executou no ano em que foi transcrito o dossiê:

[...] o POC não chegou a efetuar nenhuma ação efetiva, como ocorrera em anos anteriores, limitando-se seus militantes à doutrinação, panfletagem, elaboração de planos de assaltos não executados e reuniões ocultas, para discussão de teorias marxistas e de problemas comuns. Deve-se ressaltar ainda que seus militantes, na maior parte, eram altamente politizados e instruídos, levando a doutrinação socialista a um elevado grau de conhecimento, e por isto mesmo, se deva crer pelo seu desmantelamento em nosso Estado veio em hora oportuna, não dando assim condição que suas idéias e conhecimentos pudessem ser postos em prática.

[...]

Dos quadros do POC foram identificados e processados 74 (setenta e quatro) militantes, [...] número este bastante elevado; prevê-se que os elementos restantes e ainda não identificados sejam em proporção bastante pequena. Ressalta-se que no RS foram presos 2 elementos pertencentes ao Comando Nacional do POC e que se aprestavam a abandonar o País.

(SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 3 e 4)

O outro partido apresentado pelo dossiê é o Partido Comunista do Brasil (PC do B), apresentado pela repressão como uma organização clandestina com ramificações:

[...] no meio estudantil, no meio operário e camponês, disseminando suas idéias subversivas a todas as camadas da população, para atingir a massa e prepará-los para a luta armada com intenção da tomada de poder, há muito tempo vinha agindo no nosso Estado, sem que se conseguisse uma ação efetiva contra os mesmos, o que, no entanto, veio a ocorrer no transcurso deste ano, quando em felizes deligências, conseguiu localizar e desbaratar três dos seus aparelhos.

(SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 4)

Quanto a organicidade do partido, a repressão o entendia como:

A estrutura do PC do B, no âmbito nacional, obedece a uma hierarquia que parte de um Comitê Central, que é a direção ao nível nacional. Subordinada a ele estão os Comitês Regionais, direção ao nível de um Estado, ou de mais de um Estado, conforme as circunstâncias. Coordenados por estes estão os Comitês Municipais, que constituem uma direção ao nível de cada município; englobados dentro destes temos os Comitês Distritais, que constituem a direção de um conjunto de Núcleo Base de uma mesma área geográfica compreendida dentro de

um mesmo município. A seguir temos os Comitês de Base que são a direção dos Núcleos de Base e, finalmente, temos as Células de Base que são formadas de 3 a 5 militantes, e que em conjunto formam um Núcleo de Base.

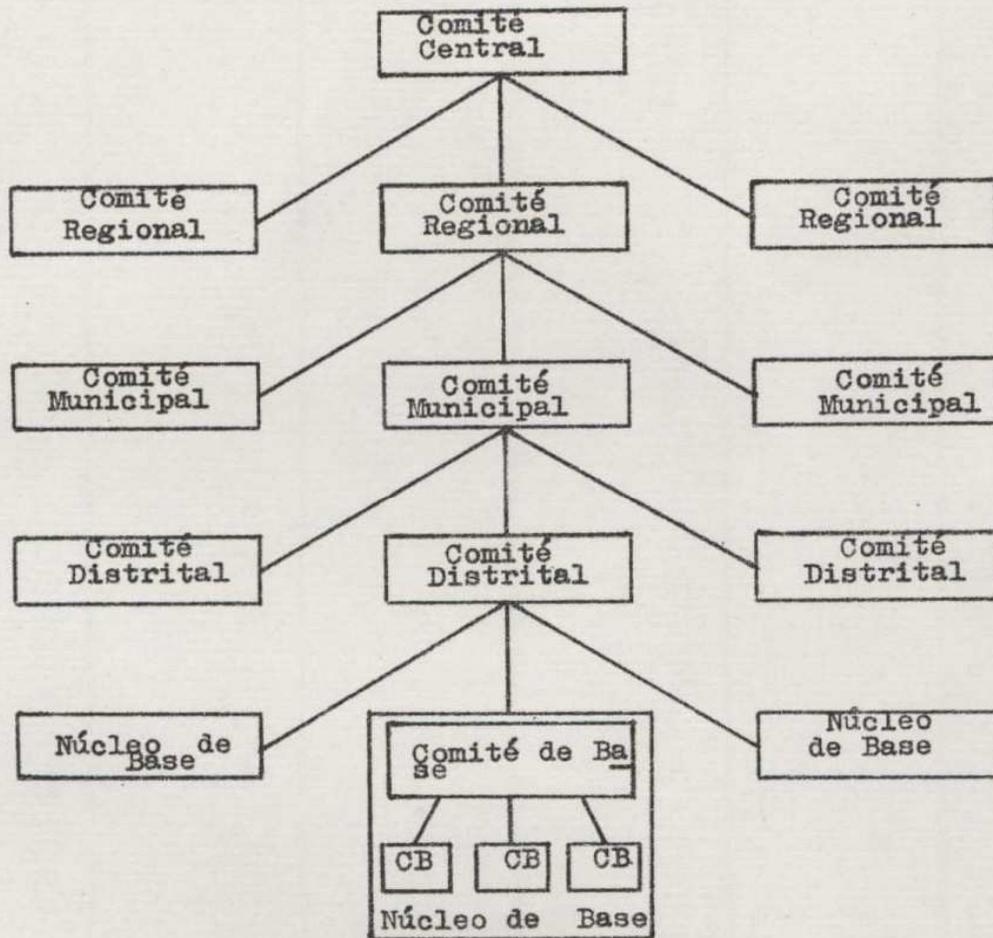
[...]

Essa organização mantinha regular armamento escondido em seus “aparelhos”, bem como livros, jornais e revistas subversivas, além de grande quantidade de exemplares dos jornais “O Proletário” e “A Classe Operária”, impressos pela organização. Por outro lado, durante o decorrer de 1971 realizaram inúmeros pichamentos e panfletagens, visando intranqüilizar a ordem pública e a paz social. Estimava-se para o segundo semestre do ano o acirramento de campanhas que visavam sabotar as iniciativas governamentais, o que felizmente não se concretizou em razão de que, a partir do mês de julho, seus militantes foram identificados e detidos.

(SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 4 e 5)

Mais uma vez ficou clara a organização operacional que a repressão tinha. Segundo informam, devido à vigilância prévia se teve o conhecimento do partido de esquerda e conseqüentemente as operações para desarticulá-lo foram realizadas com sucesso. Pra visualizar melhor de que forma era constituído o partido, colocaram, em anexo, o organograma de como a *Comunidade de Informação do Rio Grande do Sul* entendia a estrutura organizativa do PC do B:

ORGANOGRAMA DO PC DO B



OBS: A exegese sôbre o Organograma acima exposto, encontra-se à pag. do nosso trabalho.

Outra organização apresentada é a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), um dos principais motivos para a montagem da *Operação Minuano*. Segundo o dossiê, a organização VPR:

[...] teve seu desmantelamento parcial no decorrer do ano de 1970, nos meses de abril, maio e dezembro daquele ano, viu-se totalmente aniquilada no mês de janeiro de 1971, quando “caiu” o último setor, que foi a “Inteligência” justamente com o chamado “Setor de Operações”.
(SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 5)

Lembrando que no início de 1970 iniciou-se a articulação para a formação da *Operação Minuano*, os resultados, como percebido ao longo de todo o dossiê, foram o completo sucesso do Estado sob as ações subversivas.

Outro partido apresentado foi a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil, entendido como:

[...] oriundo de uma dissidência ocorrida dentro do Partido Comunista do Brasil, e que segue a orientação do Partido Comunista Chinês, prega a tomada do poder, incitando à luta armada violenta, estimulando o povo à quebra das estruturas hierárquicas da sociedade, para conduzi-lo a uma revolução comunista-socialista, contrariando assim os objetivos nacionais defendidos pelo Governo.

Essa organização no decorrer de 1970 foi duramente atacada pelas forças policiais, e abatida parcialmente, quando inúmeros de seus militantes, [...] foram identificados e processados, continuavam seus remanescentes a preocupar as autoridades constituídas e, por isto mesmo, não cessaram as deligências para aniquilar completamente esse núcleo de subversão. Tal veio a ocorrer a partir dos meses de maio/junho deste ano, com a detenção e identificação de 17 elementos que haviam se mantido impunes dos delitos que praticaram contra o país. Em virtude disso, um novo Inquérito Policial foi instaurado pelo DOPS/RS para apurar as responsabilidades de cada um e para instruir o respectivo processo criminal a que responderão.
(SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 5 e 6)

A riqueza de dados descritos sobre a forma de *aniquilação* do movimento dito *subversivo* chama a atenção, mostrando que a vigilância foi implacável em todos os recantos do Estado, principalmente no interior.

O penúltimo partido apresentado é o Movimento Comunista Revolucionário (MCR), visto pelo regime como:

[...] um desdobramento da VPR, resolveu agir em conjunto com esta, e está intimamente ligada á mesma ideologia e nas suas ações. Poder-se-ia dizer que o MCR até secunda as atividades da VPR, pois, enquanto a primeira ainda se encontra em fase de estruturação, a segunda já é uma organização de âmbito nacional.

Esta organização em consonância com a VPR praticou inúmeros assaltos no ano de 1970, [...] além de diversos furtos de automóveis. Tais ações se desencadearam ora lideradas por um elemento da VPR com o apoio de elementos da MCR, ora ocorrendo o inverso, o que demonstra o perfeito entrosamento existente entre os dois grupos de delinquentes.

No fim de 1970 e nos primeiros meses de 1971, as investigações começaram a dar os resultados esperados, com a detenção de diversos elementos pertencentes à essas organizações clandestinas. [...] Em 1971 foram inicialmente detidos seis (6) militantes, enquanto no seu final, dois elementos que permaneciam até então foragidos entregaram-se espontaneamente, completando-se assim, a extinção total desse Movimento.

(SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 6 e 7)

Novamente, mais um partido que teve sua eliminação devido à eficiência do aparato, o que também ajuda a desmistificar análises errôneas, que ainda tendem a achar que o aparato desenvolvido no período da ditadura era algo simples, que apenas *batia*. A eficácia do regime e toda a sua articulação jamais podem ser subestimadas, afinal, não se mantém uma ditadura por vinte anos apenas torturando; estruturas muito mais complexas de engessamento da sociedade foram o que garantiram a permanência do Estado Terrorista.

O último movimento apresentado é a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), entendida pelo aparato repressivo como:

[...] organização, de âmbito nacional, em vista da ação repressiva eficaz que os órgãos de Segurança lhe impuseram ao longo do ano de 1970, praticamente não atuou em 1971.

Deligências realizadas em 1971 levaram à detenção de 2 elementos remanescentes que ainda estavam foragidos. Em 1970 haviam sido detidos 50 (cinquenta) participantes da organização; parece que ela foi completamente desbaratada no Estado.

(SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 7)

O detalhamento dos nomes e das organizações se devia ao fato de contextualizar todos os órgãos sobre a *evolução* do trabalho repressivo, o que auxiliava para a atualização dos bancos de dados existentes em cada escala do aparato e também para a eventual retirada de nomes de “*terroristas procurados*” de cartazes enviados aos diferentes órgãos e afixados em locais públicos para eventual denúncia da população.

Outro detalhe interessante contido no dossiê é sobre decréscimo no número dos chamados *Elementos sem Vinculação* (SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 7), que eram elementos que participavam da *subversão*, porém não tinham ligação qualquer com nenhuma organização:

[...] tônica dominante da maioria da ação desses elementos deve-se acreditar, em parte, à ignorância e a inconsciência em relação aos atos que praticam, pois muitos se viram envolvidos nas malhas da subversão sem mesmo terem noção dos fins a que concorriam, ou em outras circunstâncias, embora conscientes de que faziam, serviam de instrumento à subversão premidos pelas razões mais diversas. Entretanto, estes representam apenas uma parcela dos elementos não vinculados, e não o total, pois existem aqueles que agiram livre, consciente e intencionalmente com a finalidade de prejudicar o complexo social, econômico e político de nossa Pátria.
(SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 8)

Ou seja, esta explicação serve para reforçar que nenhum indivíduo está livre da vigilância, logo da suspeição, já que não necessariamente se pertence a um partido para seguir o comportamento tido como *subversivo*. O documento segue exemplificando algumas pessoas que estariam enquadradas nesta categoria, indicando que todas estão respondendo a Inquérito Policial.

Após apresentados cada um dos grupos e descritas as glórias dos feitos do aparato repressivo, apresentam então a *Estimativa* quanto à atuação da esquerda no estado:

Em virtude do aniquilamento que sofrem os principais grupos subversivos que atuaram no Estado, no decorrer dos anos de 1970 e 1971, dificilmente possuem condições materiais e humanas – salvo com auxílio vindo de outros Estados ou mesmo do exterior – para efetuarem novas ações de vulto. Entretanto, estima-se que:

- a – Possam ser realizadas ações isoladas de elementos fanáticos e adeptos das antigas organizações desbaratadas;
- b – Elementos provenientes de organizações oriundas de outros Estados, principalmente São Paulo e Rio Janeiro, que venham

alojar-se aqui, porém em número pequeno e esparsos, sem oferecer, momentaneamente, perigo iminente à Segurança;

c – Haja acirramento das atividades da organização denominada APML (Ação Popular Marxista Leninista) ainda não desbaratada e entrosada no meio estudantil de Porto Alegre¹⁰;

d – Elementos subversivos oriundos dos países vizinhos (Argentina e Uruguai) tem entrado clandestinamente, através da fronteira gaúcha, causando preocupação as autoridades [grifo meu];

e – Constituem em tranqüilidade os meios operários e camponês onde os subversivos não tem encontrado receptividade à ação criminosa.

(SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 8 e 9)

As estimativas servem para demonstrar que embora *aniquilados* os principais focos de *subversão*, a vigilância deveria se fazer constante, para que não ocorresse nada de grave ou a rearticulação fortalecida da oposição no Estado. A parte em destaque, referente à penetração de *subversivos* pela fronteira, reforça a hipótese de ser este um dos motivos da existência de um aparato específico para o Rio Grande do Sul. Esta preocupação vai ser reforçada, sobretudo, a partir de 1974, não casualmente o período de preparação da montagem da Conexão Repressiva Condor.

Assim, apontava-se como conclusões das análises apresentadas pelo aparato de informação e repressão:

Fazendo-se uma análise conclusiva do que foi o ano de 1971 na área das ações subversivas, resultam os seguintes aspectos em referência à subversão em nosso Estado:

a) Verificou-se que os militantes da subversão continuam incorrendo no que poderíamos chamar de “erro substancial”, ou seja, continuam a acreditar que o povo os apoiará na sua luta quando for o momento decisivo para a tomada do poder, o que, sem dúvida, é um engano fatal, pois o povo já demonstrou seu desprezo e indiferença a esses organismos.

b) Observou-se o quase total despreparo dos elementos subversivos para a luta que desejavam empreender, pois mesmo sendo indivíduos bastante politizados e, em alguns casos, bastante inteligentes, embora sabendo os fins e que se destina sua luta, desconhecem entretanto os meios mais necessários para alcançarem esses fins. Daí as suas sucessivas derrotas.

c) Podemos ainda dizer que, se os elementos subversivos conhecem os fins e não os meios, tal não acontece com os órgãos de Segurança, que conhecem os fins de sua luta: o bem estar e a segurança da Pátria; e também conhecem os meios que são: a experiência dos anos de vida profissional, alicerçada num

¹⁰ No dossiê de 1972, somente sobre a AMPL, será apresentado o desmantelamento da organização, e que não era somente no meio estudantil e de Porto Alegre, mas também no operário, e ocorrendo nas cidades do interior como Pelotas.

trabalho coeso e consciente, embora dentro de organizações deficientes de vários pontos de vista.

d) Assinala-se a quase total nulidade das ações desenvolvidas pelas organizações subversivas durante o ano de 1971 no RS, e que não passaram de pichamentos, panfletagem e doutrinação. Não se registrou nesse ano, nenhum acontecimento de vulto, tais como assaltos, atentados, etc.

(SOPS/LV – 1.2.1012.12.5; p. 9 e 10)

Ressalta-se a necessidade de se manter a organicidade, pois graças a isso é que se obtiveram todos estes *resultados gloriosos* contra a subversão.

Abaixo segue o quadro elaborado com os números da repressão, para melhor visualizarmos a efetividade da malha repressiva estruturada no Rio Grande do Sul:

AÇÃO ANTI – SUBVERSIVA														
SITUAÇÃO DE MILITANTES														
NÚMERO DE ORDEM	MOVIMENTOS SUBVERSIVOS	NÚMERO DE IMPLICADOS	SITUAÇÃO					PROFISSÕES						
			DETIDOS	PRISÃO PREVENTIVA SOLIN. OU DECIS. J.	LIBERADOS	F./EM	FORNICADOS	ESCRITORES	PROFESSORES	RELIGIOSOS	LIBERADOS	FUNC. PÚBLICOS	PROFISSIONALIS DA SUBVERSÃO	PROFISSÕES DIVERSAS
1	P.O.C.	70	40	20	29	70	28	12	2	-	12	1	2	39
2	PCdo B.	29	15	3	12	29	14	4	3	1	10	4	7	7
3	V.P.R.	15	15	8	8	15	1	6	1	-	1	-	1	6
4	A.V.	16	9	-	9	16	6	2	2	1	5	-	-	6
5	M.C.R.	8	8	2	4	8	-	2	-	-	2	-	-	4
6	VAR-P.	2	2	-	2	2	-	-	-	-	1	-	-	1
7	F.B.T.	1	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-
8	Sem vinculação.	12	14	-	13	12	1	8	1	-	3	-	-	2
9														
10														
TOTAL		153	103	33	77	153	51	35	9	2	40	5	3	65

(SOPS/LV – 1.108.1.1; p. 33)

Mesmo não sendo novidade, o conteúdo apresentado pelos dois dossiês se faz importante pelo fato de apresentar os resultados do fechamento do Estado, sobretudo após a montagem da *Operação Minuano*.

O documento por último apresentado exhibe o entendimento que se tinha sobre as organizações atuantes no Estado do Rio Grande do Sul¹¹. Esta identificação feita pelo aparato de repressão gaúcha foi interessante, já que da gama dos partidos que atuavam na época, sabiam exatamente os que eram atuantes na região e as características de cada um. No dossiê apresentado falta apenas o detalhamento de um partido que atuava no RS: a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), organização que é apenas citada, pois para este partido existe um dossiê específico (expedido a partir de 1972, quando a organização foi inteiramente desarticulada). A separação, talvez, tenha ocorrido pelo fato da APML ter como opção de tática a doutrinação ao invés da guerrilha.

Mesmo considerada eliminada do Estado, as investigações sobre a esquerda continuaram, logicamente visando a acabar com qualquer possibilidade de renascer o movimento. Vimos acima que uma meio importante de compreensão sobre a atuação dos chamados *grupos subversivos* se dava a partir de informações obtidas nos interrogatórios realizados pelo DOPS/RS. Com isso, no ano de 1974 começou a ser enviado às SOPS um documento apresentando o partido MR-8 e uma série de perguntas que deveriam ser realizadas especificamente para os membros desta organização.

Assim, o documento intitulado *Interrogatório de Terroristas MR-8* aponta que os membros já haviam sido detectados no Rio Grande do Sul:

- 1.1 – Já foram presos na área do II e III Exército terroristas adeptos à nova linha política do MR-8, qual seja a adoção da linha massista (catequese das massas), em substituição a linha militarista (ações visando propaganda armada). Essa nova linha foi posta em prática após a realização de um plano de dezembro de 72, no Chile, e suas diretrizes difundidas através das RESOLUÇÕES POLÍTICAS DO PLANO MR-8, documento este contendo 64 folhas.
- 1.2 – A análise da nova documentação apreendida, acrescida depoimentos de outros dados existentes, permitiram a elaboração de uma série de perguntas necessárias ao esclarecimento e levantamento dos grupos que subrepticamente [sic] pretendem implantar o comunismo no país. (SOPS/LV – 4._.5827.52.18; p. 1)

¹¹ Ver no anexo IV, o mapeamento das esquerdas, retirado do Tomo III do Projeto “*Brasil: Nunca Mais*”.

Logo, caso um integrante do movimento fosse reconhecido, era solicitado: *Aplicação do questionário em anexo, durante o interrogatório, a todos os militantes do MR-8, principalmente aqueles que defendem a nova linha política (SOPS/LV – 4._5827.52.18; p. 1).* O questionário sugerido continha as seguintes questões:

1. Qual a estrutura atual do MR-8? (acrescentar as alterações no organograma em anexo, extraído dos “ESTATUTOS PROVISÓRIOS DO MR-8).
2. Quais os integrantes da DG? (em caso de não constituída ainda, citar os integrantes da Executiva Provisória).
3. Quantas DR existem atualmente? (citar os integrantes e localização das mesmas).
4. Item quanto às DS.
5. Item quanto às DE.
6. Item quanto às SE.
7. Item quanto às SR.
8. Item quanto às SU.
9. Quais os integrantes da Imprensa, logística, Inteligência e Finanças, bem como suas localizações.
10. Quais os outros órgãos existentes e não citados anteriormente? (idem quanto a localização).
11. Quais os participantes dos ativos referentes a:
 - a) Trabalho nas Empresas e nos Sindicatos;
 - b) Trabalho nos Bairros Operários;
 - c) Trabalho sobre as OOBB.
12. Quais os participantes do Plano realizado em SANTIAGO DO CHILE, e dez. 72? (observação para o interrogador: ELIZABETE R.C.LIMA, “BETICA”, KÁTIA”, “TÂNIA”, “CECÍLIA”, estava presente).
13. Quais as OOBB já implicadas? (onde, quando, integrantes e assistentes responsáveis pelas finanças, nomes do(s) secretário (a) da educação, agitação e propaganda, etc.).
Observação para o interrogador: os secretários constituem a Direção (Secretariado)
14. Quais os militantes que elaboraram os seguintes documentos:
 - a) Anteprojeto da Política de Penetração
 - b) Sua Experiência sobre Organização nas Fábricas;
 - c) Algumas Considerações Sobre a Construção das Organizações de Base (OOBB).
 - d) Política de Segurança.
 - e) Instruções para Arrecadação das Contribuições Financeiras.
 - f) Nossas Tarefas Atuais no MO.
 - g) Programa Tático de Resistência.
15. Quem elabora o boletim central (nomes, localidades, etc.)
(SOPS/LV – 4._5827.52.18; p. 2)

O documento ainda segue com mais uma série de questões elaboradas especificamente para membros do MR-8. O trecho acima ilustra a habilidade e competência dos agentes repressores na execução de seu trabalho. Pode-se entender que

a padronização deste tipo de interrogatório foi de suma importância para que se pudesse conseguir a maior quantidade possível de informações que contribuíssem para a compreensão de toda a estruturação da organização a fim de se traçar uma estratégia de ação preventiva para eventuais possibilidades de *ataque*.

Importante lembrar que o que podemos chamar de segunda geração de exilados políticos (ROOLRMBERG, 1999), constituídos majoritariamente por jovens, buscou refúgio primeiro no Chile e logo em seguida na Europa. Igualmente a repressão os acompanhou e, justamente por na maioria das vezes estarem juntos, criou-se o temor pela rearticulação. Isso fez necessária a emissão de alerta e a rápida identificação de membros que já poderiam estar infiltrados no Rio Grande do Sul. Buscou-se a maior quantidade de dados possível para se ter o melhor conhecimento deste novo perigo iminente.

5. A COLABORAÇÃO ENTRE OS APARATOS DE REPRESSÃO DAS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL DO CONE SUL

*Wir wollen dass ihr uns vertraut
Wir wollen dass ihr uns alles glaubt
Wir wollen eure Hände sehen
Wir wollen in Beifall untergehen
(Rammstein – Ich Will)*

Na metade da década de 1970, as *operações limpezas* já haviam sido concretizadas no Rio Grande do Sul e a configuração do cenário da América Latina transformava-se. Em nome da Segurança Nacional do Estado desencadeavam-se os golpes de ditaduras cívico-militares no Cone Sul, até que em 1976, com o golpe deflagrado na Argentina, a região se encontra toda fechada contra a *subversão*. Os Estados que surgem, juntamente com a aplicação dos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional, vão assumir como metodologia de repressão o Terrorismo de Estado, contra-atacando não somente as esquerdas, mas todos os que de alguma forma lembravam as tradições democráticas, tornando este período um dos mais nefastos da história da América do Sul.

Durante o período dos regimes de Segurança Nacional, aconteceram alguns momentos de colaborações entre os governos, formando conexões repressivas para promover a segurança do continente contra a *subversão*¹. Em dezembro de 1975 o estabelecimento das conexões repressivas chegou ao auge com a formação da Operação Condor, englobando seis países do Sul da América Latina.

Nilson César Mariano estava no Paraguai quando foi encontrado o chamado *Arquivo do Terror*, onde se encontrou uma grande documentação sobre a forma operacional da Conexão Repressiva Condor. Conforme comenta Stella Calloni sobre a abertura do Arquivo:

¹ Samantha Viz Quadrat mostra que, *Ao longo dos anos, especialmente a partir da década de 50, os laços de camaradagem e cooperação entre as Forças Armadas foram estreitados através da convivência nas academias militares de treinamento tanto no Panamá como nos Estados Unidos. A divulgação da ideologia da segurança nacional e a crença na necessidade de combater o comunismo na América Latina acabou por aproximar os oficiais e as próprias instituições – que superaram disputas históricas e territoriais – diante da necessidade da cooperação entre os países* (QUADRAT, 2002; p. 171). Estas colaborações podem ser vistas em diversos momentos neste período, como por exemplo a *Operação Trinta Horas* (PADRÓS, 2005; FERNANDES, 2009) e a *Operação Colombo* (QUADRAT, 2002).

Pocos días antes de la Navidad de 1992, una noticia muy singular dio la vuelta al mundo. En Paraguay, (...), donde comenzaba una controvertida transición a la democracia, se habían descubierto una buena parte de los archivos que confirmaban a leyenda negra de una de las dictaduras más temibles y largas de América Latina. (CALLONI, 1999; p. 11)

O achado deste arquivo resultou num dos primeiros trabalhos de Mariano sobre a Condor, contendo documentação e entrevistas sobre a complexa coordenação repressiva. Segundo ele:

As ditaduras que subjugaron o Cone Sul, nas décadas de 1970 e 1980, planejaram uma organização terrorista, secreta e multinacional para caçar adversários políticos. Era a Operação Condor, a aliança que interligou os aparatos repressivos da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Paraguai, da Bolívia e do Brasil. Agindo além das fronteiras, os sócios do Condor tinham permissão para prender, torturar, matar e ocultar cadáveres. Promoveram uma guerra de extermínio, sob patrocínio dos Estados. (MARIANO, 2003; p. 17)

A afirmação de Mariano se confirma a com documentação disponível no Arquivo do Terror, pois lá consta que em outubro de 1975 foi enviado, aos serviços de segurança dos países que formariam mais tarde a conexão, um convite para a primeira reunião de trabalho de Inteligência Nacional. Conforme consta no convite, a reunião aconteceria entre 25 de novembro e 01 de dezembro de 1975. Nesta reunião é que será formada a conexão que mais disseminou terror no Cone Sul.

Neste convite havia em anexo o conteúdo da primeira reunião de trabalho. A programação segundo o índice anexado: fundamentos, proposição, países participantes, sede do sistema e visão geral, esquema orgânico proposto, mecânica de consulta, programa geral, programa de trabalho, informações para os assistentes e encerramento. De todas as partes, as mais importantes deste documento são as dos fundamentos, proposição e mecânica de consulta.

Logo no início, na parte dos fundamentos, é apresentada a justificativa para a formação de uma conexão entre os serviços de informação, pois mostravam a subversão como um problema grave há muito tempo no continente. Segundo o documento:

Esta situación descrita, no reconoce Fronteras ni Países, y la infiltración penetra todos los niveles de la vida Nacional.

La Subversión, ha desarrollado Mandos Intercontinentales, Continentales, Regionales y Subregionales, centralizados para coordinar las acciones disociadoras.

(...)

En cambio los países que están siendo agredidos Político-Económica y Militarmente (desde adentro y fuera de sus fronteras), están combatiendo solos o cuando más con entendimientos bilaterales o simples “acuerdos de caballeros”.

Es para enfrentar esta Guerra Psicopolítica, hemos estimado que debemos contar en el ámbito Internacional no con un Mando centralizado en su accionar interno, sino con una Coordinación eficaz que permita un intercambio oportuno de informaciones y experiencias además con cierto grado de conocimiento personal entre los Jefes responsables de la Seguridad.²

Quanto a proposição, é apresentado como será o que eles chamam de “*Sistema de Coordinación de Seguridad*”. Logo, para se tornar operante, a Condor deveria formar e conter:

- Banco de Datos: “*un Archivo Centralizado de Antecedentes de Personas, Organizaciones y otras Actividades, conectadas directa o indirectamente con la Subversión*”³. Propunham que esse sistema fosse similar ao da INTERPOL francesa, só que destinado a combater a subversão. Ficava também descrito que a responsabilidade desse banco de dados estaria a cargo dos Sistemas de Informação de cada um dos países interessados a ingressar na Condor.
- Central de Informação: para que o banco de dados funcionasse com maior rendimento “*es necesario contar con un Sistema de Comunicaciones moderno y ágil, que permita cumplir con los principios de rapidez y oportunidad en la entrega de la información*”⁴. Este também seria responsável pelos Sistemas de Informação dos países participantes.
- Reunião de Trabalho: para acompanhar o andamento da coordenação repressiva fazendo com que cada país apontasse como estava a situação da subversão em seus Estados, era necessária a realização de reuniões de trabalho para discutir

² Documentos 01:1975-10-00 (00143F0011-0022), página 04. Disponível em <http://www.aladin.wrlc.org/gsd/cgi-bin/library?c=terror&a=d&cl=CL6&l=es>, visto no dia 25 de junho de 2008.

³ Documentos 01:1975-10-00 (00143F0011-0022), página 05. Disponível em <http://www.aladin.wrlc.org/gsd/cgi-bin/library?c=terror&a=d&cl=CL6&l=es>, visto no dia 25 de junho de 2008.

⁴ Documentos 01:1975-10-00 (00143F0011-0022), página 04. Disponível em <http://www.aladin.wrlc.org/gsd/cgi-bin/library?c=terror&a=d&cl=CL6&l=es>, visto no dia 25 de junho de 2008.

estas situações. Também oportunizava um melhor contato, ou entrosamento, entre estes chefes de Segurança dos países participantes.

Assim, a Conexão Repressiva Condor surgiu dentro da DINA, Serviço de Segurança do Chile, cujo chefe era Manuel Contreras⁵. Quando se encerra a reunião de trabalho, no dia 1 de dezembro de 1975, fica determinado que este sistema se chamaria Condor⁶, e ficam definidas as posições que cada país participante ocuparia dentro da conexão⁷:

Condor 1: Chile (o chefe do Serviço de Segurança era Manuel Contreras);

Condor 2: Argentina (o chefe do Serviço de Segurança era Jorge Casas);

Condor 3: Uruguai (o chefe do Serviço de Segurança era Jose Fons);

Condor 4: Paraguai (o chefe do Serviço de Segurança era Benito Guanes);

Condor 5: Bolívia (o chefe do Serviço de Segurança era Carlos Mena);

Condor 6: Brasil (na ata final não aparece a assinatura do chefe do Serviço de Informação do país⁸).

Mostraram também, durante a reunião, que a Condor contaria com três fases: a primeira fase com a montagem do banco de dados e da mecânica de consulta; a segunda a perseguição dos subversivos dentro da América Latina; e a terceira a fase internacional da coordenação com a vigilância dos subversivos nos Estados Unidos e Europa⁹. Desta última fase o Brasil não participou. Nilson Mariano complementa que:

Com a Operação Condor, as ditaduras derrubaram as fronteiras geográficas e políticas, aboliram tratados de proteção a refugiados e desrespeitaram regras de direito internacional. O horror passou a circular sem passaporte. Nas incursões além-fronteiras, não foram apanhados somente guerrilheiros e militantes marxistas – os alvos imediatos –, mas também ex-presidentes, ministros, parlamentares, generais legalistas, sindicalistas, estudantes, intelectuais. Enfim, todos que ousassem discordar. (MARIANO, 2003; p. 18)

⁵ Hoje se encontra em prisão domiciliar pelos crimes cometidos durante o período de regime civil-militar chileno.

⁶ Sugestão do chefe do Sistema de Informação do Uruguai, em homenagem a ave símbolo do Chile, já que era o país sede da reunião.

⁷ Mais tarde colaborarão Equador e Peru, sendo respectivamente Condor 7 e Condor 8.

⁸ A entrada oficial do Brasil na Condor ocorrerá apenas em 1976, porém, desde o início da formação da Coordenação o Brasil aparecia como um dos principais colaboradores.

⁹ Estudar a forma operativa da Conexão Repressiva Condor é muito complexo. A forma mais precisa que se pode fazer é estudar caso a caso como ocorreu esta coordenação. Atualmente existem muitos estudos de caso sobre o assunto, como por exemplo: BLIXEN, 1995; CARRIÓ, 2005; DINGES, 2005; MARIANO, 2006. Também existem muitos artigos sobre os estudos de casos disponíveis em sites de direitos humanos dos países do Cone Sul, e no próprio Arquivo do Terror.

Feitas as considerações sobre a como se estruturou a Condor, verificasse que a forma operacional de repressão do Condor seguiria a mesma lógica do Terrorismo de Estado¹⁰, cujo método era seqüestro, tortura, interrogatório. A parte final (detenção ou desaparecimento) ficava a cargo do país de origem do seqüestrado onde se decidia o que fazer com ele.

Assim, pode-se notar que muitos casos de desaparecimento de opositores das ditaduras civil-militares passam a ocorrer durante o período de atuação desta conexão.

5.1. VIGILÂNCIA DOS ESTRANGEIROS

A partir de 1974, intensificaram-se as informações vindas, principalmente do governo Uruguaio, solicitando vigilância de suspeitos de *subversão*. Verificamos também que a cooperação entre os regimes do Cone Sul iniciou antes mesmo da instauração da ditadura civil-militar em alguns países, como na Argentina, por exemplo, conforme observado no seguinte documento enviado pelo DOPS/RS, no ano de 1974:

1. DADOS CONHECIDOS:

1.1. MÁRIO ANTÔNIO EUGÊNIO PETTIGUIANI, ex-sd do Exército Argentino, que infiltrado na Fábrica Militar de “VILA MARIA” – Córdoba/RA, participou auxiliando os guerrilheiros da ERP quando do assalto à mesma. Encontra-se foragido.

1.2. DADOS PESSOAIS:

[...] Profissão: Operador de Imprensa. Cursos: Primeiro ano de Arquitetura.

1.3. CARACTERÍSTICAS:

Cor morena, olhos castanhos, nariz médio, lábios grossos, altura 1,68m, sem sinais particulares.

2. DADOS SOLICITADOS:

2.1. Prisão do nominado e comunicar a esta SOPS.

(SOPS/LV – 1.1.677.7.3)

A riqueza de detalhes, tanto das características físicas, quanto dos passos de atuação, leva a crer que este tipo de informe não foi montado por autoridades

¹⁰ Esta afirmação, somado ao fato da montagem das redes de informações, são os motivos para se afirmar que a Conexão Repressiva Condor é o extremo do Estado Terrorista.

brasileiras. Além do mais, a vigilância em solo estrangeiro era feita por agentes do país, visto quando abordada a situação dos exilados no Uruguai. Estas evidências apontam para uma colaboração entre os governos, mesmo antes de instaurado o golpe contra-insurgente na Argentina, em 24 de março de 1976. Porém, desde antes da deflagração do mesmo, percebemos a procura por parte das autoridades argentinas pelo elemento considerado *subversivo*. Além disso, notamos a ocorrência de colaboração antes mesmo da formalização entre as ditaduras civil-militares do Cone Sul, que foi a Coordenação Repressiva chamada *Operação Condor*, que teve sua primeira reunião de trabalho em fins de 1975.

Outro exemplo de colaboração foi com o Uruguai, porém isto já era esperado visto que o governo brasileiro sempre pressionou explicitamente as autoridades uruguaias para manter o controle e vigilância sobre os exilados brasileiros. Aqui o exemplo citado se refere a março de 1975 (lembrando que a formalização da *Operação Condor* ainda não havia ocorrido):

DADOS CONHECIDOS

CRISTINA PORTA, uruguaia, estudante, cursando provavelmente uma Escola Superior em nosso país. É procurada pela Polícia Uruguaia por ser subversiva.

DADOS SOLICITADOS:

Localização. Caso positivo, informe imediatamente a esta SOPS.
(SOPS/LV – 1.1.706.8.3)

Sobre a colaboração entre as ditaduras, agora já em anos de atuação da *Operação Condor* (informe repassado em março de 1976), pode observar-se, como nesta ordem de busca referida abaixo, que devido ao estabelecimento da conexão não era mais necessário indicar que o informe havia sido desenvolvido pelas autoridades uruguaias:

1.DADOS CONHECIDOS:

1.1. Segundo informação do Serviço de Inteligência do URUGUAI em Riveira deverá entra [sic] em atividade no Uruguai ou no Brasil, o terrorista japonês NORAD SASAKI, [...] membro do Exército Vermelho Japonês.

1.2. O nominado estaria pilotando um veículo marca DODGE, cor vermelha ou CORCEL com placa do Brasil, estando o mesmo acompanhado de um brasileiro.

1.3. NORID é técnico em explosivos, e seria procurado por um tribunal de justiça em TOKIO
(SOPS/LV – 1.1.755.8.3)

Primeiro, além de ficar clara a troca de informação entre os aparatos de repressão das ditaduras civil-militares, reforça-se a idéia de que a fronteira foi uma zona estratégica tanto para o Brasil quanto para o Uruguai, que desde 1973 se encontrava em ditadura de Segurança Nacional.

Neste outro informe, deixa bem explícita a solicitação de colaboração por parte das autoridades uruguaias:

1. DADOS CONHECIDOS:

Os abaixo relacionados, cidadãos uruguaios, processados e procurados pela prática de atividades subversivas no URUGUAI, para cuja captura as autoridades do país estão solicitando colaboração.

[...]

2. DADOS SOLICITADOS:

Informar a eventual presença de qualquer dos nominados.
(SOPS/LV – 1.1.786.8.3)

No final de 1976, foi enviado um documento similar ao informe acima exposto, porém contendo mais nomes e características detalhadas de cada suspeito, alertando que *estavam sendo procuradas pelas autoridades uruguaias por estarem envolvidos em atividades subversivas* (SOPS/LV – 1.1.791.8.3). Documento, igualmente contendo listas com nomes de uruguaios envolvidos com *subversão*, foi enviado em setembro de 1977 (SOPS/LV – 1.1.807.8.3), mostrando uma constante no controle de grupos de esquerdas uruguaios que poderiam estar no Brasil.

Contudo, o mais interessante, observado na documentação que trata da possível colaboração entre os aparatos repressivos da América Latina, foi um expedido em janeiro de 1978. São dois documentos repassados de uma só vez: um informe e um radiograma. O primeiro contém a seguinte informação, cujo assunto é a *Prisão de Estrangeiro – Instruções*:

1. As autoridades policiais deverão requerer a imediata presença do Cônsul nas dependências policiais, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo em dias em que não haja expediente normal e solicitar que o Cônsul assine um termo de comprometimento.

2. A Autoridade Consular estrangeira deverá ser solicitada, outrossim, a indicar os locais e telefone onde poderá ser encontrada fora dos horários do funcionamento da Chancelaria Consular.

3. O não comparecimento do Cônsul, por qualquer motivo deverá ser registrado nos autos do inquérito.

(SOPS/LV – 1.1.814.8.3)

A necessidade de reforço sobre a autoridade consular provavelmente se devia ao contexto de ação da Operação Condor, pois a lógica era a de interrogatório no local onde foi preso o suspeito, e depois envio para o país de origem, logo a necessidade da autoridade consular, para devolvê-lo e contatar as autoridades do país de origem. O outro documento, o radiograma, se refere à centralização das informações sobre estrangeiros que deveriam ser repassadas diretamente ao DCI:

ATENDENDO SOLICITAÇÃO SUPERINTENDENTE REGIONAL
DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL VG COMUNICAMOS
QUE TODA E QUALQUER INFORMAÇÃO REFERENTE
ESTRANGEIROS VG DEVERA SER CANALIZADA ATRAVÉS
DCI/SSP/RS.
(SOPS/LV – 1.1.814.8.3)¹¹

Porém, não era somente com o Uruguai que o Brasil mantinha estreita ligação de colaboração. Igualmente com a Argentina a colaboração foi iniciada antes do golpe – como vimos acima – e logicamente mais acirrada com a instauração da ditadura de segurança nacional. Um exemplo disso pode ser visto no seguinte documento de dezembro de 1976, que foi repassado diversas vezes aos aparatos de segurança:

1. Terroristas argentinos integrantes das organizações “EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DO POVO – ERP” e “MONTONEROS” receberam orientação de seus chefes para procurarem homiziar-se em território brasileiro.

Aqui, **aguardariam a diminuição da pressão anti-subversiva na REPÚBLICA ARGENTINA** [grifo meu], para onde regressariam quando a situação fosse menos desfavorável.

No momento, a identificação do combate contínuo à subversão empreendido pelas FFAA e de SEGURANÇA argentinas impondo contínuos revezes às principais organizações terroristas, tem forçado um retraimento geral.

2. Em conseqüência, os terroristas argentinos poderão penetrar em nosso território através de diversos pontos e utilizando os mais diferentes meios de transportes, explorando os atuais tratados recíprocos que facilitam o trânsito dos respectivos nacionais.

DADOS SOLICITADOS:

a) Manter rígido controle sobre a permanência de argentinos em nosso território coibindo qualquer situação irregular.

b) Deter e identificar todo o estrangeiro encontrado em situação irregular no País, encaminhando-o para o SR/DPF (DPF) para a observância estrita [...].

c) Caso ocorra tal detenção, informar a este Departamento.

¹¹ Atendendo solicitação superintendente regional departamento de policia federal, comunicamos que toda e qualquer informação referente estrangeiros, deverá ser canalizada através DCI/SSP/RS.

(SOPS/LV – 1.1.792.8.3)

O trecho grifado é devido ao *engano* cometido pela esquerda na busca de refúgio no Brasil, pois sabia-se da situação do Brasil, mas acreditava-se que a situação aqui estava *mais amena* do que em seu país. Observa-se mais uma vez, que a mesma pressão que o Brasil realizava nos outros países para que houvesse cuidado com a atuação dos exilados brasileiros, agora a Argentina e Uruguai faziam o mesmo tipo de “pedido de ajuda”.

Este controle realmente foi realizado, como pode ser observado, dois anos depois, quando repassado documento (em junho de 1978), cujo assunto principal era a Copa do Mundo que se realizaria na Argentina. Havia preocupação com a volta elementos *subversivos* foragidos:

Em julho de 1978, realizar-se-á, na Argentina, o Campeonato Mundial de Futebol.

As autoridades Argentinas estão preocupadas com o retorno, ao país, de elementos subversivos foragidos que poderão praticar ação de Terrorismo.

A baixo relacionados nomes e dados de qualificação de elementos subversivos foragidos pertencentes a diversas Organizações Subversivas que vem atuando na República Argentina.

(SOPS/LV – 1.1.826.8.3)

Total conhecimento das autoridades brasileiras dos exilados como no exemplo:

_____, vulga “LULY”, nascida na Argentina em 1952, [...], Organização Montoneros, posto que ocupa: Frente Docente em Rio de Janeiro.

_____, vulgo “RICARDO”, nascido na Argentina em 1948, Organização Montoneros, posto que ocupa: em Rio de Janeiro.

(SOPS/LV – 1.1.826.8.3)

São exemplos que demonstram a colaboração entre os aparatos de informação, principalmente da Argentina e Uruguai com o Brasil, reforçando a tese de parceria natural entre os países no combate à subversão. Mostra também o papel de líder que o aparato brasileiro conquistou, sendo o Rio Grande do Sul ponto estratégico entre os três países.

Dentro deste contexto, o controle sobre exilados passou a ser mais efetivo a partir de 1977, pois uma série de normas para o tratamento com exilados e estrangeiros estavam sendo expurgados. Foi enviada uma série de normas de ação para preceder em

caso da entrada dos *alienígenas*. Neste mesmo ano, o DOPS/RS elabora um documento e dissemina para as SOPS, denominado *Exilados – Normas de Ação*:

1. O Governo Brasileiro adotou as seguintes medidas de procedimento para atender aos acordos de regresso de subversivos brasileiros que se exilarem, particularmente dos que possuam registros.
2. Quanto aos “PASSAPORTES”
 - a) Será concedido ou reavaliado, de forma restrita para um determinado país, ou não.
 - b) Será negado, obrigando o interessado a recorrer à JUSTIÇA, caso o interessado deseje
3. Quanto ao “TITULO DE NACIONALIDADE”
 - a) Aos condenados pela JUSTIÇA que serão presos imediatamente a chegada e recolhidos a prisão.
 - b) A outros implicados que serão detidos pelo prazo de dez dias, mesmo os que já tenham cumprido pena. Essa detenção permitirá investigar suas atividades e ligações no exterior. Ao término desse prazo, os elementos serão liberados ou requerida a prisão à autoridade judiciária.
4. **No caso de regresso de subversivos dos países com os quais o BRASIL mantém convênio dispensando a exigência de passaporte, sendo necessária apenas a “CÉDULA DE IDENTIDADE (ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI, CHILE, etc.), os mesmo deverão ser enquadrados no n° 3**
[grifo meu].
(SOPS/CS – 4_.4775.59.17)

No item destacado podemos observar tanto a metodologia de controle dos passos dos tidos como *subversivos*, quanto a cooperação estabelecida para a manutenção desta vigilância entre os países *conveniados*.

No final do ano de 1977, foi expedido um documento de caráter urgente sobre a questão dos consulados:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em vista da crescente presença de brasileiros no exterior, as autoridades consulares brasileiras estão recebendo instruções no sentido de solicitar toda a cooperação possível as autoridades policiais estrangeiras, no termos do Artigo 36, da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, de 1963, para que lhes seja imediatamente comunicada a detenção de cidadãos brasileiros. Com o objetivo de garantir maior assistência e proteção consular aos nacionais. Tendo presente que, na base da reciprocidade, se faz necessário, também do lado brasileiro, estreitar a cooperação no sentido, muito agradecida a Vossa Excelência o obséquio de instruir as autoridades policiais, federais e estaduais, a dar mais estreito cumprimento ao mesmo artigo 36 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares,

sempre que ocorrer prisão de estrangeiros, dando conhecimento imediato do cônsul de sua nacionalidade.
(SOPS/CS – 4._.4782.59.17)

Após, em anexo, foi enviada uma relação com todo o corpo consular do Rio Grande do Sul. Aqui, o curioso é o tipo de assistência a que o governo se referia e qual a real intenção deste fato. Cabe aqui a questão: estariam sendo cumpridores das regras ou esta era mais uma artimanha elaborada para maquiagem as reais intenções de utilização dos representantes consulares para saber os passos dos procurados pelo Cone Sul durante os anos da Conexão Repressiva Condor.

Por fim, as instruções no caso de detenção de estrangeiros. O documento *Prisão de Estrangeiros – Instruções*, encaminhado as SOPS, instruía que:

[...] instruções a serem difundidas a todas as unidades da BM/RS e Delegacias Regionais de Polícia do Rio Grande do Sul sobre a prisão de estrangeiros.

[...]

A autoridade consular estrangeira deverá ser solicitada, outrossim, a indicar os locais e telefones onde poderá ser encontrada fora dos horários de funcionamento da Chancelaria Consular.

O não comparecimento do Cônsul, por qualquer motivo, deverá ser registrado nos autos do Inquérito.

(SOPS/CS – 4._.4782.59.17)

O documento acima exposto, ressalta a necessidade de se fazer presente a autoridade do Cônsul. Assim, preso um estrangeiro, imediatamente o Cônsul do país de origem deveria ser informado.

Todos estes relatos nos ajudam a demonstrar que, sanados os problemas com a *subversão* no estado do Rio Grande do Sul após as *operações limpeza*, o aparato de vigilância e informação voltava-se, de forma mais rigorosa, para a ajuda com os outros estados do Cone Sul. Cumpria-se assim uma dupla função: a ajuda com os demais aparatos de repressão e informação do sul da América Latina que estavam se formando, e garantiam que o *saneamento* da *subversão* ocorrido no estado se mantivesse.

5.2. O REGIME É INOCENTE

Em 1979, foi enviado um artigo para ser difundido por todo o Estado, manifestando a inocência e o caráter de defesa do regime de Segurança Nacional. Lembrando que este foi o ano em que já estava em andamento a *abertura lenta, gradual e segura*. Para o Rio Grande do Sul, este foi um ano chave, pois começou a ser desvelado o *Sequestro dos Uruguaios* e as denúncias contra os crimes cometidos pela ditadura de Segurança Nacional brasileira. No mesmo período, os crimes das demais ditaduras da América Latina também acabaram vindo à tona, ganhando repercussão mundial, principalmente pelas organizações de direitos humanos. Numa tentativa de se defender, este artigo foi elaborado pela Secretaria de Segurança Pública para ser difundido pelo Estado.

Assim, com as denúncias feitas sobre crimes cometidos contra os direitos humanos, em tentativa de defesa, o aparato vai mostrar a sua versão sobre o acontecimento. Tentando inocentar-se, acusa os *subversivos* de grandes corruptores da sociedade e apontam os defensores dos direitos humanos como cúmplices da *bandidagem*. O artigo foi dividido em vários níveis de argumentação pelos agentes da repressão que elaboraram o artigo. Um deles (o que será apresentado aqui) aborda o campo psicossocial no qual menciona a propaganda feita interna e externamente sobre os métodos cruéis de tortura no Brasil:

Paradoxalmente, os terroristas, que introduziram no Brasil os piores atos de violência até então desconhecidos, contra a indefesa população, praticando assaltos, roubos, assassinatos, raptos, seqüestros, incêndios, atos de sabotagem, e lançamento de bombas, são aqueles que mais procuram, hoje, principalmente junto ao povo e autoridades, fazer crer ser o nosso País onde se pratica maior número e as mais cruéis torturas nos subversivos que caíram nas malhas da Lei.

(...)

A propaganda atualmente feita no Brasil e no exterior, através da imprensa contaminada de comunistas – jornais e revistas de grande circulação e pseudo cartas de presos, apócrifas – tem provocado escândalo nacional e internacional, exigindo inclusive, a intervenção de elementos da ONU a fim de fiscalizar as prisões de brasileiros a fim de por paradeiro às “maldades” que estariam aqui sendo praticadas. (SOPS/CS – 4._.4810.60.17)

Lembrando novamente que é neste ano que se iniciaram as ondas de denúncias

sobre a situação das ditaduras na América Latina: protestos para que Flávia Schilling¹² fosse libertada da prisão no Uruguai, exigindo com que o Brasil tomasse providencias; cartas que Lilián Celiberti¹³ conseguiu mandar da prisão para seus familiares de forma secreta aparecem. O presidente dos EUA se colocou completamente contra a situação dos crimes cometidos pelas ditaduras e a questão dos direitos humanos estava latente pelo mundo.

Sobre a questão dos Direitos Humanos, fala-se que a *finalidade é apenas intimidar os Órgãos de Segurança* (SOPS/CS – 4._.4810.60.17). Após seguem qualificando os jornalistas e órgãos dos direitos humanos como cúmplices da *subversão*, pois escrevem *Artigo de torturas, acusando policiais que infligiram bestial tratamento a presos marginais, são diariamente publicados nos jornais, nos quais são defendidos esses anormais como reivindicadores, pobres inocentes, vítimas da repressão, etc* (SOPS/CS – 4._.4810.60.17).

Inteiramente dedicado a se defender e passar a imagem de pacificador, o artigo vai elencando uma série de relatos nos quais se julgavam inocentes:

É também interessante ressaltar, as pseudo-vítimas não são homens honestos cidadãos mais sim elementos marginais que tem na consciência inúmeros crimes, tais como homicídios, estupros assaltos, seqüestro, e toda sorte de violência e anarquia.

(...)

Jovens universitárias, completamente despidas, teriam recebido surras aplicadas com cinturões, manejados por elementos que se revezavam, até obterem confissão das acusadas, além de choques e pauladas nos órgãos genitais.

(...)

Além de empregar torturas já conhecidas – sevícias, descargas elétricas, privações de toda sorte – cada Órgão de Segurança, cada cidade do Brasil teria suas técnicas próprias. (SOPS/CS – 4._.4810.60.17)

Colocavam ainda no artigo denúncias que estavam sendo publicadas, dando a entender que os fatos divulgados pelos opositores era algo impossível de acontecer. Ainda se defendiam mais dizendo que “É profundamente lamentável que se procure denegrir o nosso país, acusando as nossas autoridades de empregarem processos

¹² Brasileira que foi presa no Uruguai, e lá foi mantida em cárcere por sete anos na prisão política de Punta Rieles. Durante o período em que esteve presa, foram intensas as manifestações para a sua liberdade, quando força quando ocorreu o caso do *Sequestro dos Uruguaios*.

¹³ Uruguiaia que residia no Brasil foi presa em 1978, no célebre caso do *Sequestro dos Uruguaios* (CUNHA, 2008; INVESTIGACIÓN HISTÓRICA SOBRE DETENIDOS DESAPARECIDOS, 2007; FERRI, 1981; LIEBERKNECHT, 2008; PADRÓS, 2005; PADRÓS, 2007)

condenáveis e o nosso povo tolerar práticas desumanas (SOPS/CS – 4._.4810.60.17)”.

Em seguida utilizam depoimento, como sendo de um preso político, como forma de argumentação:

A exploração das torturas coincide com nosso interesse, pois “capitaliza” a simpatia da massa popular. O terrorista não se surpreende – a indignação pública que provoca tem caráter político -, pois as mortes e ferimentos que ele causa são divulgadas amplamente e fazem com que perca a simpatia da população, enquanto que as pressões que os interrogadores utilizam, sem as quais nunca obteriam confissões, também causariam antipatia e são resguardadas do conhecimento do povo geral. Fica caracterizada, assim, a enorme importância que devemos dar às campanhas anti-torturas, geralmente de iniciativa de “bem-intencionados” que são inocentes úteis às frentes subversivas. Essas campanhas fazem de seus incentivadores e orientadores aliados preciosos o nosso ideal de derrubada do governo e implementação do regime comunista. (SOPS/CS – 4._.4810.60.17)

Claro que não é mencionada a circunstância em que se obteve o depoimento, quem era o preso político ou qualquer outra informação que pudesse ser utilizada como forma de confrontar o que estava sendo dito. Mais uma vez, mostra-se a manipulação da informação (“do saber”) como forma de construir o discurso a ser difundido, conforme a verdade que o regime queria que fosse divulgada.

Logo depois da transcrição do depoimento acima, é transcrito um trecho do suposto documento da VAL-PALMARES, cujo conteúdo apresentava o tema da mobilização dos partidos, para usar a campanha dos direitos humanos em favor de suas lutas. Logo após a transcrição do documento, apresentam que:

O estado de ordem e tranqüilidade em que vive agora o País, entregue todas os seus quadrantes ao trabalho criativo, demonstra sobjamente [sic.] que os Órgãos de Segurança alcançaram êxito no combate a subversão. A tarefa não foi fácil. Os Órgãos de Segurança – para usarmos aqui da expressão generalizada – deixaram-se atrasar no processo de modernização que deles se exigia e isto se refletiu no nível de sua eficiência. (SOPS/CS – 4._.4810.60.17)

A partir de então, iniciando com este parágrafo acima, começam as glorificações dos órgãos de segurança, apresentando o quanto eles foram importantes para que conseguissem atingir todos os objetivos ao qual se pretendia o Estado Terrorista. Seguem então falando da atuação dos órgãos e de como ele precisou se reformular para atender às novas demandas sociais, até chegar ao seu estado de

“perfeição”:

Os órgãos de Segurança souberam preservar, a tempo, a paz interna, o pacto social indispensável à segurança do indivíduo.

O Estado tinha no desafio da contestação pela violência um sério obstáculo a remover. (...) Mas sua função está longe de exaurir-se no cumprimento de tão notabilidade tarefa. Toca-lhe, uma segunda etapa, a consolidação dos objetivos tão arduamente conquistados para preservar a sociedade na luta contra a desordem e anarquia. Somente a vigilância constante – pré-requisito da segurança individual, introduzida pela tranqüilidade de que goza o País permitirá maior colheita de benefícios. (SOPS/CS – 4._.4810.60.17)

E segue:

O Sistema de Segurança cresceu e aperfeiçoou-se proporcionalmente à onda de violência. Torna-se agora necessário preservá-lo dos ataques intimidatórios, particularmente da imprensa e de elementos desclassificados, fazendo constantemente a revisão de métodos e critérios, possibilitando ao Estado evitar o mais possível a violação das regras fundamentais exigidas para a defesa da sociedade democrática. (SOPS/CS – 4._.4810.60.17)

E ainda complementa o pensamento com a idéia legitimadora do golpe, de que os problemas da sociedade somente poderiam ser resolvidos com um governo forte que garantisse o bem e a paz. Aqui focado nos órgãos de segurança, pois foram os seus agentes que mantiveram a “ordem”: *O cidadão, em face de possível intimidação aos órgãos de segurança, ficaria cada vez mais desprotegido na medida em que se constatar uma difusão de autoridade. O exercício do poder de polícia deve ser constante, honesto, criterioso e imbatível* (SOPS/CS – 4._.4810.60.17).

Entende-se então, que mesmo em tempos de abertura política, os órgãos de segurança ainda viam a sociedade como um caos e a *subversão* uma constante dentro da sociedade. Logo, dão a entender que a população ainda não está preparada para uma abertura (se mostra facilmente corruptível pelo discurso oposto), e ainda complementam com o pensamento estigmatizado na cultura brasileira de que problema social é caso de polícia.

Por fim, encerram o artigo falando que *as denúncias bombásticas e o vedetismo jornalístico a nada conduzem que possa ser encarada com seriedade* (SOPS/CS – 4._.4810.60.17). Desacreditando o trabalho do jornalista, já que neste

período estão conseguindo, através do caso do *Seqüestro do Uruguaios*¹⁴, denunciar os crimes cometidos contra os direitos humanos. Também, mais uma vez reforçando, presente ao longo de todo o documento, o uso da informação como uma forma de poder na medida em que elas estão sendo manipuladas em favor da legitimação do regime e para a verdade que se queria transmitir. São usados todos os tipos de argumentos para mostrar que, toda a campanha pelos direitos humanos e mobilização contra as práticas violentas empregadas pelo regime, foi feita pelos *subversivos*, logo quem os apoiava era igualmente um inimigo da segurança nacional. Como ainda não se tinha uma contraversão, somente a da imprensa, que estava sendo associada como corrompida pela *subversão*, fica claro o exemplo de manipulação da informação como forma de condução da opinião da sociedade civil.

O artigo teve recomendada a difusão sem restrições de sigilo. Assim, pode se deduzir que foi um artigo preparado com o principal objetivo de ser difundido (e o conteúdo deixa bem claro isto). Isto pode ser notado, pois como foi demonstrado acima, todo o documento produzido possui algum tipo de restrição.

¹⁴ O seqüestro ocorreu na cidade de Porto Alegre, no dia 12 de novembro de 1978, onde foram levados Lilián Celiberti, seus dois filhos Camilo (oito anos) e Francesca (três anos) e Universindo Diaz por policiais brasileiros e uruguaios. Lilián consegue “burlar” os policiais e voltar para Porto Alegre, onde a imprensa conseguiria ser testemunha do caso.

As denúncias começam a ser publicadas nos jornais no dia 21 de novembro, porém sem grande repercussão, até que chega na cidade de Porto Alegre dona Lilia Celiberti, mãe de Lilián. Assim, a imprensa construirá a imagem dela para dar maior visibilidade ao caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Não se consolida uma democracia
com cadáveres insepultos.
E nós temos muitos”
(Maria Amélia Teles)*

O objetivo deste trabalho foi analisar as motivações que levaram à montagem de um aparelho de informação tão específico no Estado do Rio Grande do Sul, no contexto específico de sua funcionalidade burocrática que foi de 1964 a 1982.

A *Comunidade de Informação* no Rio Grande do Sul apresentou como peculiaridade as Seções de Ordem Política e Social (SOPS), espalhadas estrategicamente em dez regiões do Estado que formaram uma malha de informação bastante eficiente e bem articulada quanto ao controle populacional. Estas SOPS funcionaram como *braços operacionais do DOPS/RS*, cuja característica principal foi a filtragem de informes provenientes das cidades que faziam parte de suas áreas de atuação.

O Rio Grande do Sul tradicionalmente é um espaço de atuação política estratégico, não só pelo caráter politizado da população, mas principalmente pela localização fronteiriça que faz do Estado, em momentos políticos turbulentos, a principal rota de fuga de opositores ao longo da história do Brasil.

No contexto da ditadura civil-militar não foi diferente, pois desde o início da deflagração do golpe o Estado já havia sido decretado como zona de Segurança Nacional, principalmente porque, somado a tradição, durante o processo que resultou no golpe contra-insurgente de 1964, o Rio Grande do Sul já apresentava resistência ao projeto proposto pelos militares fortemente organizada, concentrada principalmente na figura de Leonel Brizola. A partir disto, levantamos três hipóteses norteadoras de pesquisa, na qual, ao longo do trabalho realizado foram confirmadas.

A primeira hipótese levantada foi quanto à posição geopolítica estratégica que o Rio Grande do Sul apresentava, pois servia como uma espécie de estado tampão frente à dupla possibilidade de ação *subversiva* de entrada e/ou saída de opositores da ditadura civil militar. Este perigo era iminente na região devido à zona de fronteira com o Uruguai e a Argentina, e a zona portuária de Rio Grande. Outra necessidade de se manter o estado livre da *subversão* era pelo projeto geopolítico expansionista de

Golbery do Couto e Silva, que agregava Uruguai e Argentina como *parceiros naturais* do Brasil.

A segunda hipótese levantada foi quanto à questão da possibilidade de saída da *subversão*, a qual verificamos principalmente a partir da montagem da *Operação Minuano*, pois os movimentos de esquerda se concentraram no Rio Grande do Sul para possível tentativa de fuga do país para escapar da repressão. Aproveitando a questão da fronteira, visavam também a conseguir mais facilmente armamento e ajuda de outros grupos revolucionários estrangeiros (no caso da Argentina e do Uruguai). Prevendo esta possibilidade e estando devidamente preparados para a ocasião, como verificamos, poderíamos usar a metáfora que o Rio Grande do Sul funcionou como uma *ratoeira*¹, pois com a ajuda das SOPS ficava muito mais fácil encontrar os inimigos. A eficiência deste tipo de estratégia foi tanta que no ano de 1972 a *subversão* – no caso os grandes grupos organizados de esquerda –, era tida como eliminada do Rio Grande do Sul.

E, por fim, a terceira hipótese tratava da possibilidade de volta articulada dos exilados políticos e a penetração da *subversão*. A penetração da *subversão* está ligada principalmente à idéia de que o aparato de informação e repressão tinha que os ex-líderes do período democrático estariam financiando a formação e treinamento de guerrilha armada, conseqüentemente, formando um movimento de luta armada que penetraria no Brasil para a tomada do poder. Em relação à volta rearticulada, o medo foi devido ao fato de que grande parte dos exilados políticos, principalmente Leonel Brizola, estavam concentrados em Montevideú, preparando-se para adentrar ao país de forma mais. Esta preocupação, sobretudo até 1967, centrou-se no grupo que circundou Leonel Brizola e foi intensa a ponto de exigir que o governo brasileiro fizesse constante pressão sobre as autoridades uruguaias para controlar o grupo de exilados que estavam no país. A partir de 1974, com o desencadeamento dos golpes civil-militares no Cone Sul, o temor maior manifestava-se com a possibilidade de entrada de *subversivos* vindos de outros países que buscavam refúgio no Brasil e entravam principalmente pelo Rio Grande do Sul, demonstrando a conexão entre os aparatos de repressão e informação

¹ Expressão utilizada como metáfora para explicar a situação que ocorreu na Argentina, pois com o desencadeamento dos golpes de Segurança Nacional no Cone Sul, os militantes políticos iam se refugiando em outros países da região onde ainda não teriam ocorrido os golpes, logo no ano de 1976 na Argentina estava a grande concentração de *subversivos*, e deflagrado o golpe em 24 de março de 1976 a região foi utilizada esta representação. Utilizamos a mesma metáfora, pois entendemos que no Rio Grande do Sul, com a articulação da *Operação Minuano*, a situação parecida foi verificada, visto que integrantes de diversos estados das organizações de esquerda estavam se concentrando na região.

que ocorreu a partir deste período – consolidado na formação da conexão repressiva chamada da *Operação Condor*.

As Seções de Ordem Política e Social foram seções especiais localizadas dentro de dez Delegacias Regionais espalhadas no interior do Rio Grande do Sul subordinadas ao Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul. Todas seguiam os padrões burocráticos condizentes com a estrutura organizacional montada, visto que este *padrão* foi fundamental, tanto para a *Comunidade de Informação* do estado atuar de forma mais rápida, quanto para, através da burocratização do serviço, separar a população dos agentes de vigilância. Portanto, mesmo estando em regiões mais longínquas da capital, operavam da mesma forma que o DOPS/RS quanto à questão burocrática da vigilância sistemática.

Deste modo, as seções cumpriam ordens de envios de resumos diários de informações relatando todos os acontecimentos tidos como suspeitos (os envios dos relatórios eram realizados mesmo não havendo nada de errado); repassavam informações, quando necessário, às demais delegacias regionais que eram subordinadas a SOPS da localidade; em suma, totalmente burocratizada, atendiam à vigilância local produzindo informes em rígidos padrões que eram estabelecidos pela *Comunidade de Informação* através de manuais, repassadas as seções.

A pesquisa nos confirma que em momento algum a repressão ficou distante dos pequenos centros urbanos, ao contrário, entendendo a estruturação e como procediam as Seções de Ordem Política e Social dentro da *Comunidade de Informação* do Rio Grande do Sul, verificou-se que todas as cidades do Estado estavam sob vigilância constante e tudo o que se passava nelas eram remetidas às SOPS para que então processassem as informações, ou seja, filtrando os informes, e enviassem ao DOPS/RS como forma de relatórios diários. A partir disto, torna-se possível afirmar e entender que as SOPS, como parte integrante da *Comunidade de Informação* estruturada no Estado, foi responsável por disseminar a *cultura do medo* através da vigilância sistemática sobre a população, cumprindo de forma exemplar a função de aplicação do terror em seu nível estratégico e controle.

Visto isso, hoje poderia responder ao meu professor, frente à sua fala de que a ditadura só atingia aos grandes centros urbanos, que ele estava equivocado. A repressão e a vigilância ocorreram nos mais longínquos recantos do estado. E que ele continuava tocando *A Internacional* em seu toca disco e nada sofrera, pois provavelmente deve ter sofrido investigação e nada foi encontrado sobre ele (nem em seu passado, nem no

presente que o ligasse com algum grupo ou comportamento do inimigo), assim não o qualificá-lo como subversivo. Como todo o processo investigativo ocorria de forma sigilosa ele não teria noção que estava sendo investigado, logo não sofreu conseqüências, afinal de contas, *CONHECE TEU INIMIGO MAS NÃO DEIXA ELE TE CONHECER*, frase que bem resume a metodologia de operação dos serviços de informação que agiam de forma silenciosa e moldavam a sociedade fazendo com que hoje ainda algumas pessoas reproduzam o tipo de discurso acima exemplificado.

REFERÊNCIAS

1) FONTES:

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico*. 1975.

_____. *Manual Básico*. 1976.

_____. *Manual Básico*. 1977-1978.

_____. *Doutrina Básica*. 1979.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. *Noções sobre Guerra Revolucionária*. 1963.

a) Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Sub-fundo: Serviço de Ordem Política e Social (SOPS).

b) Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo Particular: CPI da Espionagem Política.

c) PROJETO “BRASIL: NUNCA MAIS”. *Perfil dos Atingidos*. Tomo III. 1985

2) BILIOGRAFIA CONSULTADA:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Santa Catarina: EDUSC.

AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira. *O Satânico Doutor GO: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação de Mestrado apresentada pelo programa de pós-graduação em Ciências Sociais. PUCSP, 1999.

BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI. O retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de Polícia Política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2006.

_____. *O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): Terrorismo de Estado e ação de Polícia Política durante a ditadura civil-militar brasileira*. Revista *Àgora*, Vitória, n.5, 2007, p. 1-31.

_____. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. Tese de Doutorado em regime de tutela apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da UFRGS e ao Departament d'Història Contemporània da Universitat de Barcelona, 2011.

BAYLEY, David H. *Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa*. São Paulo: USP, 2001.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

BLIXEN, Samuel. *El vientre del Cóndor: del Arquito del Terror al caso Berríos*. Uruguay: Brecha, 1995.

BONASSO, Miguel et, al. *Terrorismo de Estado: el papel internacional de EEUU*. Navarra: Texaplarta, 1990.

BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Jürgen Habermas e Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In.: O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOVA, Sérgio. *Polícia*. In.: Bobbio, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de Política*. Volume 2. Brasília: UnB, 2004.

Brasil: Nunca Mais. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CALLONI, Stella. *Operación Cóndor: los Años del Lobo*. Buenos Aires: Continente, 1999.

CARRIÓ, Alejandro. *Los crimes del Cóndor: el caso Prats y la trama de conspiraciones entre los servicios de inteligencia del Cono Sur*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 1970*. Tese de Doutorado defendida pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2007.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

CHILD, Jack. *El pensamiento geopolítico*. In.: GOODMAN, Louis W.; MENDELSON, Johanna; RIAL, Juan (org.). *Los militares e la democracia: el futuro de las relaciones cívico-militares en America Latina*. Montevideo: Peitho, 1990.

COELHO, Edmundo. *Em busca da identidade. O exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COLLIER, David (org.). *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia de Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina*. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CRUZ, Eduardo Lucas de Vasconcelos. *Cultura Política e Nacionalismo nas Forças Armadas (1964-1979)*.

CUEVA, Augustín. *Teoria Social y procesos políticos en America Latina*. México: Edicol, 1979.

CUNHA, Luis Cláudio. *Operação Condor: o Sequestro dos Uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista Argentino*. Buenos Aires: El Caballito, 1983.

_____. *El Estado Terrorista Argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico*. 1975.

_____. *Manual Básico*. 1976.

_____. *Manual Básico*. 1977-1978.

_____. *Doutrina Básica*. 1979

FERRI, Omar. *Seqüestro no Cone Sul: o caso Lilian e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

FERREIRA, Oliveira. *A Geopolítica do Brasil revisitada*. In.: Revista Política e Estratégica. Vol. II. N°4. São Paulo: Convívio, 1984.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2009.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Pensamento dos Militares em Política Internacional (1961-1989)*.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Ática, 2003.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos e Wasserman, Claudia. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

HUGGINS, Martha K. *Polícia Política: Relações Estados Unidos/ América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Operários da Violência: policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras*. Brasília: UnB, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *O Presente como História*. In.: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.

Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos. *Contexto represivo, coordinación regional, centros de reclusión y testimonios*. Tomo I, 2007.

LAGOA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LE GOFF, Jacques. *A visão dos outros: um medievalista diante do presente*. In.; CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

LIEBERKNECHT, Vanessa. “*Eles nos pariram*”: análise da construção da figura da mãe/avó Lilia Celiberti pela Revista VEJA no caso que ficou conhecido como “*Seqüestro dos Uruguaios*” (1978 a 1980). Trabalho de Conclusão de Curso defendido pelo Curso de História da PUCRS, 2008.

LIMA, Roberto Kant de. *Cultura Jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 10, vol.4. 1989. P. 65-84.

MARIANO, Nilson Cezar. *Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Dissertação de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2006.

_____. *As Garras do Condor: como a ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. São Paulo: Papyrus, 1995.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *As forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1978.

O'DONNELL, Guillermo. *Contrapuntos: ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no ay. Terrorismo de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Dois Tomos. Tese de Doutorado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2005.

_____. *Elementos Constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras Civis-Militares de Segurança Nacional Latino-Americanas*. In.: *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006.

_____. *O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao vôo rasante da Operação Condor em Porto Alegre*. Revista Ciências e Letras. Porto Alegre: FAPA, número 41. P. 359-389.

_____. *História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos*. Revista Tempo e Argumento, vol. 1, n.1 jan/jun. Florianópolis: PPGH, 2009. P. 30-45

PROJETO “BRASIL: NUNCA MAIS”. *Perfil dos Atingidos*. Tomo III. 1985.

QUADRAT, Samantha Viz. *Operação Condor: o “Mercosul” do terror*. Revista de Estudos Ibero-Americanos, Vol. XXVIII, nº1. Porto Alegre: PUCRS, 2002. P. 167-182.

RECKZIEGEL, Ana Luiza S. *A diplomacia marginal. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF, 1999.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FVG, 2003.

REZENDE, Maria José. *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e legitimidade (1964-1984)*. Londrina: UEL, 2001.

REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

RIDENTE, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

RIQUELME, Horacio. *Era de Névoas: direitos humanos, terrorismo de estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUSC, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A Política Armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *¿ Guerra de todos contra quién? La necesidad de definir “terrorismo”*. In.: GHOUGASSIAN, Khatchik. *Escritos sobre terrorismo*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.

SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamarati*. São Paulo: Global, 1981.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

SILVA, Golbery do Couto e. *Planejamento Estratégico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

_____. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

_____. *Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TAPIAVALDÉS, Jorge A. *El Terrorismo de Estado: la Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur*. México: Nueva Imagen, 1980.

TOURAINÉ, Alain. *América Latina: Política y Sociedad*. Madrid: Espasa-Calpe, 1989.

ANEXO I

(SOPS/LV – 1.1.528.6.3)



Pôrto Alegre, RS, 15 Mai 67

Assunto: GUERRILHAS NA AMÉRICA LATINA
Origem: ONDA
Classificação:
Difusão: DOPS/RS - Delegados Regionais
Referência: -.-.

Palácio Civil
Relatório de Invest. sul-H
em 23/5-67
aj.

ORDEM DE BUSCA N.º 59/67 - SCI/RS

1 - INFORME:

*Arquivado Recel
de 23/5/67*
aj.

- a) - Cêrca de 3.000 guerrilheiros, preparados em áreas de treinamento cubanas, deverão deixar aquele país nos próximos meses, com destino à América Latina. Esses guerrilheiros foram preparados dentro de uma nova concepção de GUEVARA, segundo a qual todo o sucesso da guerrilha se baseia em sua mobilidade e em sua capacidade de diluição, não podendo, por isso mesmo, contar com mais de 10 homens.
- b) - Cada guerrilha possui três elementos preparados em área de treinamento, sendo os demais recrutados e organizados na própria área de atuação. Esses três elementos são o Chefe, o encarregado do abastecimento e o encarregado das comunicações, que agem dentro de um esquema geral de coordenação das guerrilhas entre si.
- c) - Embora se faça constante a remessa de armas e suprimentos pelos barcos da Frota Pesqueira Cubana, o novo princípio é o de que as guerrilhas devem ser autônomas, lutando por conseguir o próprio armamento e os suprimentos de que irão depender. Isto não só diminui os encargos cubanos de manutenção das guerrilhas, como ativa o espírito de luta do guerrilheiro, aumentando de sua audácia, até por questão de sobrevivência.
- d) - A entrada desses guerrilheiros na América Latina será processada "por infiltração", usando procedências diversas e passaportes falsificados. Sabe-se que alguns chefes já seguiram a Paris de onde se trasladarão à América Latina. Outros seguirão via GUINÉ, MÉXICO, VENEZUELA, GUIANA, etc., de modo a dificultar a trabalho das autoridades repressoras. Foi afirmado, ainda, que o CHILE tem facilitado grandemente a obtenção de passaportes falsos.
- e) - A provável zona de concentração e atuação desses guerrilheiros será a Mesopotâmia Argentina, incluindo o Território das Missões, a parte Sul do PARAGUAI, a região do CHACO e a nossa área fronteiriça do PARANÁ - SANTA CATARINA - RIO GRANDE DO SUL. Esta área inte-

-Continua fl 2-





ressando a quatro países, simultaneamente, tornará difícil a atividade de repressão, dadas as naturais dificuldades da atuação de forças militares em regiões fronteiriças, principalmente tendo em vista as históricas disputas territoriais e certas reivindicações lindeiras,.. ainda presentes.

- f) -JUAN DOMINGOS PERÓN, exilado na Espanha, está ativamente interessado no êxito do movimento e completamente identificado com o mesmo. Segundo foi afirmado, tem fornecido substancial auxílio financeiro e procura vincular a atuação da CGT com os líderes guerrilheiros que se deslocam para a ARGENTINA.
- g) -Existem suspeitas de que o ex-Presidente JUSCELINO KUBITSCHECK DE OLIVEIRA tenha contribuído financeiramente para o movimento, em troca de algum apêlo político que lhe venha a ser prestado no futuro. Segundo foi relatado, o Sr KUBITSCHECK retirou importante soma de seus depósitos particulares, sem que a houvesse aplicado, até o momento, em qualquer operação regular nos Estados Unidos, em PORTUGAL ou na ESPANHA, onde mantém interesses comerciais. Foram prometidas fotografias de contatos mantidos entre KUBITSCHECK e PERÓN, comprovando recentes entendimentos entre ambos, realizados na ESPANHA.
- h) -CHÊ GUEVARA, segundo afirmação categórica de ambos, se encontra na ARGENTINA, depois de haver passado algum tempo na RUSSIA e de haver percorrido diversos países africanos do bloco socialista. Sua esposa ALEIDA, em companhia das duas filhas foram retiradas de CUBA em 27 de novembro do ano findo e transportadas ao MÉXICO, dentro de maior sigilo, aproveitando as mesmas rotas de infiltração do armamento e guerrilheiros para os países da América Central. A partir do MÉXICO, e já com passaporte falso, seguiu para BUENOS AIRES, permanecendo cerca de duas horas no Aeroporto de GALEÃO, sem desembarcar do aparelho. Grupos de exilados cubanos na ARGENTINA trabalham ativamente na sua localização, pretendendo, por este modo, determinar o exato paradeiro de GUEVARA.
- i) -Os líderes comunistas brasileiros que se encontram exilados no URUGUAI, também participam desse amplo movimento subversivo. Segundo foi informado, o Quartel-General desses líderes é o Sanatório de SAN JOSÉ DE CANELONES, no Uruguai.

2 - PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS:

- a) -Positivar a entrada ou presença no RS dos guerrilheiros citados, bem como investigar a veracidade dos demais fatos apontados;
- b) -Informar a este Serviço à medida que dados sobre o assunto forem colhidos.

* * * *



ANEXO II

(SOPS/CS – 1.1.611.8.3)

Transcrito em Circ. nº 112/69
19, 13/11/69.-

RIO GRANDE DO SUL



BRASIL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIVISÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES

RADIOGRAMA

CARIMBO DA ESTAÇÃO

Mod. DRC/2

1184

PROCEDÊNCIA PALEGRE RS N.º 347 Pls. 45 Data 7.11 Hrs. 1445

ENDEREÇO *Residência em Rua. dos Regs. em 13.11.69*
[Signature]

RESERVADO...
DELEGADOS REGIONAIS E DELEGADOS POLICIA
INTERIOR URGENTE...

Iniciais dos Oprs.
COPIADO
Hora de recepção

CIRCULAR NR 307-69 SOLICITO SEJA PRESO VG CASO POR AI TRANSITE
RUMO AO URUGUAI VG O PADRE URUGUAIO JULIO IMAZ LIMALLE QUE VG
PROVAVELMENTE VG ESTARA ACOMPANHADO DO FREI BETO PT SDS CDS

Protocolo LVO. N.º II
P.S. N.º 46
Em 13/11/1969
[Signature]

Protocolo LVO. N.º II
P.S. N.º 46
Em 13/11/1969
[Signature]

BEL FIRMINO PERES RODRIGUES
DIRETOR DOPS

[Signature]

[Signature]

ANEXO III

(SOPS/CS – 4._4697.58.17)

SECRETO

(114)
a
XVII

00023

44B

PROTÓCOLAS	2
FLS. N.º	16/1
Em.	21/11/71

3599

28-4-71

O TERRORISMO E SEUS MÉTODOS

DE INFORMAÇÕES - Serviço de Justiça Investigativa, baseado em documentos, diligências, provas e interrogatórios realizados pelo DEPARTAMENTO DE ORDEM PÚBLICA E JUSTIÇA do R.G.S.J.

A finalidade é dupla: apresentar - resumidamente - os métodos das organizações terroristas existentes no país e, permitir uma identificação oportuna de suas ações nos diversos pontos do país, onde não pertencem sequer se instalar.

Este documento tem a classificação de **SECRETO** e não deve ser divulgado por pessoa não autorizada.

DCI/SSP/RS
1971

SECRETO

SECRETETO

114
b

1 - GRUPOS SUBVERSIVOS
Durante o ano de 1970 foram identificados diversos grupos subver-
sivos que atuavam no Brasil e em consequencias foram indicados mais de
duzentos terroristas nas diversas inquirições.

Estes grupos possuem organização celular e atuam entre si, a
quanto suas atividades.

A P R E S E N T A Ç Ã O

Para melhor compreensão elaboramos um organograma sintético basea-
do de um Conselho Superior.

Este trabalho foi elaborado pela DIVISÃO CENTRAL
DE INFORMAÇÕES - Serviço de Contra Informação, baseado em documentos,
diligências, prisões e interrogatórios realizados pelo DEPARTAMENTO
DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL do R.G.Sul.

A finalidade é dupla: apresentar sucintamente os
métodos das organizações terroristas atuantes no país e, permitir
uma identificação oportuna de suas ações nas diversas regiões do Es-
tado onde porventura queiram se instalar.

Este documento tem a classificação de SECRETETO e
não deve ser manuseado por pessoa não autorizada.

As atividades de quadros (militantes) em por interesses próprios
as organizações se revolvem para determinadas ações de trabalho, chamadas a
isto de "trabalho em frente" ou "ação em frente".

No Brasil se tem conhecimento de mais de 20 organizações diferen-
tes.

OPF - ORGANIZAÇÃO PARA FURTIVIDADE

São organizações a margem das Vanguardas, mas orientadas por seus
militantes que realizam trabalhos que interessam a causa. Formam "quadros"
e preparam os dispendiosos, formam militantes para os quadros. Seus qua-
dros, depois de aprovados:

SECRETETO

SECRETO

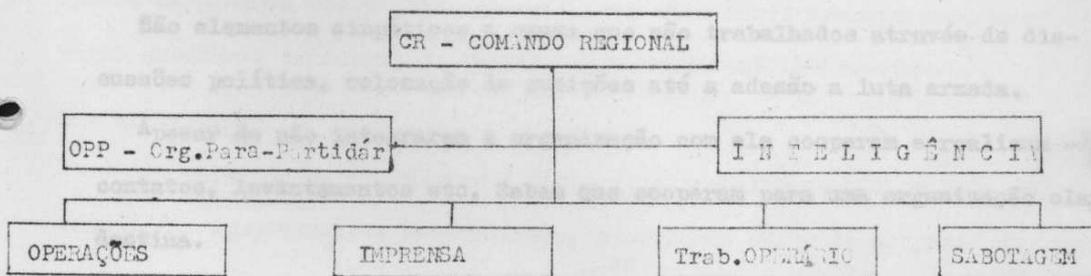
(114)
c

1 - GRUPOS SUBVERSIVOS:

Durante o ano de 1970 foram identificados diversos grupos subversivos que atuavam no Estado e em consequencias foram indiciados mais de duzentos terroristas nos diversos inquéritos.

Estes grupos possuem organização celular diferindo entre si, - quanto suas táticas e estratégias.

Para melhor compreensão elaboramos um organograma sintético básico de um Comando Regional.



Segundo o sistema de células o CR contacta com o Cmt célula e éste com os militantes.

Em tese o militante só conhece os componentes de sua célula por - seus codinomes. Os Cmt de células se conhecem entre si e ao Cmt Reg.

TRABALHOS EM FRENTE

Por deficiência de quadros (militantes) ou por interesses mútuos as organizações se reúnem para determinadas ações ou trabalho, chamam a isto de "Trabalho em Frente" ou "Ação em Frente".

No Brasil se tem conhecimento de mais de 20 organizações diferentes.

OPP - ORGANIZAÇÕES PARA PARTIDÁRIOS

São organizações a margem das Vanguardas, mas orientadas por seus militantes que realizam trabalhos que interessam a causa. Formam "quadros" e preparam os simpatizantes, formam militantes para os quadros. Seus quadros, depois de aprovados, tornam-se militantes.

SECRETO

ANEXO IV

(BRASIL: NUNCA MAIS, 1985; p. 134)

ORGANOGAMA DAS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA

